



COMPROVANTE DE ABERTURA

Processo: Nº 2451/2026 Cód. Verificador: 208Q84KY

Requerente: 523 - MUNICÍPIO DE MARMELEIRO
CPF/CNPJ: 76.205.665/0001-01
Endereço: Avenida Macali Nº 255 **CEP:**85.614-068
Cidade: Marmeleiro **Estado:**PR
Bairro: CENTRO
Fone Res.: (46) 3525-8100 **Fone Cel.:** Não Informado
E-mail: administracao@marmeleiro.pr.gov.br
Assunto: SETOR DE LICITAÇÃO
Subassunto: SOLICITAÇÕES DIVERSAS
Data de Abertura: 02/09/2026 10:03
Previsão: 02/10/2026

Telefone Requerente

Celular: (46) 3525-8100

Documentos do Processo

Quantidade de Documentos:	0	Quantidade de Documentos Entregues:	0
---------------------------	---	-------------------------------------	---

Observação de Abertura:

Os departamentos solicitantes requerem autorização para o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado.

MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

Requerente

THIAGO LUIZ VERONESE

Funcionário(a)

Recebido



Marmeleiro, 03 de setembro de 2026.

Processo Administrativo Eletrônico (PAE) nº 2451/2026
Requerimento nº 050/2026 – Departamento de Administração e Planejamento
Requerimento nº 034/2026 – Departamento de Agricultura e Abastecimento
Requerimento nº 034/2026 – Departamento de Assistência Social
Requerimento nº 061/2026 – Departamento de Educação e Cultura
Requerimento nº 032/2026 – Departamento de Esportes
Requerimento nº 030/2026 – Departamento de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Requerimento nº 047/2026 – Departamento de Saúde
Requerimento nº 034/2026 – Departamento de Urbanismo
Requerimento nº 031/2026 – Departamento de Viação e Obras

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

1 – OBJETO:

Constitui objeto deste documento, o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarca que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado, observadas as características e demais condições definidas neste processo e seus anexos.

2 – JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir a disponibilidade operacional da frota municipal, assegurando que os veículos, máquinas e equipamentos permaneçam em condições adequadas de funcionamento para o atendimento das demandas dos Departamentos da Administração Municipal. A utilização contínua desses bens ocasiona o desgaste natural de seus componentes, tornando indispensável a realização de manutenções preventivas, corretivas e, quando necessário, recuperativas, de forma a preservar sua segurança, confiabilidade, desempenho e vida útil.

Os sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico desempenham funções essenciais para a operação dos veículos e máquinas, influenciando diretamente sua segurança, eficiência e condições de uso. A ausência de manutenção adequada ou a demora na execução dos reparos e na substituição dos materiais necessários pode ocasionar falhas operacionais, aumento dos custos de manutenção, paralisação da frota e comprometimento da continuidade dos serviços públicos prestados à população.

Considerando que a frota municipal é composta por veículos, máquinas e equipamentos de diferentes marcas e modelos, faz-se necessária a contratação de empresa(s) especializada(s), apta(s) a fornecer os materiais necessários e executar os serviços de manutenção em conformidade com as especificações dos fabricantes e as normas técnicas aplicáveis, assegurando a qualidade, a confiabilidade e a durabilidade dos reparos realizados.

A contratação terá como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços, adotando-se como critério de julgamento o maior desconto sobre a tabela. Essa sistemática proporciona maior padronização, transparência e eficiência na gestão contratual, além de conferir maior agilidade na execução dos serviços e no fornecimento dos materiais, compatibilizando os valores praticados com a realidade do mercado.

Dessa forma, a contratação mostra-se indispensável para preservar o patrimônio público, reduzir o tempo de indisponibilidade da frota, otimizar os custos de manutenção e garantir a continuidade dos serviços públicos, em observância aos princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.





3 – ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Como forma de dar eficácia ao inciso IV do art. 6º, do Decreto Municipal nº 3.497/2024 quanto à estimativa preliminar de preços, foram considerados valores referencias de contratações anteriores do mesmo objeto que o Município executou ou contratações similares de outros órgãos da Administração Pública, sendo que o valor ficou em torno de **R\$ 2.489.455,00 (dois milhões e quatrocentos e oitenta e nove mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais)**.

4 – PREVISÃO DA DATA PRETENDIDA PARA A CONCLUSÃO DA CONTRATAÇÃO:

Após a finalização dos tramites do processo e a publicação da homologação.

5 – GRAU DE PRIORIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Alto.

6 – VINCULAÇÃO OU DEPENDÊNCIA COM O OBJETO DE OUTRO DFD:

A presente contratação possui vinculação com o contrato vigente que disponibiliza a Tabela TRAZ VALOR, a qual será utilizada como referência para a formação dos preços das peças, materiais e serviços durante a execução contratual.

7 – FORMA DE CONTRATAÇÃO SUGERIDA:

Pregão com Sistema de Registro de Preços.

8 – INDICAÇÃO DO FISCAL E GESTOR DE CONTRATO:

8.1 – Fiscal de Contrato:

Sandra Marisa Moreira Nicolau
Douglas Fabiano Bressiani
Idiones Maria Bruni Padilha
Mauro Fischer
Airton Neri Rama
Fernanda Barizon
Jean Max da Silva
Elcio Maldonado Valenzuela
Sidnei Domingos Machado

8.2 – Gestor de Contrato:

Departamento de Viação e Obras: Volmir Nicolau

Parágrafo Único: Em caso de férias, exoneração ou qualquer tipo de afastamento do gestor designado, o substituto imediato será o servidor que assumir o cargo de diretor ou responsável no período.

9 – ENCAMINHAMENTO:

De acordo com o processo, encaminhe-se ao Departamento responsável para prosseguimento.





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

4

Volmir Nicolau
Gestor da Ata de Registro de Preços
Diretor do Departamento de Viação e Obras

Luana Aparecida Zardinelo
Diretora do Departamento de Meio Ambiente
e Recursos Hídricos

Gilmar Gehlen
Diretor do Departamento de Administração e
Planejamento

Rosemari de Oliveira Scolari
Diretora do Departamento de Saúde

Keila Valandro
Diretora do Departamento de Agricultura e
Abastecimento

Mário Flach
Diretor do Departamento de Urbanismo

Luana Vergínia Ribas
Diretora do Departamento de Assistência
Social

Sandra Marisa Moreira Nicolau
Fiscal do Contrato

Helena Heckler
Diretora do Departamento de Educação e
Cultura

Douglas Fabiano Bressiani
Fiscal do Contrato

Alan Perseu Krassmann
Diretor do Departamento de Esportes

Idiones Maria Bruni Padilha
Fiscal do Contrato

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/09/2026 10:14 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pba298699e771>





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

5

ESTADO DO PARANÁ

Mauro Fischer
Fiscal do Contrato

Jean Max da Silva
Fiscal do Contrato

Airton Neri Rama
Fiscal do Contrato

Elcio Maldonado Valenzuela
Fiscal do Contrato

Fernanda Barizon
Fiscal do Contrato

Sidnei Domingos Machado
Fiscal do Contrato

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/09/2026 10:14 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/pba298699e771>





Marmeleiro, 03 de setembro de 2026.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 – INTRODUÇÃO:

Trata-se de Estudo Técnico Preliminar elaborado em conformidade com o disposto no art. 18, I c/c § 1º da Lei nº 14.133/2021, que tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda descrita abaixo, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar e embasar eventual Termo de Referência.

Neste sentido, o presente documento expõe resultados dos estudos realizados e busca descrever a solução que atenderá à necessidade especificada, caracterizando a primeira etapa da fase de planejamento de eventual contratação que venha a se mostrar adequada e necessária, em conformidade com as normas e princípios que regem a Administração Pública.

2 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

Constitui objeto deste documento, o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado, observadas as condições estabelecidas neste processo e em seus anexos.

A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir a disponibilidade operacional da frota municipal, assegurando que os veículos, máquinas e equipamentos permaneçam em condições adequadas de funcionamento para o atendimento das demandas dos Departamentos da Administração Municipal. A utilização contínua desses bens ocasiona o desgaste natural de seus componentes, tornando indispensável a realização de manutenções preventivas, corretivas e, quando necessário, recuperativas, de forma a preservar sua segurança, confiabilidade, desempenho e vida útil.

Os sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico desempenham funções essenciais para a operação dos veículos e máquinas, influenciando diretamente sua segurança, eficiência e condições de uso. A ausência de manutenção adequada ou a demora na execução dos reparos e na substituição dos materiais necessários pode ocasionar falhas operacionais, aumento dos custos de manutenção, paralisação da frota e comprometimento da continuidade dos serviços públicos prestados à população.

Considerando que a frota municipal é composta por veículos, máquinas e equipamentos de diferentes marcas e modelos, faz-se necessária a contratação de empresa(s) especializada(s), apta(s) a fornecer os materiais necessários e executar os serviços de manutenção em conformidade com as especificações dos fabricantes e as normas técnicas aplicáveis, assegurando a qualidade, a confiabilidade e a durabilidade dos reparos realizados.

A contratação terá como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços, adotando-se como critério de julgamento o maior desconto sobre a tabela. Essa sistemática proporciona maior padronização, transparência e eficiência na gestão contratual, além de conferir maior agilidade na execução dos serviços e no fornecimento dos materiais, compatibilizando os valores praticados com a realidade do mercado.

Dessa forma, a contratação mostra-se indispensável para preservar o patrimônio público, reduzir o tempo de indisponibilidade da frota, otimizar os custos de manutenção e garantir a continuidade dos serviços públicos, em observância aos princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.





3 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

A presente contratação encontra-se parcialmente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA), instituído pelo Decreto Municipal nº 3.622, de 10 de abril de 2025, constando no item 33 a contratação dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico e de ar-condicionado de veículos e máquinas multimarcas da frota municipal.

Os itens relativos ao fornecimento de componentes hidráulicos e correlatos não constam de forma específica no PCA vigente. Sua inclusão decorre da unificação de objetos anteriormente licitados em processos distintos, medida adotada para racionalizar a contratação e otimizar a gestão contratual, especialmente diante do fracasso do Pregão Eletrônico nº 61/2025, que tinha por objeto o fornecimento desses componentes.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

O objeto da contratação enquadra-se como serviço e fornecimento de bens comuns, nos termos do Decreto Federal nº 10.818/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, observadas as hipóteses legais de prorrogação, quando cabíveis.

A empresa contratada deverá possuir capacidade técnica e operacional compatível com o objeto, dispondo de estrutura, equipamentos, ferramentas e mão de obra qualificada para a execução dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico e de ar-condicionado de veículos e máquinas multimarcas, bem como para o fornecimento de peças, componentes, mangueiras hidráulicas, terminais, conexões, casquilhos e demais materiais correlatos.

As peças, componentes e materiais fornecidos deverão ser novos, sem uso, compatíveis com os veículos e máquinas atendidos, observando as especificações técnicas dos fabricantes e os padrões de qualidade exigidos pela Administração.

O fornecimento das peças, componentes, materiais e a execução dos serviços deverão observar a Tabela TRAZ VALOR, conforme critérios e condições que serão estabelecidos no Termo de Referência.

Os serviços e o fornecimento dos materiais serão realizados de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Ordem de Compra e/ou Ordem de Serviço, observando os quantitativos, prazos e locais definidos no Termo de Referência.

A CONTRATADA deverá executar os serviços dentro do prazo máximo a ser definido no Termo de Referência, admitida prorrogação por igual período, desde que devidamente justificada e aceita pela Administração.

As peças, componentes e materiais fornecidos deverão possuir garantia mínima a ser definida no Termo de Referência, sem prejuízo da garantia legal aplicável. Os serviços executados também deverão ser garantidos quanto à sua qualidade e perfeita execução, obrigando-se a contratada a corrigir, sem ônus para a Administração, eventuais falhas decorrentes da execução dos serviços ou da aplicação de materiais inadequados.

O objeto será recebido provisória e definitivamente na forma prevista no Termo de Referência, mediante verificação da conformidade dos serviços executados, das peças e materiais fornecidos, das quantidades solicitadas e das especificações técnicas exigidas.

Não serão aceitos serviços executados em desacordo com as especificações estabelecidas, nem peças, componentes ou materiais incompatíveis, usados, reconicionados (salvo se expressamente autorizados no Termo de Referência), com qualidade inferior à exigida ou em desacordo com os quantitativos contratados.

O pagamento ficará condicionado ao recebimento definitivo do objeto e à apresentação da respectiva Nota Fiscal, após a conferência da execução dos serviços, do fornecimento dos materiais e do atendimento às condições estabelecidas no Termo de Referência.

Sobre a CONTRATADA, a mesma deverá apresentar:

- Habilitação jurídica.
- Habilitação fiscal, social e trabalhista.
- Regularidade econômico-financeira.
- Comprovação técnica, caso necessário.





- Declaração unificada, caso necessário.

4.1 Delimitação Geográfica

Para a presente contratação será estabelecida delimitação geográfica de **até 15 (quinze) quilômetros**, contados da sede administrativa do Município de Marmeleiro/PR.

A adoção dessa delimitação decorre das características específicas do objeto, que envolve serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa da frota municipal, os quais demandam o deslocamento frequente de veículos e máquinas até as instalações da contratada para realização de diagnósticos, desmontagens, reparos, testes, substituição de componentes, retirada e instalação de peças, bem como eventuais retornos para ajustes, revisões ou atendimentos em garantia.

O deslocamento de veículos e máquinas para estabelecimentos localizados a grandes distâncias acarreta aumento dos custos operacionais da Administração, em razão do consumo de combustível, utilização de servidores para condução dos equipamentos, desgaste adicional dos veículos, pagamento de diárias ou horas extraordinárias, quando aplicável, além da ampliação do tempo de indisponibilidade da frota. Esses fatores comprometem a eficiência da gestão da manutenção e podem impactar diretamente a continuidade das atividades desenvolvidas pelos diversos Departamentos Municipais.

A limitação também se justifica pelas características dos equipamentos atendidos. Parte da frota é composta por máquinas e veículos de grande porte ou de baixa velocidade de deslocamento, cujo transporte por longas distâncias pode demandar o uso de caminhão-prancha ou outros meios especializados, elevando significativamente os custos da Administração ou expondo os equipamentos a deslocamentos desnecessários. Além disso, determinados reparos exigem mais de uma intervenção técnica, tornando comum a necessidade de retorno do veículo ou máquina à oficina durante a execução contratual.

Sob o aspecto da fiscalização contratual, a proximidade da contratada possibilita maior eficiência no acompanhamento dos serviços, permitindo que os fiscais da Ata de Registro de Preços realizem inspeções presenciais, acompanhem diagnósticos, autorizem intervenções quando necessário, verifiquem a aplicação das peças e materiais empregados e fiscalizem a qualidade dos serviços executados, sem gerar custos excessivos de deslocamento para a Administração.

A medida observa os princípios da eficiência, da economicidade e da supremacia do interesse público, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, não tendo como finalidade restringir a competitividade, mas assegurar que a execução contratual ocorra de forma mais eficiente e vantajosa para a Administração. A delimitação foi definida em distância compatível com a realidade do mercado regional e suficiente para permitir a participação de fornecedores aptos à execução do objeto, preservando a ampla concorrência na medida necessária ao atendimento do interesse público.

Assim, a delimitação geográfica de até 15 (quinze) quilômetros mostra-se técnica, proporcional e motivada pelas peculiaridades da contratação, constituindo medida adequada para reduzir custos indiretos, minimizar o tempo de indisponibilidade da frota, facilitar a fiscalização contratual e assegurar maior eficiência na execução do objeto, em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

5 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

Item	Valor Estimado	Unid.	Descrição	Valor solicitado por Departamento:
GRUPO/LOTE 01: VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS				
1	144.800,00	Valor	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e de ar condicionado de veículos leves e utilitários, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	Administração: 10.000,00 Agricultura: 7.800,00 Assist. Social: 10.000,00 Educação: 12.000,00 Esportes: 5.000,00 Meio Ambiente: 15.000,00 Saúde: 30.000,00 Urbanismo: 25.000,00 Viação: 30.000,00





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

9

2	84.637,00	Hora	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos leves e utilitários, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	Administração: 5.000,00 Agricultura: 3.600,00 Assist. Social: 6.525,00 Educação: 6.000,00 Esportes: 5.000,00 Meio Ambiente: 10.000,00 Saúde: 10.000,00 Urbanismo: 15.450,00 Viação: 23.062,00
GRUPO/LOTE 02: ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS				
3	230.000,00	Valor	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de veículos ônibus e micro-ônibus, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	Assist. Social: 10.000,00 Educação: 180.000,00 Esportes: 10.000,00 Saúde: 30.000,00
4	108.150,00	Hora	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos ônibus e micro-ônibus, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	Assist. Social: 6.525,00 Educação: 80.000,00 Esportes: 6.625,00 Saúde: 15.000,00
GRUPO/LOTE 03: CAMINHÕES - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS				
5	364.936,00	Valor	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de veículos caminhões, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	Meio Ambiente: 15.000,00 Urbanismo: 80.000,00 Viação: 269.936,00
6	169.932,00	Hora	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos caminhões, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	Meio Ambiente: 10.000,00 Urbanismo: 64.900,00 Viação: 95.032,00
GRUPO/LOTE 04: MÁQUINAS PESADAS - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS				
7	325.000,00	Valor	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de máquinas pesadas e equipamentos multimarcas, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	Urbanismo: 144.900,00 Viação: 180.100,00
8	295.000,00	Hora	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para máquinas pesadas e equipamentos multimarcas, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	Urbanismo: 135.000,00 Viação: 160.000,00
GRUPO/LOTE 05: VEÍCULOS VANS - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS				
9	143.000,00	Valor	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de veículos vans, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	Educação: 13.000,00 Esportes: 10.000,00 Saúde: 70.000,00 Viação: 50.000,00
10	74.000,00	Hora	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos vans, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	Educação: 8.000,00 Esportes: 6.000,00 Saúde: 30.000,00 Viação: 30.000,00
GRUPO/LOTE 06: MANUTENÇÃO HIDRÁULICA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS				
11	400.000,00	Valor	Fornecimento de peças e componentes destinados à manutenção de sistemas hidráulicos dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, incluindo mangueiras hidráulicas, terminais, conexões, adaptadores, capas de prensagem (casquilhos), vedações e demais componentes correlatos, conforme Tabela TRAZ VALOR vigente.	Urbanismo: 150.000,00 Viação: 250.000,00
12	150.000,00	Hora	Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e recuperativa em sistemas hidráulicos de veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, compreendendo diagnóstico, desmontagem, montagem, reparos, confecção e	Urbanismo: 50.000,00 Viação: 100.000,00





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

			prensagem de mangueiras hidráulicas, substituição de componentes e testes de funcionamento, com base de preços na Tabela TRAZ VALOR.	
--	--	--	--	--

Justificativa para as quantidades solicitadas:

Departamento de Administração e Planejamento

Os quantitativos foram definidos para atender às necessidades dos veículos de representação e apoio administrativo, cuja disponibilidade é indispensável para o deslocamento entre órgãos públicos, cumprimento de diligências, transporte de documentos e atendimento das demandas administrativas. A manutenção dos sistemas elétricos e de climatização contribui para a confiabilidade da frota utilizada nessas atividades.

Departamento de Saúde

A frota da Saúde permanece em operação durante praticamente todo o dia, realizando transporte de pacientes, equipes, medicamentos e materiais. Em razão dessa utilização contínua, falhas em sistemas elétricos ou de ar-condicionado podem comprometer a prestação dos serviços, especialmente em veículos destinados ao transporte de pacientes, justificando quantitativos superiores aos demais Departamentos.

Departamento de Educação e Cultura

Grande parte da demanda está concentrada nos veículos do transporte escolar, cuja operação diária exige elevado índice de disponibilidade. A manutenção dos sistemas elétricos, responsáveis por iluminação, sinalização e demais dispositivos obrigatórios, bem como do sistema de climatização, é essencial para garantir segurança e conforto aos estudantes durante o período letivo.

Departamento de Assistência Social e Cidadania

Os veículos são empregados em atendimentos descentralizados, visitas domiciliares e acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade. Como essas atividades ocorrem em todo o território do Município, a indisponibilidade da frota impacta diretamente a execução dos serviços socioassistenciais, justificando a previsão dos quantitativos.

Departamento de Viação e Obras

Este Departamento concentra a maior parte das máquinas pesadas, caminhões e equipamentos da Administração. Além dos sistemas elétricos, a operação desses equipamentos depende diretamente dos sistemas hidráulicos para acionamento de caçambas, cilindros, implementos e demais mecanismos de trabalho, motivo pelo qual apresenta a maior demanda da contratação.

Departamento de Urbanismo

As equipes executam diariamente serviços de limpeza urbana, manutenção de praças, iluminação pública e conservação de vias. A utilização constante de caminhões, utilitários e equipamentos faz com que os sistemas elétricos e hidráulicos estejam sujeitos a maior desgaste, exigindo manutenção frequente para evitar paralisações dos serviços.

Departamento de Agricultura e Abastecimento

As atividades são desenvolvidas predominantemente com tratores, retroescavadeiras e demais máquinas agrícolas, cujo funcionamento depende intensamente do sistema hidráulico para operação dos





implementos. Além disso, os veículos de apoio utilizados pelo Departamento demandam manutenção dos sistemas elétricos e de ar-condicionado para assegurar sua disponibilidade.

Departamento de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Os quantitativos foram dimensionados considerando a utilização de veículos e equipamentos em atividades de fiscalização, coleta e manutenção ambiental, muitas delas realizadas em áreas rurais e locais de difícil acesso. A manutenção preventiva reduz o risco de interrupção dessas atividades e aumenta a vida útil dos equipamentos.

Departamento de Esportes

Os veículos são utilizados principalmente em períodos de competições, treinamentos e eventos esportivos, quando realizam o transporte de atletas e materiais. A contratação busca assegurar que a frota permaneça disponível nos períodos de maior demanda, evitando cancelamentos ou atrasos na participação das delegações municipais.

6 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

A estimativa dos valores foi elaborada com base no histórico de gastos da frota municipal, nos quantitativos informados pelos Departamentos requisitantes, na previsão das demandas futuras de manutenção preventiva, corretiva e recuperativa, na necessidade de fornecimento de peças de reposição para os sistemas hidráulico, elétrico e de ar-condicionado e nos valores referenciais constantes da **Tabela TRAZ VALOR**, sendo que o valor ficou em torno de **R\$ 2.489.455,00 (dois milhões e quatrocentos e oitenta e nove mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais)**.

7 – LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as soluções disponíveis para atender à necessidade da Administração, considerando aspectos técnicos, operacionais e econômicos, bem como as práticas adotadas por outros órgãos públicos para contratações de natureza semelhante.

Durante a fase de planejamento, verificou-se que o mercado dispõe de empresas especializadas na prestação de serviços de manutenção dos sistemas elétrico e de ar-condicionado de veículos e máquinas multimarcas, bem como no fornecimento de peças, componentes, mangueiras hidráulicas, terminais, conexões, casquilhos e demais materiais correlatos, evidenciando a existência de fornecedores aptos a atender às necessidades da Administração.

Foram avaliadas as seguintes alternativas:

a) Execução direta pela Administração Municipal

Esta alternativa mostrou-se inviável, tendo em vista que o Município não dispõe de estrutura física, equipamentos específicos, ferramental, estoque de peças e materiais, nem de servidores com qualificação técnica suficiente para executar, de forma contínua e especializada, os serviços objeto da contratação.

b) Contratação dos serviços e do fornecimento de materiais por meio de processos licitatórios distintos

Embora tecnicamente possível, essa alternativa demandaria a realização e gestão de múltiplos procedimentos licitatórios para objetos complementares, aumentando os custos administrativos, a complexidade da fiscalização e o risco de descontinuidade no atendimento das demandas da frota. Além disso, o fornecimento de mangueiras e terminais hidráulicos vinha sendo contratado em processo específico, cujo Pregão Eletrônico nº 61/2025 restou fracassado, reforçando a necessidade de adoção de solução mais eficiente.





c) Contratação unificada dos serviços e do fornecimento de materiais

Esta alternativa mostrou-se a mais vantajosa sob os aspectos técnico e operacional, por concentrar em um único procedimento licitatório serviços e fornecimentos diretamente relacionados à manutenção da frota municipal. A unificação simplifica a gestão contratual, reduz a quantidade de procedimentos administrativos, facilita a fiscalização da execução e proporciona maior celeridade no atendimento das demandas.

Considerando que o Município já possui contratação vigente para utilização da **Tabela TRAZ VALOR**, adotada como referência para a formação dos preços, a futura contratação adotará o **critério de julgamento pelo maior desconto incidente sobre a tabela**, permitindo a padronização da precificação, maior transparência na execução contratual e uniformidade na gestão da manutenção da frota.

Diante da análise realizada, conclui-se que a contratação unificada de empresa especializada para execução dos serviços e fornecimento dos materiais constitui a alternativa que melhor atende ao interesse público, por reunir viabilidade técnica, eficiência operacional e racionalização da gestão administrativa, em conformidade com os princípios do planejamento, da eficiência e da economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Ademais, com base nas contratações anteriores, as quais sempre foram realizadas por meio de Pregão, compreende-se, que o meio mais prático e com menos custos para a Administração, seria a contratação por período predeterminado e com o Sistema de Registro de Preços.

8 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A solução proposta consiste na adoção do Sistema de Registro de Preços para atendimento das demandas de manutenção da frota municipal, permitindo que os serviços e o fornecimento dos materiais necessários sejam solicitados de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração e mediante emissão de Ordem de Serviço e/ou Ordem de Compra.

A utilização desse modelo mostra-se adequada em razão da natureza variável das demandas, uma vez que não é possível prever, com precisão, quais veículos e máquinas necessitarão de manutenção, tampouco a frequência das intervenções ou a quantidade de materiais que será empregada durante a vigência da contratação. Dessa forma, a Administração realizará apenas as contratações efetivamente necessárias, observada a disponibilidade orçamentária e o interesse público.

A solução contempla a execução integrada dos serviços e o fornecimento dos materiais indispensáveis às intervenções, possibilitando que todas as etapas necessárias ao restabelecimento das condições de funcionamento dos veículos e máquinas sejam atendidas de maneira coordenada. Essa sistemática reduz o tempo de resposta às solicitações, evita interrupções decorrentes da necessidade de múltiplas contratações e proporciona maior eficiência na gestão da manutenção da frota.

A **Tabela TRAZ VALOR** será utilizada como referência para a precificação dos serviços e materiais, sendo o julgamento da licitação realizado pelo **maior desconto incidente sobre a tabela**, garantindo critérios uniformes de contratação, transparência e facilidade na conferência dos valores praticados.

Sob o aspecto administrativo, a consolidação dos serviços e do fornecimento dos materiais em um único procedimento licitatório racionaliza a gestão contratual, reduz a necessidade de realização de processos independentes para objetos complementares, simplifica a fiscalização da execução e otimiza a utilização dos recursos humanos e administrativos envolvidos na contratação.

Além disso, a solução favorece o planejamento das manutenções preventivas e corretivas, contribuindo para a redução do tempo de indisponibilidade da frota, a preservação do patrimônio público, o aumento da vida útil dos veículos e máquinas e a continuidade dos serviços públicos que deles dependem.

Diante da análise realizada, conclui-se que a solução proposta apresenta viabilidade técnica, operacional e administrativa, sendo a alternativa mais adequada para atender às necessidades identificadas, proporcionando maior eficiência na execução contratual, racionalização dos recursos públicos e melhores condições para a gestão da manutenção da frota municipal.





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

9 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

Justifica-se o não parcelamento dos itens e o julgamento pelo critério de MAIOR DESCONTO GLOBAL DO LOTE, tendo em vista a interdependência entre os serviços e os materiais que compõem a contratação. O parcelamento resultaria na atuação de diferentes fornecedores em uma mesma manutenção, dificultando a fiscalização, a definição de responsabilidades e a gestão contratual, além de comprometer a agilidade necessária ao atendimento das demandas da frota. A contratação em lotes/grupos proporciona maior eficiência operacional e administrativa, bem como uniformidade na aplicação do desconto sobre a Tabela TRAZ VALOR. **Não sendo, portanto, viável a realização de processo com julgamento por item.**

10 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

Com a presente contratação, pretende-se assegurar maior disponibilidade operacional da frota municipal, reduzindo o tempo de indisponibilidade dos veículos e máquinas decorrente de manutenções. Busca-se, ainda, proporcionar maior eficiência na gestão contratual, padronização da precificação por meio da Tabela TRAZ VALOR, agilidade no atendimento das demandas, preservação do patrimônio público e continuidade dos serviços prestados à população, com a adequada aplicação dos recursos públicos.

11 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

A presente contratação não necessita nenhuma providência prévia a celebração contratual.

12 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

A presente contratação possui interdependência com o contrato vigente de disponibilização da **Tabela TRAZ VALOR**, cuja utilização é indispensável para a aplicação do critério de julgamento por maior desconto e para a precificação dos serviços e materiais durante a execução contratual. Não há outras contratações correlatas ou interdependentes cuja existência seja necessária para a adequada execução do objeto.

13 – DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

A execução do objeto poderá gerar resíduos decorrentes da substituição de peças, componentes, mangueiras, conexões, fluidos, embalagens e demais materiais utilizados nas manutenções. Também poderão ocorrer impactos relacionados ao consumo de energia, água e insumos necessários à execução dos serviços.

Para minimizar esses impactos, a contratada deverá adotar práticas ambientalmente adequadas, promovendo a correta segregação, armazenamento, transporte e destinação final dos resíduos gerados, em conformidade com a legislação ambiental vigente, especialmente quanto aos resíduos que demandem tratamento específico. Sempre que possível, deverão ser adotadas medidas que promovam o uso racional dos recursos naturais e a redução da geração de resíduos durante a execução contratual.

14 – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

Os estudos preliminares evidenciam que a contratação da solução ora descrita, ou seja, da contratação de empresa para suprir as necessidades do objeto para atender os Departamentos requisitantes, mostra-se tecnicamente possível e fundamentadamente necessária.

15 – GERENCIAMENTO DE RISCOS:

Todo processo de licitação pode ocorrer alguns riscos e intercorrências durante o processo, sendo eles listados abaixo:





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

14

ESTADO DO PARANÁ

RISCO 01	
Descrição / Dano: Licitação Deserta, sem empresas interessadas.	
Probabilidade: () Baixa (x) Média () Alta	
Impacto: () Baixa () Média (x) Alta	
AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
1. Verificar no mercado fornecedor com a compatibilidade das exigências do edital de licitação; 2. Itens exigidos de acordo com o que o mercado pratica; 3. Cuidar se os preços estimados estão em comum acordo com o que é praticado no mercado.	Departamentos Requisitantes
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
1. Avalia a possibilidade de prorrogação excepcional do Contrato em vigor ou abrir processo de emergência, caso se justifique.	Gestor do Contrato
RISCO 02	
Descrição / Dano: Atraso no processo de seleção do fornecedor, onde o processo ultrapasse o prazo esperado.	
Probabilidade: () Baixa (x) Média () Alta	
Impacto: () Baixa () Média (x) Alta	
AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
1. Priorização do processo licitatório.	Setor de Licitação
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
1. Avalia a possibilidade de prorrogação excepcional do Contrato em vigor ou abrir processo de emergência, caso se justifique.	Gestor do Contrato
RISCO 03	
Descrição / Dano: Impugnações, recursos e ações judiciais, causando atraso no processo de contratação.	
Probabilidade: (x) Baixa () Média () Alta	
Impacto: () Baixa (x) Média () Alta	
AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
1. Especificações e exigências técnicas revisadas no intuito de possibilitar a participação do maior número de licitantes com a qualidade mínima exigida para evitar frustrações indevida da competição; 2. Avaliar as recomendações do Parecer da Procuradoria Jurídica; 3. Analisar as recomendações do TCE por meio de acórdãos recentes; 4. Atentar para as legislações aplicáveis.	Equipe de Planejamento Departamentos Requisitantes
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
1. Alocação de servidores qualificados para responder eventuais questionamentos e promover alterações se necessário.	Equipe de Planejamento Procuradoria Jurídica Controle Interno
RISCO 04	
Descrição / Dano: Inércia frente a descumprimento de obrigações contratuais, atraso na entrega de objeto, especificações divergentes. Falha ou omissão no registro dos atos e fatos do contrato.	
Probabilidade: (x) Baixa () Média () Alta	
Impacto: () Baixa (x) Média () Alta	
AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
1. Capacitação de servidores. Conhecimento dos termos contratuais e do objeto contratual; 2. Conhecimentos das responsabilidades dos fiscais; 3. Estabelecer modelos e rotinas de acompanhamento contratual;	Fiscal do Contrato Gestor do Contrato
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
1. Sanções administrativas. Responsabilização da Gestão e fiscalização contratual.	Fiscal do Contrato Gestor do Contrato





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

15

ESTADO DO PARANÁ

RISCO 05	
Descrição / Dano: Contratação de empresa que não tenha capacidade de executar o objeto contratual.	
Probabilidade: (x) Baixa () Média () Alta	
Impacto: () Baixa (x) Média () Alta	
AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
1. Manter planejamento empresarial.	Contratada
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
1. Rescisão contratual, reinício de processo licitatório.	Gestor do Contrato

Volmir Nicolau
Diretor do Departamento de Viação e Obras

Alan Perseu Krassmann
Diretor do Departamento de Esportes

Gilmar Gehlen
Diretor do Departamento de Administração e Planejamento

Luana Aparecida Zardinelo
Diretora do Departamento de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Helena Heckler
Diretora do Departamento de Educação e Cultura

Rosemari de Oliveira Scolari
Diretora do Departamento de Saúde

Keila Valandro
Diretora do Departamento de Agricultura e Abastecimento

Mário Flach
Diretor do Departamento de Urbanismo

Luana Vergínia Ribas
Diretora do Departamento de Assistência Social

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/09/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p6a469271b99d7>





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

Marmeleiro, 03 de setembro de 2026.

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO:

Constitui objeto deste Termo de Referência o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado, de acordo com as especificações técnicas adiante discriminadas.

AMPLA CONCORRÊNCIA						
Item	CATMAT CATSER	Descrição	Valor Total	Desc. Mínimo p/ (PO/MO)		Unidade
GRUPO/LOTE 01: VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS						
1	13798	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e de ar condicionado de veículos leves e utilitários, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	144.800,00	PO	5%	Valor
2	5851	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos leves e utilitários, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	84.637,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 01				229.437,00		
GRUPO/LOTE 02: ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS						
3	13798	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de veículos ônibus e micro-ônibus, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	230.000,00	PO	5%	Valor
4	5843	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos ônibus e micro-ônibus, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	108.150,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 02				338.150,00		
GRUPO/LOTE 03: CAMINHÕES - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS						
5	13798	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de veículos caminhões, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	364.936,00	PO	5%	Valor
6	5843	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos caminhões, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	169.932,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 03				534.868,00		
GRUPO/LOTE 04: MÁQUINAS PESADAS - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS						





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

17

ESTADO DO PARANÁ

7	13798	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de máquinas pesadas e equipamentos multimarcas, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	325.000,00	PO	5%	Valor
8	5843	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para máquinas pesadas e equipamentos multimarcas, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	295.000,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 04				620.000,00		
GRUPO/LOTE 05: VEÍCULOS VANS - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS						
9	13798	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de veículos vans, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	143.000,00	PO	5%	Valor
10	5843	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos vans, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	74.000,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 05				217.000,00		
GRUPO/LOTE 06: MANUTENÇÃO HIDRÁULICA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS						
11	13798	Fornecimento de peças e componentes destinados à manutenção de sistemas hidráulicos dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, incluindo mangueiras hidráulicas, terminais, conexões, adaptadores, capas de prensagem (casquilhos), vedações e demais componentes correlatos, conforme Tabela TRAZ VALOR vigente.	400.000,00	PO	5%	Valor
12	27944	Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e recuperativa em sistemas hidráulicos de veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, compreendendo diagnóstico, desmontagem, montagem, reparos, confecção e prensagem de mangueiras hidráulicas, substituição de componentes e testes de funcionamento, com base de preços na Tabela TRAZ VALOR.	150.000,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 06				550.000,00		
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO				2.489.455,00		

OBS.: Havendo qualquer divergência entre as especificações e unidades de medida contidas no item deste termo e as que constam no CATMAT/CATSER, prevalecerão as descrições constantes neste Termo de Referência.

Integra este Termo de Referência, o Anexo I – Pesquisa de Preços, com a estimativa de preços e preços referenciais.

O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818/2021.

O objeto desta contratação é caracterizado como bens e serviços comuns, conforme disposto no art. 6º, inc. XIII, da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será pelo período de 12 (doze) meses, contados da





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

data de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma do art. 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

Constitui objeto da presente contratação o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarca que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado, observadas as condições estabelecidas neste processo e em seus anexos.

A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir a disponibilidade operacional da frota municipal, assegurando que os veículos, máquinas e equipamentos permaneçam em condições adequadas de funcionamento para o atendimento das demandas dos Departamentos da Administração Municipal. A utilização contínua desses bens ocasiona o desgaste natural de seus componentes, tornando indispensável a realização de manutenções preventivas, corretivas e, quando necessário, recuperativas, de forma a preservar sua segurança, confiabilidade, desempenho e vida útil.

Os sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico desempenham funções essenciais para a operação dos veículos e máquinas, influenciando diretamente sua segurança, eficiência e condições de uso. A ausência de manutenção adequada ou a demora na execução dos reparos e na substituição dos materiais necessários pode ocasionar falhas operacionais, aumento dos custos de manutenção, paralisação da frota e comprometimento da continuidade dos serviços públicos prestados à população.

Considerando que a frota municipal é composta por veículos, máquinas e equipamentos de diferentes marcas e modelos, faz-se necessária a contratação de empresa(s) especializada(s), apta(s) a fornecer os materiais necessários e executar os serviços de manutenção em conformidade com as especificações dos fabricantes e as normas técnicas aplicáveis, assegurando a qualidade, a confiabilidade e a durabilidade dos reparos realizados.

A contratação terá como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços, adotando-se como critério de julgamento o maior desconto sobre a tabela. Essa sistemática proporciona maior padronização, transparência e eficiência na gestão contratual, além de conferir maior agilidade na execução dos serviços e no fornecimento dos materiais, compatibilizando os valores praticados com a realidade do mercado.

Dessa forma, a contratação mostra-se indispensável para preservar o patrimônio público, reduzir o tempo de indisponibilidade da frota, otimizar os custos de manutenção e garantir a continuidade dos serviços públicos, em observância aos princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

Justificativa para as quantidades solicitadas:

Departamento de Administração e Planejamento

Os quantitativos foram definidos para atender às necessidades dos veículos de representação e apoio administrativo, cuja disponibilidade é indispensável para o deslocamento entre órgãos públicos, cumprimento de diligências, transporte de documentos e atendimento das demandas administrativas. A manutenção dos sistemas elétricos e de climatização contribui para a confiabilidade da frota utilizada nessas atividades.

Departamento de Saúde

A frota da Saúde permanece em operação durante praticamente todo o dia, realizando transporte de pacientes, equipes, medicamentos e materiais. Em razão dessa utilização contínua, falhas em sistemas elétricos ou de ar-condicionado podem comprometer a prestação dos serviços, especialmente em veículos destinados ao transporte de pacientes, justificando quantitativos superiores aos demais Departamentos.





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

Departamento de Educação e Cultura

Grande parte da demanda está concentrada nos veículos do transporte escolar, cuja operação diária exige elevado índice de disponibilidade. A manutenção dos sistemas elétricos, responsáveis por iluminação, sinalização e demais dispositivos obrigatórios, bem como do sistema de climatização, é essencial para garantir segurança e conforto aos estudantes durante o período letivo.

Departamento de Assistência Social e Cidadania

Os veículos são empregados em atendimentos descentralizados, visitas domiciliares e acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade. Como essas atividades ocorrem em todo o território do Município, a indisponibilidade da frota impacta diretamente a execução dos serviços socioassistenciais, justificando a previsão dos quantitativos.

Departamento de Viação e Obras

Este Departamento concentra a maior parte das máquinas pesadas, caminhões e equipamentos da Administração. Além dos sistemas elétricos, a operação desses equipamentos depende diretamente dos sistemas hidráulicos para acionamento de caçambas, cilindros, implementos e demais mecanismos de trabalho, motivo pelo qual apresenta a maior demanda da contratação.

Departamento de Urbanismo

As equipes executam diariamente serviços de limpeza urbana, manutenção de praças, iluminação pública e conservação de vias. A utilização constante de caminhões, utilitários e equipamentos faz com que os sistemas elétricos e hidráulicos estejam sujeitos a maior desgaste, exigindo manutenção frequente para evitar paralisações dos serviços.

Departamento de Agricultura e Abastecimento

As atividades são desenvolvidas predominantemente com tratores, retroescavadeiras e demais máquinas agrícolas, cujo funcionamento depende intensamente do sistema hidráulico para operação dos implementos. Além disso, os veículos de apoio utilizados pelo Departamento demandam manutenção dos sistemas elétricos e de ar-condicionado para assegurar sua disponibilidade.

Departamento de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Os quantitativos foram dimensionados considerando a utilização de veículos e equipamentos em atividades de fiscalização, coleta e manutenção ambiental, muitas delas realizadas em áreas rurais e locais de difícil acesso. A manutenção preventiva reduz o risco de interrupção dessas atividades e aumenta a vida útil dos equipamentos.

Departamento de Esportes

Os veículos são utilizados principalmente em períodos de competições, treinamentos e eventos esportivos, quando realizam o transporte de atletas e materiais. A contratação busca assegurar que a frota permaneça disponível nos períodos de maior demanda, evitando cancelamentos ou atrasos na participação das delegações municipais.

A presente contratação encontra-se parcialmente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA), instituído pelo Decreto Municipal nº 3.622, de 10 de abril de 2025, constando no item 33 a contratação dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico e de ar-condicionado de veículos e máquinas multimarcas da frota municipal.





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

Os itens relativos ao fornecimento de componentes hidráulicos e correlatos não constam de forma específica no PCA vigente. Sua inclusão decorre da unificação de objetos anteriormente licitados em processos distintos, medida adotada para racionalizar a contratação e otimizar a gestão contratual, especialmente diante do fracasso do Pregão Eletrônico nº 61/2025, que tinha por objeto o fornecimento desses componentes.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

A solução proposta consiste na adoção do Sistema de Registro de Preços para atendimento das demandas de manutenção da frota municipal, permitindo que os serviços e o fornecimento dos materiais necessários sejam solicitados de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração e mediante emissão de Ordem de Serviço e/ou Ordem de Compra.

A utilização desse modelo mostra-se adequada em razão da natureza variável das demandas, uma vez que não é possível prever, com precisão, quais veículos e máquinas necessitarão de manutenção, tampouco a frequência das intervenções ou a quantidade de materiais que será empregada durante a vigência da contratação. Dessa forma, a Administração realizará apenas as contratações efetivamente necessárias, observada a disponibilidade orçamentária e o interesse público.

A solução contempla a execução integrada dos serviços e o fornecimento dos materiais indispensáveis às intervenções, possibilitando que todas as etapas necessárias ao restabelecimento das condições de funcionamento dos veículos e máquinas sejam atendidas de maneira coordenada. Essa sistemática reduz o tempo de resposta às solicitações, evita interrupções decorrentes da necessidade de múltiplas contratações e proporciona maior eficiência na gestão da manutenção da frota.

A **Tabela TRAZ VALOR** será utilizada como referência para a precificação dos serviços e materiais, sendo o julgamento da licitação realizado pelo **maior desconto incidente sobre a tabela**, garantindo critérios uniformes de contratação, transparência e facilidade na conferência dos valores praticados.

Sob o aspecto administrativo, a consolidação dos serviços e do fornecimento dos materiais em um único procedimento licitatório racionaliza a gestão contratual, reduz a necessidade de realização de processos independentes para objetos complementares, simplifica a fiscalização da execução e otimiza a utilização dos recursos humanos e administrativos envolvidos na contratação.

Além disso, a solução favorece o planejamento das manutenções preventivas e corretivas, contribuindo para a redução do tempo de indisponibilidade da frota, a preservação do patrimônio público, o aumento da vida útil dos veículos e máquinas e a continuidade dos serviços públicos que deles dependem.

Diante da análise realizada, conclui-se que a solução proposta apresenta viabilidade técnica, operacional e administrativa, sendo a alternativa mais adequada para atender às necessidades identificadas, proporcionando maior eficiência na execução contratual, racionalização dos recursos públicos e melhores condições para a gestão da manutenção da frota municipal.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP OU COM COTA OU COM ITENS EXCLUSIVOS OU AMPLA CONCORRÊNCIA:

A participação em todos os lotes da presente contratação será destinada à ampla concorrência, sem exclusividade ou reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista os valores estimados, a natureza integrada das prestações e a necessidade de preservar a eficiência, a segurança e a adequada responsabilização durante a execução contratual.

A Lei Complementar nº 123/2006 estabelece tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive mediante a realização de processos licitatórios exclusivos para itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00. No presente caso, os valores estimados individualmente para os lotes ultrapassam esse limite, não sendo aplicável, portanto, a exclusividade prevista no art. 48, inciso I, da referida Lei Complementar.





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

Também não se mostra adequada a instituição de cota reservada de até 25%, uma vez que essa medida é prevista pelo art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006 especificamente para a aquisição de bens de natureza divisível. Os lotes desta contratação não correspondem à simples aquisição autônoma de peças ou materiais, mas envolvem a prestação de serviços especializados associada ao fornecimento dos materiais necessários à execução dos reparos.

Embora os lotes contemplem o fornecimento de peças, sua execução compreende um conjunto de atividades interdependentes, incluindo avaliação técnica, identificação da falha, definição dos materiais necessários, execução do reparo, instalação ou substituição dos componentes, realização de testes e responsabilização pela qualidade e garantia do serviço. Dessa forma, o fornecimento dos materiais constitui parte integrante da solução contratada, não se caracterizando como obrigação independente ou dissociada da prestação principal.

A eventual divisão de um mesmo lote entre uma cota principal e uma cota reservada poderia resultar na atuação de empresas distintas sobre um mesmo sistema ou equipamento, comprometendo a unidade da execução. Essa fragmentação dificultaria a definição de responsabilidades em casos de falhas, defeitos, incompatibilidade de materiais ou necessidade de refazimento dos serviços, além de possibilitar controvérsias quanto à origem do problema e à responsabilidade pela respectiva garantia.

A divisão também poderia gerar múltiplos encaminhamentos, diagnósticos, ordens de serviço, controles, fiscalizações e faturamentos para atender a uma única necessidade de manutenção, aumentando o tempo de indisponibilidade dos veículos e máquinas e os custos administrativos relacionados à gestão e à fiscalização dos contratos.

Nesse contexto, a reserva de cotas não se mostra vantajosa para a Administração e poderá representar prejuízo ao conjunto e à execução integrada de cada lote, enquadrando-se na ressalva prevista no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006. A decisão não decorre de mera conveniência administrativa, mas das características concretas da contratação e da necessidade de assegurar unidade de responsabilidade, compatibilidade entre materiais e serviços, garantia dos reparos e maior agilidade no atendimento das demandas da frota.

Ressalta-se que a contratação já foi parcelada em lotes distintos de acordo com a especialidade dos serviços, compreendendo manutenção elétrica e ar-condicionado, e manutenção hidráulica. Essa divisão permite que empresas especializadas em cada segmento disputem separadamente os respectivos lotes, ampliando a competitividade sem comprometer a unidade técnica e operacional necessária dentro de cada contratação.

A adoção da ampla concorrência também se mostra compatível com o critério de julgamento pelo maior percentual de desconto sobre os valores da Tabela TRAZ VALOR, pois possibilita a participação do maior número possível de empresas aptas e favorece a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

Importa destacar que a ampla concorrência não impede nem restringe a participação de microempresas e empresas de pequeno porte. Essas empresas poderão participar de todos os lotes, desde que atendam aos requisitos de habilitação e às demais condições estabelecidas no edital, permanecendo assegurados os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, tais como a regularização fiscal e trabalhista posterior e a preferência de contratação em caso de empate ficto.

Diante do exposto, a destinação de todos os lotes à ampla concorrência mostra-se juridicamente fundamentada e tecnicamente adequada, por preservar a competitividade, a economicidade, a eficiência da execução, a unidade de responsabilidade e a continuidade dos serviços públicos, em consonância com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

4.2. REQUISITOS COMPLEMENTARES:

A contratação deverá ser executada por empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico de veículos, máquinas e equipamentos multimarca, possuindo estrutura física, equipamentos, ferramentas e mão de obra qualificada compatíveis com a execução dos serviços objeto da contratação.

A contratada deverá possuir condições técnicas e operacionais para realizar diagnóstico, desmontagem, montagem, regulação, testes, substituição de peças e demais procedimentos necessários ao completo restabelecimento das condições de funcionamento dos equipamentos atendidos.





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

Os serviços deverão ser executados por profissionais capacitados, observando as especificações técnicas dos fabricantes, as normas técnicas aplicáveis, as boas práticas de manutenção automotiva e as normas de segurança do trabalho.

As peças, componentes, materiais e acessórios empregados na execução dos serviços deverão ser novos, de primeiro uso, compatíveis com a marca, modelo e especificações do veículo ou equipamento, atendendo aos padrões de qualidade exigidos pelo fabricante e às normas técnicas aplicáveis.

A formação dos preços observará a Tabela TRAZ VALOR vigente na data da emissão da Ordem de Compra ou Ordem de Serviço, sendo aplicado o percentual de desconto ofertado pela contratada durante o procedimento licitatório.

Os serviços deverão ser executados somente após autorização da Administração, mediante emissão da respectiva Ordem de Serviço ou documento equivalente.

Antes da execução dos reparos que impliquem substituição de peças ou serviços não previstos inicialmente, a contratada deverá apresentar diagnóstico contendo, no mínimo, a descrição do defeito identificado, os serviços necessários, a relação das peças ou materiais a serem substituídos e o respectivo orçamento elaborado com base na Tabela TRAZ VALOR, permanecendo a execução condicionada à autorização da Administração.

Os materiais utilizados deverão possuir qualidade compatível com sua finalidade, sendo vedado o fornecimento de peças reconcondicionadas, recuperadas, remanufaturadas ou usadas, salvo se houver autorização expressa da Administração.

Quando solicitado pela fiscalização da Ata de Registro de Preços, a contratada deverá apresentar catálogo, ficha técnica, certificado do fabricante ou documento equivalente que comprove a compatibilidade, especificações técnicas e qualidade das peças ou materiais fornecidos.

Todos os serviços executados e materiais fornecidos deverão possuir garantia mínima prevista na legislação aplicável ou, quando superior, aquela oferecida pelo fabricante ou pela própria contratada, prevalecendo o prazo mais vantajoso para a Administração.

Os serviços deverão ser executados em instalações adequadas, dotadas dos equipamentos necessários à realização dos reparos com segurança e qualidade, observando as normas ambientais e de destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante a execução contratual.

A contratada será responsável pela correção, sem qualquer ônus para a Administração, de falhas, defeitos ou vícios decorrentes da execução inadequada dos serviços ou do fornecimento de peças incompatíveis ou com defeito, durante o período de garantia.

O registro de preços levará em consideração o valor total máximo estimado para o período de 12 (doze) meses de cada GRUPO/LOTE acima indicado, independente do percentual de desconto.

Deverá ser considerado o percentual mínimo de desconto de acordo com cada GRUPO/LOTE, não sendo possível registro de desconto inferior a estes.

Deverá ser aplicado nas PO (peças originais), desconto de no mínimo 5% acima do valor final nos lotes de número 1 a 6.

Deverá ser aplicado na MO (mão de obra), desconto de no mínimo 10% acima do valor final nos lotes de 1 a 6.

Nos descontos ofertados deverão estar inclusos todos os custos com taxas, tributos, impostos, frete, transportes e outros sem exibir quaisquer ônus adicionais além do proposto inicialmente.

As peças fornecidas deverão ser genuínas ou originais de primeiro uso, compatíveis com as especificações do fabricante do veículo. Na impossibilidade comprovada de fornecimento de peças genuínas ou originais, poderão ser utilizadas peças similares ou de reposição de primeira linha, desde que apresentem padrões de qualidade e desempenho equivalentes, atendam às especificações técnicas aplicáveis e não comprometam a segurança, a durabilidade ou o funcionamento do veículo, mediante prévia autorização da Administração. Não serão aceitas peças automotivas reconcondicionadas ou remanufaturadas.

A contratada deverá apresentar, quando solicitado pela fiscalização da Ata de Registro de Preços, documentação que comprove a procedência, garantia e conformidade das peças fornecidas.

O desconto ofertado será aplicado sobre os preços referenciais constantes na tabela do sistema Traz Valor, ou na falta desse, poderá ser utilizada a tabela Audatex ou outra similar.

A Contratada enviará o pré-orçamento para o departamento demandante com a quantidade de horas e valores dos serviços a serem executados. O tempo gasto para determinado serviço será analisado pela





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

equipe técnica designada, em caso de não aprovação à contratada será comunicada para apresentar as devidas justificativas técnicas.

Os itens de fornecimento de peças possuem como unidade de medida Valor (R\$). Essa forma de quantificação foi adotada porque não é possível definir previamente quais peças, modelos ou quantidades serão necessárias durante a vigência da Ata de Registro de Preços. Assim, o valor indicado na planilha corresponde apenas ao montante financeiro estimado para futuras aquisições. As peças efetivamente fornecidas serão identificadas conforme a necessidade de cada manutenção e terão seus preços obtidos na **Tabela TRAZ VALOR**, aplicando-se o percentual de desconto registrado.

Os itens de prestação de serviços possuem como unidade de medida Hora (h), indicando que a cobrança ocorrerá por horas de mão de obra necessárias à execução dos serviços, observados os critérios e valores de referência da Tabela TRAZ VALOR, com aplicação do percentual de desconto registrado. O valor estimado constante na planilha foi definido exclusivamente para fins de estimativa da licitação, com base nas necessidades informadas pelos departamentos requisitantes, não representando quantidade previamente definida de horas a serem executadas.

Os custos com o diagnóstico ou identificação do problema utilizando Scanner, está incluso no valor da hora, sendo este custo de responsabilidade da empresa contratada.

Os serviços deverão ser executados nas instalações da oficina contratada, que deve estar localizada na área de abrangência do município de Marmeleiro ou em um raio máximo de 15 (quinze) quilômetros da sede administrativa do Município; os veículos devem ser rebocados/transportados pelo SERVIÇO DE GUINCHO (PRANCHA) DA CONTRATADA sem ônus para o CONTRATANTE (NO DESLOCAMENTO PARA CONCERTO E PARA ENTREGA APÓS O CONCERTO), em caso de qualquer sinistro no transporte a responsabilidade fica por conta da CONTRATADA, para ressarcir qualquer custo que por ventura resultem do sinistro, inclusive na hipótese de ocorrer um acidente rodoviário envolvendo o veículo, como colisão, capotagem, abaloamento, tombamento, incêndio ou explosão do veículo.

O preço base para efetivação do cálculo, refere-se à cotação apresentada na tabela do sistema TRAZ VALOR.

A disputa de itens se dará pelo maior índice proposto para cada item.

Onde:

% PO = Desconto de outras peças originais ofertadas pela empresa.

% MO: Mão de obra por hora: Incluído todas e quaisquer despesas de seus funcionários. Será de total responsabilidade da CONTRATADA o deslocamento, pernoite, alimentação e demais despesas do TÉCNICO responsável da mesma para realizar os serviços nos locais onde estiver o maquinário/equipamento, pertinentes à execução do objeto da Ata de Registro de Preços.

A tabela de referência estará disponível para consulta no Setor de Patrimônio, localizado na Avenida Macali, nº 255, Bairro Centro.

Com o objetivo de assegurar a ampla competitividade, isonomia entre os licitantes e adequada formulação das propostas, a Administração disponibilizará gratuitamente às empresas participantes do certame acesso temporário ao sistema de orçamentação eletrônica TRAZ VALOR durante o período de realização do pregão.

O acesso será concedido exclusivamente para utilização vinculada ao procedimento licitatório, permitindo consulta aos valores referenciais de peças de reposição e tempos de mão de obra mecânica utilizados como parâmetro para elaboração das propostas comerciais.

As condições de acesso, prazo de utilização e orientações operacionais serão informadas pela Administração aos licitantes juntamente com os documentos do certame ou mediante comunicação formal durante a fase externa da licitação.

A disponibilização temporária da ferramenta não gera qualquer vínculo contratual entre os licitantes e a empresa detentora do sistema, destinando-se unicamente à padronização dos critérios de consulta e à garantia da transparência na formação das propostas.





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

4.3. SUBCONTRATAÇÃO:

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. JUSTIFICATIVA LOTE/GRUPO

A presente contratação será realizada por grupos de veículos com fornecimento de peças e mão de obra.

Justifica-se o critério de julgamento MAIOR DESCONTO PERCENTUAL POR LOTE/GRUPO, contemplando fornecimento de peças e mão de obra, devido à maior eficiência na prestação dos serviços. Ocorre que devido a quantidade de peças que cada veículo possui, torna-se impossível mantermos todas em estoque. Muitas peças que precisam ser trocadas são identificadas no momento da execução do serviço. Por mais que seja feito revisões nos veículos, devido ao grande uso diário, sempre ocorre avarias. Devido a isso, a aquisição das peças separadamente do serviço causa o grave risco de veículos ficarem parados, aguardando a aquisição de peças, prejudicando a execução das atividades e comprometendo o atendimento da demanda.

4.6. LIMITAÇÃO GEOGRÁFICA

Considerando a natureza do objeto e a necessidade de assegurar a continuidade das atividades da frota municipal, a empresa contratada deverá possuir estabelecimento operacional localizado em um **raio máximo de 15 (quinze) quilômetros da sede administrativa do Município de Marmeleiro/PR**, compatível com o lote adjudicado, apto a realizar o fornecimento de peças de reposição e a execução dos respectivos serviços de manutenção preventiva, corretiva e recuperativa dos sistemas hidráulico, elétrico e/ou de ar-condicionado dos veículos, máquinas e equipamentos pertencentes à frota municipal.

A exigência de delimitação geográfica possui caráter estritamente operacional e decorre da necessidade de garantir maior eficiência na execução contratual, nos termos dos arts. 5, 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021, não se destinando a restringir indevidamente a competitividade do certame.

A frota municipal é composta por veículos de diversas categorias, utilizados diariamente na execução de serviços essenciais à população, tais como transporte de pacientes, transporte escolar, manutenção de vias públicas, atendimento das demandas da agricultura, assistência social e demais atividades administrativas. Em razão da utilização contínua desses veículos, a ocorrência de manutenções preventivas e corretivas demanda atendimento célere, de modo a minimizar o tempo de indisponibilidade dos bens e evitar prejuízos à prestação dos serviços públicos.

A localização da contratada em raio máximo de 15 km da sede administrativa do Município permitirá maior rapidez no encaminhamento dos veículos para diagnóstico, orçamento, manutenção, testes e retirada após a conclusão dos serviços, reduzindo significativamente os períodos de paralisação da frota. Além disso, possibilitará que os fiscais da Ata de Registro de Preços realizem acompanhamento presencial das manutenções, conferência dos serviços executados, verificação das peças substituídas e demais atividades de fiscalização com maior eficiência e menor custo para a Administração.

A exigência também se justifica pela necessidade de redução dos custos indiretos decorrentes dos deslocamentos dos veículos até o local de execução dos serviços. Distâncias maiores acarretariam aumento das despesas com combustível, desgaste dos veículos, utilização de servidores e motoristas para transporte dos veículos, além de potencial elevação dos custos operacionais da contratação, em desacordo com o princípio da economicidade.

No caso específico dos caminhões, ônibus, vans e demais veículos de maior porte, a necessidade de deslocamentos frequentes para avaliações técnicas, retornos para ajustes ou revisões e transporte de veículos com restrições de funcionamento pode gerar custos adicionais expressivos quando os serviços são executados em localidades mais distantes.





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

Dessa forma, a delimitação geográfica em raio máximo de 15 km da sede administrativa do Município de Marmeleiro constitui requisito tecnicamente necessário e proporcional ao objeto contratado, estando diretamente relacionada à obtenção da solução mais vantajosa para a Administração, à redução dos custos operacionais, à eficiência da fiscalização contratual e à garantia da continuidade dos serviços públicos essenciais, em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

5 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução da Ata de Registro de Preços.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

Atender às determinações regulares emitidas pelo Fiscal ou Gestor da Ata de Registro de Preços ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essas responsabilidades a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

Não contratar, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do Fiscal ou Gestor da Ata de Registro de Preços, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela Ata de Registro de Preços, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.

Comunicar ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Manter, durante toda a execução do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

Cumprir, durante todo o período de execução do instrumento contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133/2021).

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021).

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata de Registro de Preços.

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

Permitir, a qualquer tempo, que o fiscal do CONTRATANTE inspecione o objeto e examine os registros e documentos que considerar necessário.

Deverá apresentar para o servidor público designado o orçamento para execução dos serviços no prazo de até 03 (três) dias úteis. No orçamento deverá ser informado: identificação do equipamento (marca, modelo, série, ano, horímetro e unidade usuária); relatórios com os defeitos do equipamento, os itens a serem revisados, consertados e substituídos, de acordo com cada marca/modelo de equipamento.

Todos os serviços de mão de obra que serão executados deverão ser calculados por hora tendo como referência individual de cada serviço o tempo considerado pelas empresas do ramo como tempo padrão de reparos para execução dos serviços.

O prazo de aprovação do orçamento pelo município será de até 05 (cinco) dias úteis após apresentação, devendo o servidor público designado retornar à contratada o orçamento, devidamente assinado.

A contratada deverá assumir inteira responsabilidade técnica pela execução dos serviços contratados.

Após a realização de cada serviço, disponibilizar profissional competente para acompanhar o representante da contratante na realização de “teste” efetuando a entrega do equipamento em boas condições de limpeza.

Manter, sem qualquer ônus ou custo direto adicional para a contratante, espaço de oficina implementada com segurança própria, seguro de pátio, seguro de transporte, escritório de atendimento na oficina, telefone de atendimento, materiais, utensílios, equipamentos, elevadores, macacos mecânicos, ferramentas em geral, instalações, meios de transporte, e outros necessários para a completa realização dos serviços, inclusive os materiais necessários para a limpeza de peças e materiais quando o equipamento estiver em manutenção.

A contratante reserva-se ao direito de recusar qualquer serviço que não atenda às exigências. A recusa não poderá ser alegada como justificativa para atraso na execução dos serviços e nem acréscimo na cobrança de mão-de-obra e, da mesma forma, não isenta a contratada de responsabilidade quanto ao cumprimento dos termos de garantia de serviço.

O aceite do servidor por parte da contratante se dará após vistoria do veículo, realizada pelo operador, visando verificar a qualidade do serviço realizado. Não havendo aceite, o veículo deverá retornar para o estabelecimento da contratada para correção dos serviços.

Deverá manter o controle de entrada e saída de veículos, com emissão de guia de recebimento/devolução, constando inclusive acessórios, equipamento e objetos que acompanhem os veículos, a descrição dos serviços realizados e a respectiva autorização da contratante.

Os serviços deverão ser executados de maneira que mantenha os veículos em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento.

Deverá dispor de estrutura própria, com disponibilização de profissionais necessários para a prestação dos serviços contratados, bem como toda infraestrutura e equipamentos como: local apropriado que ofereça condições para realização dos serviços, de fácil acesso aos maquinários, ferramental completo, área administrativa e outras condições necessárias, também deverá dispor de local coberto, limpo, fechado,





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

de modo que os veículos/maquinários fiquem livres da chuva, vento, poeira, granizo e demais intempéries, com a segurança devida.

Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente a presente Ata de Registro de Preços, nem subcontratar, sem prévio consentimento por escrito do CONTRATANTE.

Reexecutar serviços sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, quando estiverem em desacordo com as técnicas e procedimentos aplicáveis aos mesmos.

Refazer os serviços eventualmente executados com vícios ou defeitos, em virtude da ação, omissão, negligência, imperícia, emprego de materiais ou processos inadequados ou de qualidade inferiores.

Prestar garantia das peças de 90 (noventa) dias sobre as peças.

Trocar a suas expensas, a mercadoria/peça que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação.

Repor a(s) peça(s) que apresentar(em) defeito, independentemente de sua aceitação; por divergência não adequada serão aplicadas às sanções previstas neste edital e legislação vigente.

Fornecer peças de reposição em conformidade com a NBR 15.296 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, sendo vedadas peças adquiridas no mercado paralelo, usadas, remanufaturadas ou de procedência duvidosa. Na entrega serão verificados especificações, marca, código, prazos de validade e apresentação (estado de conservação das embalagens).

As peças deverão ser novas, sem uso, genuínas ou similares de primeira linha, compatíveis com o veículo e em conformidade com as especificações técnicas do fabricante, vedadas peças reconcondicionadas ou de procedência duvidosa.

Sempre que solicitado pela Administração, prestar atendimento externo para avaliação técnica e reparos emergenciais de veículos, máquinas ou equipamentos imobilizados em decorrência de falha nos sistemas abrangidos pelo objeto da contratação, observando os prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

6 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com a Ata de Registro de Preços e seus anexos.

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com os padrões exigidos nas especificações.

Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela empresa para a fiel execução do objeto.

Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

Acompanhar e fiscalizar, através de servidor especialmente designado, o cumprimento do objeto e das obrigações da CONTRATADA, sob os aspectos quantitativo e qualificativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma.

Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento e no Termo de Referência, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, que deverá vir acompanhada de Ordem de Compra emitida pelo CONTRATANTE.

Aplicar a CONTRATADA as sanções previstas na Lei e no instrumento contratual.

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

O CONTRATANTE terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da conclusão da instrução do requerimento, para decidir sobre todas as solicitações da CONTRATADA, inclusive pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

O CONTRATANTE não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução deste Termo de Referência, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à CONTRATADA.





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente processo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7 – EXECUÇÃO DO OBJETO:

Os serviços e o fornecimento de peças serão executados de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, durante a vigência da Ata de Registro de Preços ou Contrato, mediante emissão de Ordem de Serviço, Ordem de Compra ou documento equivalente expedido pelo setor competente.

A contratada deverá realizar diagnóstico prévio do veículo, máquina ou equipamento, apresentando orçamento detalhado contendo, no mínimo, a descrição dos serviços a serem executados, a relação das peças e materiais necessários, seus respectivos códigos na Tabela TRAZ VALOR, quantitativos, tempo estimado de mão de obra e valores obtidos mediante aplicação do percentual de desconto contratado, para análise e autorização da Administração.

Nenhum serviço poderá ser iniciado sem a prévia autorização do fiscal ou gestor da Ata de Registro de Preços. O setor responsável realizará a emissão da ordem de serviço através do sistema TRAZ VALOR, com base no detalhamento apresentado pela CONTRATADA, para posterior prosseguimento dos serviços.

Os preços das peças, materiais e serviços terão como referência a Tabela TRAZ VALOR vigente na data da emissão da Ordem de Serviço ou Ordem de Compra, aplicando-se o percentual de desconto ofertado pela contratada.

A fiscalização contratual poderá consultar a Tabela TRAZ VALOR para conferência dos códigos, valores das peças, materiais, tempo padrão de mão de obra e demais informações utilizadas na elaboração dos orçamentos apresentados pela contratada.

As peças e materiais fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, compatíveis com as especificações técnicas do fabricante do veículo, máquina ou equipamento, sendo vedado o fornecimento de itens usados, recuperados, recondicionados ou remanufaturados.

Excepcionalmente, mediante justificativa técnica e comprovação da indisponibilidade de peças genuínas ou originais no mercado, poderão ser utilizados materiais equivalentes ou de primeira linha, desde que previamente autorizados pela Administração e possuam qualidade compatível com as especificações do fabricante.

Sempre que solicitado pela fiscalização, a contratada deverá apresentar documentação que comprove a procedência, especificações técnicas e compatibilidade das peças e materiais fornecidos.

Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados, utilizando equipamentos e ferramentas adequados, observando as recomendações dos fabricantes, as normas técnicas aplicáveis e as boas práticas de manutenção automotiva.

A execução dos serviços e a substituição das peças deverão restabelecer integralmente as condições de funcionamento, segurança e desempenho do sistema reparado, cabendo à contratada realizar todos os testes necessários antes da liberação do veículo, máquina ou equipamento.

A execução dos serviços e o fornecimento das peças ocorrerão, em regra, nas dependências da contratada, em endereço informado na proposta e na Ata de Registro de Preços, sendo os veículos, máquinas e equipamentos encaminhados pela Administração até o estabelecimento da empresa. Quando tecnicamente viável e previamente autorizado pela Administração, os serviços poderão ser executados nas dependências do Município ou no local onde o equipamento estiver.

O prazo para apresentação do diagnóstico e orçamento será de até **48 (quarenta e oito) horas** contadas do recebimento do veículo, máquina ou equipamento pela contratada.

Após a autorização da Administração, os serviços deverão ser concluídos em até **72 (setenta e duas) horas**, ressalvados os casos que demandem serviços de maior complexidade ou dependam da aquisição de peças não disponíveis em estoque, hipótese em que o prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal, devidamente justificada e aceita pela Administração.

Quando se tratar de atendimento emergencial, a contratada deverá iniciar os serviços no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** após a autorização do orçamento, adotando todas as providências necessárias para restabelecer a operacionalidade do veículo ou equipamento no menor tempo possível.





As peças substituídas deverão permanecer à disposição da Administração até a conclusão da fiscalização dos serviços, quando solicitado pelo fiscal da Ata de Registro de Preços, podendo ser recolhidas pelo Município para conferência.

Todos os serviços executados e as peças fornecidas serão conferidos pelo fiscal da Ata de Registro de Preços ou por servidor designado pelo Departamento solicitante, que verificará sua conformidade com a Ordem de Serviço, Ordem de Compra, orçamento aprovado e demais especificações constantes deste Termo de Referência.

Não serão recebidos serviços executados em desacordo com a autorização da Administração, peças ou materiais incompatíveis com o veículo ou equipamento, quantitativos divergentes, itens de qualidade inferior à especificada ou cobranças em desacordo com a Tabela TRAZ VALOR e com o percentual de desconto contratado.

Os serviços executados e as peças fornecidas deverão possuir garantia na forma prevista pelo Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo da garantia oferecida pelo fabricante ou pela própria contratada, prevalecendo sempre a condição mais vantajosa para a Administração.

Constatada qualquer falha, defeito, vício ou inadequação decorrente da execução dos serviços ou da qualidade das peças e materiais fornecidos, a contratada deverá promover a correção ou substituição, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, ou em outro prazo tecnicamente justificado e aprovado pela fiscalização.

A contratada deverá entregar os serviços concluídos em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados da respectiva Nota Fiscal e dos demais documentos exigidos pela fiscalização para fins de conferência, liquidação da despesa e recebimento definitivo.

Excepcionalmente, quando o veículo, máquina ou equipamento apresentar pane ou defeito que impossibilite seu deslocamento até as dependências da contratada, ou quando a remoção puder ocasionar riscos, danos adicionais ou prejuízo à continuidade dos serviços públicos, a Administração poderá solicitar atendimento no local da ocorrência.

Nesses casos, a contratada deverá disponibilizar profissional habilitado para realizar a avaliação técnica e, quando possível, executar o reparo no próprio local. Não sendo viável o restabelecimento das condições de funcionamento, a contratada deverá adotar as providências necessárias para viabilizar a remoção do veículo, máquina ou equipamento até suas instalações, mediante prévia autorização da Administração.

Não serão admitidos reparos provisórios ou improvisados que comprometam a segurança, a confiabilidade ou a durabilidade do sistema reparado, salvo quando expressamente autorizados pela Administração para possibilitar apenas o deslocamento seguro do veículo até a oficina.

7.1. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

O objeto deste Termo de Referência será dado como recebido, conforme:

Provisoriamente, na apresentação do objeto, declarará formalmente à CONTRATADA que os serviços foram prestados ou que os bens foram recebidos para posterior análise das conformidades e qualidade, baseadas nos requisitos e nos critérios de aceitação. Esta verificação deverá estar concluída em até **02 (dois) dias úteis**.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Definitivamente, após a verificação dos requisitos e demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços acima identificado que ensejem correções por parte da CONTRATADA. Esta verificação deverá estar concluída em até **10 (dez) dias úteis**.

O recebimento definitivo ficará condicionado à comprovação de que:

- a) os serviços foram executados de acordo com as especificações técnicas e normas aplicáveis;
- b) as peças fornecidas são genuínas ou originais de fábrica, ou, quando previamente autorizadas pela Administração, equivalentes de primeira linha;
- c) os veículos e equipamentos encontram-se em perfeitas condições de funcionamento;





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

d) foram sanadas eventuais pendências, irregularidades ou inconformidades apontadas pela fiscalização.

O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez, qualidade, segurança e funcionamento dos serviços executados e dos materiais fornecidos, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da Ata de Registro de Preços.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

O recebimento definitivo também ficará condicionado à conferência dos valores cobrados, dos códigos das peças, dos tempos de mão de obra e da aplicação do percentual de desconto contratado, conforme a Tabela TRAZ VALOR vigente na data da execução dos serviços.

Em caso de o objeto ser entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo, pelo CONTRATANTE, para que a CONTRATADA faça a substituição. Este prazo iniciar-se-á a partir da notificação do CONTRATANTE. A CONTRATADA ficará obrigada a substituir, às suas expensas, o objeto que for recusado.

Independentemente da aceitação, a CONTRATADA deverá garantir a qualidade do objeto fornecido pelo prazo de garantia, quando for o caso, obrigando-se a substituir no prazo determinado pelo CONTRATANTE, às suas expensas, aquele que apresentar falha ou defeito durante o recebimento e o período de cobertura da garantia.

Em todo o objeto, as especificações exigidas são as mínimas necessárias para o atendimento das necessidades dos Departamentos solicitantes. Não sendo aceito o objeto com especificações diferentes das descritas.

Somente serão aceitos os serviços efetivamente autorizados pela Administração e devidamente comprovados por meio de ordem de serviço, orçamento aprovado e relatório de execução contendo a descrição dos serviços realizados, peças aplicadas e demais informações necessárias à fiscalização contratual.

As peças substituídas deverão ser apresentadas à fiscalização, quando solicitadas, para conferência e comprovação da efetiva substituição.

O recebimento definitivo não afasta a obrigação da contratada de garantir a qualidade dos serviços executados e das peças fornecidas durante o período de garantia legal ou contratual aplicável.

Verificada qualquer falha, defeito ou vício decorrente da execução dos serviços ou da qualidade das peças fornecidas durante o período de garantia, a contratada deverá realizar os reparos, substituições ou correções necessárias sem qualquer ônus para a Administração.

8 – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

O recebimento do objeto, a fiscalização e o acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços, será de responsabilidade dos servidores: Sandra Marisa Moreira Nicolau, Douglas Fabiano Bressiani, Idiones Maria Bruni Padilha, Mauro Fischer, Airton Neri Rama, Fernanda Barizon, Jean Max da Silva, Elcio Maldonado Valenzuela, Sidnei Domingos Machado.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, ainda que resultem de condições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica na responsabilidade da administração e de seus agentes e prepostos.

As decisões e providências que ultrapassarem a competência destes deverão ser solicitadas a autoridade superior, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes, no caso o Gestor da Ata de Registro de Preços.

A gestão da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do Diretor do Departamento do Departamento de Viação e Obras, Sr. Volmir Nicolau.

Em caso de férias, exoneração ou qualquer tipo de afastamento do Gestor designado, o substituto imediato será o servidor que assumir o cargo de diretor ou responsável no período.





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

Caberá aos Gestores e Fiscais designados pela autoridade competente do Município promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes do Contrato ou da Ata de Registro de Preços, seguindo os preceitos do Decreto Municipal nº 3.500, de 05 de março de 2024, que Regulamenta as regras para atuação do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio, o funcionamento da Comissão de Contratação e a atuação dos Gestores e Fiscais de Contratos, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

9 – CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado através de transferência eletrônica para a conta bancária da CONTRATADA indicada pela mesma, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do mês subsequente da apresentação da Nota Fiscal, após o recebimento definitivo do objeto.

A vencedora do certame deverá apresentar as certidões (FGTS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.

Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

Aplica-se aos documentos fiscais emitidos a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 ou a que vier a substituí-la, nos termos do Decreto Municipal nº 3.480, de 26 de dezembro de 2023.

10 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

10.1. PARA A HABILITAÇÃO, SERÁ EXIGIDA A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA:

A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI**, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

A documentação relativa à **qualificação econômico-financeira** consistirá em:

Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 90 (noventa) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento.

A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá em:

Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ**.

Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal**, se houver, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de **Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado.

Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado.

Certificado de Regularidade de Situação para com o **Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS)**.

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

2011.

Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

A documentação relativa à **REGULARIDADE TÉCNICA** consistirá em:

Atestado de Capacidade Técnica: Apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto da contratação, abrangendo a manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas hidráulico, elétrico e/ou de ar-condicionado de veículos automotores, máquinas e equipamentos, bem como o fornecimento de peças de reposição compatíveis com a especialidade correspondente ao lote licitado.

O critério de julgamento adotado é o de **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE/GRUPO**, através da modalidade **PREGÃO**, sob a forma eletrônica.

11 – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO:

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução desta Ata de Registro de Preços nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro da presente Ata de Registro de Preços, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto desta Ata de Registro de Preços, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

12 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados nas dotações orçamentárias apresentadas abaixo:

Conta	Órgão/Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte
69	03.01	04.122 0003 2.006	3.3.90.39.19.05.00	0
70	03.01	04.122 0003 2.006	3.3.90.39.19.05.00	510
71	03.01	04.122 0003 2.006	3.3.90.39.19.05.00	511
157	05.01	26.782 0005 2.013	3.3.90.39.19.05.00	0
158	05.01	26.782 0005 2.013	3.3.90.39.19.05.00	510
207	06.02	12.361 0006 2.019	3.3.90.39.19.05.00	0
208	06.02	12.361 0006 2.019	3.3.90.39.19.05.00	103
209	06.02	12.361 0006 2.019	3.3.90.39.19.05.00	104
221	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	0
222	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	103
223	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	104
224	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	119
225	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	1043
264	07.01	27.812 0015 2.025	3.3.90.39.19.05.00	0





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

301	08.02	10.301 0016 2.027	3.3.90.39.19.05.00	0
302	08.02	10.301 0016 2.027	3.3.90.39.19.05.00	303
303	08.02	10.301 0016 2.027	3.3.90.39.19.05.00	348
707	08.02	10.301 0016 2.027	3.3.90.39.19.05.00	357
332	08.02	10.301 0016 2.029	3.3.90.39.19.05.00	303
333	08.02	10.301 0016 2.029	3.3.90.39.19.05.00	494
349	08.02	10.302 0016 2.031	3.3.90.39.19.05.00	0
350	08.02	10.302 0016 2.031	3.3.90.39.19.05.00	303
351	08.02	10.302 0016 2.031	3.3.90.39.19.05.00	494
372	08.03	10.304 0020 2.033	3.3.90.39.19.05.00	0
373	08.03	10.304 0020 2.033	3.3.90.39.19.05.00	494
374	08.03	10.304 0020 2.033	3.3.90.39.19.05.00	510
683	08.03	10.304 0020 2.033	3.3.90.39.19.05.00	353
391	09.01	08.244 0022 2.035	3.3.90.39.19.05.00	0
399	09.01	08.244 0022 2.036	3.3.90.39.19.05.00	0
411	09.02	08.244 0022 2.037	3.3.90.39.19.05.00	0
421	09.02	08.244 0022 2.045	3.3.90.39.19.05.00	940
426	09.02	08.244 0022 2.053	3.3.90.39.19.05.00	934
455	09.05	08.243 0025 2.067	3.3.90.39.19.05.00	0
486	10.01	20.606 0027 2.049	3.3.90.39.19.05.00	0
501	10.02	20.608 0027 2.050	3.3.90.39.19.05.00	0
536	12.01	18.541 0033 2.058	3.3.90.39.19.05.00	0
609	14.01	15.452 0036 2.065	3.3.90.39.19.05.00	0
610	14.01	15.452 0036 2.065	3.3.90.39.19.05.00	504

13 – AUTORIZAÇÃO:

Encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade da contratação e demais providências cabíveis.

Volmir Nicolau
Diretor do Departamento de Viação e Obras

Keila Valandro
Diretora do Departamento de Agricultura e Abastecimento

Gilmar Gehlen
Diretor do Departamento de Administração e Planejamento

Luana Vergínia Ribas
Diretora do Departamento de Assistência Social

Helena Heckler
Diretora do Departamento de Educação e Cultura

Alan Perseu Krassmann
Diretor do Departamento de Esportes





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

34

ESTADO DO PARANÁ

Luana Aparecida Zardinelo
Diretora do Departamento de Meio Ambiente
e Recursos Hídricos

Mário Flach
Diretor do Departamento de Urbanismo

Rosemari de Oliveira Scolari
Diretora do Departamento de Saúde

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/09/2026 10:25 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p9560519add5a7>





ANEXO I – PESQUISA DE PREÇOS

1 – OBJETO

Constitui objeto da presente contratação o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado, observadas as condições estabelecidas neste processo e em seus anexos.

2 – FONTES PESQUISADAS

A elaboração da estimativa do valor da contratação observa as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente:

- Art. 23, que estabelece que o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado;
- Art. 34, que prevê a adoção do critério de julgamento por maior desconto;
- Art. 59, que estabelece os parâmetros para análise da exequibilidade das propostas.

3 – METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

A presente contratação possui características específicas que inviabilizam a realização de pesquisa de preços individualizada para cada peça de reposição e para cada serviço de manutenção que poderá ser demandado durante a execução contratual.

A frota municipal é composta por veículos, máquinas e equipamentos de diversas marcas, modelos, anos de fabricação e categorias, incluindo automóveis, utilitários, caminhões, ônibus, micro-ônibus, vans e máquinas, os quais estão sujeitos a manutenções preventivas, corretivas e recuperativas de natureza variável, imprevisível e dependente das condições de uso de cada equipamento.

Em razão dessa diversidade, o objeto envolve milhares de possíveis peças de reposição e uma ampla gama de serviços especializados relacionados aos sistemas **hidráulico, elétrico e de ar-condicionado**, tornando materialmente impossível e economicamente desvantajosa a obtenção prévia de cotações individualizadas para todos os itens passíveis de fornecimento e execução durante a vigência contratual.

Diante dessa realidade, a Administração optou pela utilização da **Tabela Referencial do Sistema TRAZ VALOR** como parâmetro de mercado para definição dos preços referenciais de peças e serviços, adotando-se o critério de julgamento pelo **maior desconto** ofertado pelos licitantes sobre os valores constantes da referida base de dados.

A solução adotada encontra respaldo no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a **Tabela TRAZ VALOR** constitui ferramenta especializada de consulta de preços, amplamente utilizada por órgãos públicos e empresas privadas para aferição de valores de mercado relacionados ao fornecimento de peças e à prestação de serviços de manutenção de veículos automotores, máquinas e equipamentos.

4 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO – MAIOR DESCONTO

Nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, será adotado o critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO sobre os valores constantes da Tabela TRAZ VALOR.

A escolha desse critério decorre da impossibilidade de definição prévia e exaustiva das quantidades e especificações de todas as peças e serviços que poderão ser demandados durante a execução contratual.





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

Dessa forma, a competição entre os licitantes ocorrerá mediante a oferta de percentual de desconto incidente sobre os preços referenciais da tabela adotada pela Administração, assegurando objetividade, transparência e isonomia na seleção da proposta mais vantajosa.

5 - METODOLOGIA DE FORMAÇÃO DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação foi definido considerando:

I – o histórico de despesas com fornecimento de peças e prestação de serviços de manutenção dos sistemas hidráulico, elétrico e de ar-condicionado da frota municipal nos exercícios anteriores;

II – os quantitativos informados pelos Departamentos requisitantes, considerando a demanda prevista durante a vigência da contratação;

III – a quantidade de veículos, máquinas e equipamentos atualmente pertencentes à frota municipal;

IV – a previsão de manutenções preventivas, corretivas e recuperativas necessárias à continuidade dos serviços públicos;

V – a necessidade de fornecimento de peças de reposição para os sistemas hidráulico, elétrico e de ar-condicionado;

VI – os valores referenciais constantes da **Tabela TRAZ VALOR**.

O montante estimado possui caráter meramente referencial e corresponde à expectativa de consumo durante a vigência da contratação, não gerando obrigação de contratação integral pela Administração, que realizará as aquisições e contratações conforme suas necessidades efetivamente verificadas.

6 - VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

Para fins de planejamento, reserva orçamentária, definição do procedimento licitatório e atendimento ao disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, o objeto foi dividido em 6 (seis) lotes/grupos.

A estimativa dos valores foi elaborada com base no histórico de gastos da frota municipal, nos quantitativos informados pelos Departamentos requisitantes, na previsão das demandas futuras de manutenção preventiva, corretiva e recuperativa, na necessidade de fornecimento de peças de reposição para os sistemas hidráulico, elétrico e de ar-condicionado e nos valores referenciais constantes da **Tabela TRAZ VALOR**.

Os valores estimados para cada lote são os seguintes:

Lote/Grupo	Valor Estimado (R\$)
01	229.437,00
02	338.150,00
03	534.868,00
04	620.000,00
05	217.000,00
06	550.000,00
TOTAL GERAL	2.489.455,00

Dessa forma, o valor estimado total da contratação corresponde a **R\$ 2.489.455,00 (dois milhões e quatrocentos e oitenta e nove mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais)**.

Os valores estimados por lote representam a expectativa máxima de contratação para o período de vigência contratual e foram definidos exclusivamente para fins de planejamento, reserva orçamentária, definição da modalidade licitatória, estimativa da despesa e verificação da vantajosidade das propostas.

A Administração não fica obrigada a contratar a integralidade dos valores estimados, realizando as aquisições de peças e a contratação dos serviços de acordo com as necessidades efetivamente verificadas durante a execução contratual.





7 - EXEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS

A análise da exequibilidade das propostas observará os parâmetros estabelecidos no art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

Considerando que a disputa ocorrerá mediante a oferta de desconto sobre tabela referencial previamente definida, a Administração poderá solicitar esclarecimentos, documentos e demonstrações complementares sempre que o percentual de desconto ofertado indicar possível inviabilidade econômica da proposta ou risco à adequada execução contratual.

A licitante deverá comprovar, quando solicitado, a viabilidade de sua proposta e a capacidade de fornecer as peças e executar os serviços nas condições ofertadas.

8 - CONCLUSÃO

Considerando a natureza do objeto, a diversidade da frota municipal, a impossibilidade prática de realização de pesquisa de preços individualizada para todos os itens abrangidos pela contratação e a adoção do critério de julgamento pelo maior desconto, conclui-se que a utilização da Tabela TRAZ VALOR como referência de mercado constitui metodologia adequada, eficiente e compatível com os princípios da legalidade, economicidade, eficiência, competitividade, razoabilidade e seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, resta devidamente justificada a metodologia adotada para a formação do valor estimado da contratação, fixado em **R\$ 2.489.455,00 (dois milhões e quatrocentos e oitenta e nove mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais)**, distribuídos entre os 6 (seis) lotes que compõem o objeto licitado.





Marmeleiro, 03 de setembro de 2026.

De: Prefeito

Para: - Divisão de Contabilidade

- Procuradoria Jurídica

- Pregoeiro

Preliminarmente à autorização solicitada pelos Diretores, conforme consta nos autos, para a Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado, conforme PAE nº 2451/2026, o presente processo deverá tramitar pelos setores competentes com vistas a:

1 – Manifestação do(s) recurso(s) da adequação orçamentária em face da despesa.

2 – A elaboração de parecer jurídico acerca da escolha da modalidade e do tipo de licitação adotados, bem como análise do instrumento convocatório e do instrumento contratual do presente certame.

Respeitosamente,

Jander Luiz Loss

Prefeito





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

Marmeleiro, 03 de setembro de 2026.

PARECER CONTÁBIL

Em atenção a solicitação expedida por Vossa Excelência, em data de 03 de setembro de 2026, para verificar a existência de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do objeto especificado abaixo, CERTIFICO que:

1. Há recursos orçamentários para pagamento das obrigações conforme dotações especificadas abaixo;

I – DADOS DO PROCESSO

Número do PAE/Ano:	2451/2026
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO
Objeto do processo:	Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarca que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado
Valor Máximo:	R\$ 2.489.455,00

II – Plano Plurianual – 3.034/2025

III – Lei de Diretrizes Orçamentárias – 3.037/2025

IV – Lei Orçamentária Anual – 3.043/2025

V – Recursos Orçamentários

Conta	Órgão/ Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte	Saldo Orçamentário
69	03.01	04.122 0003 2.006	3.3.90.39.19.05.00	0	36.728,99
70	03.01	04.122 0003 2.006	3.3.90.39.19.05.00	510	41.930,68
71	03.01	04.122 0003 2.006	3.3.90.39.19.05.00	511	2.679,99
157	05.01	26.782 0005 2.013	3.3.90.39.19.05.00	0	453.797,94
158	05.01	26.782 0005 2.013	3.3.90.39.19.05.00	510	117.851,61
207	06.02	12.361 0006 2.019	3.3.90.39.19.05.00	0	59,11
208	06.02	12.361 0006 2.019	3.3.90.39.19.05.00	103	32.246,49
209	06.02	12.361 0006 2.019	3.3.90.39.19.05.00	104	18,13
221	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	0	15.268,51
222	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	103	96.938,11
223	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	104	135.080,37
224	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	119	67.772,99
225	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	1043	23.830,00
264	07.01	27.812 0015 2.025	3.3.90.39.19.05.00	0	23.040,51
301	08.02	10.301 0016 2.027	3.3.90.39.19.05.00	0	97.578,26
302	08.02	10.301 0016 2.027	3.3.90.39.19.05.00	303	32.060,76
303	08.02	10.301 0016 2.027	3.3.90.39.19.05.00	348	11.009,91
707	08.02	10.301 0016 2.027	3.3.90.39.19.05.00	357	22,00





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

332	08.02	10.301 0016 2.029	3.3.90.39.19.05.00	303	5.877,74
333	08.02	10.301 0016 2.029	3.3.90.39.19.05.00	494	2.439,38
349	08.02	10.302 0016 2.031	3.3.90.39.19.05.00	0	46.513,53
350	08.02	10.302 0016 2.031	3.3.90.39.19.05.00	303	545,22
351	08.02	10.302 0016 2.031	3.3.90.39.19.05.00	494	280.632,40
372	08.03	10.304 0020 2.033	3.3.90.39.19.05.00	0	29.130,44
373	08.03	10.304 0020 2.033	3.3.90.39.19.05.00	494	135,56
374	08.03	10.304 0020 2.033	3.3.90.39.19.05.00	510	6.705,40
683	08.03	10.304 0020 2.033	3.3.90.39.19.05.00	353	25.739,35
391	09.01	08.244 0022 2.035	3.3.90.39.19.05.00	0	81.443,18
399	09.01	08.244 0022 2.036	3.3.90.39.19.05.00	0	27.501,48
411	09.02	08.244 0022 2.037	3.3.90.39.19.05.00	0	124.482,00
421	09.02	08.244 0022 2.045	3.3.90.39.19.05.00	940	25.000,00
426	09.02	08.244 0022 2.053	3.3.90.39.19.05.00	934	37.857,65
455	09.05	08.243 0025 2.067	3.3.90.39.19.05.00	0	9.789,30
486	10.01	20.606 0027 2.049	3.3.90.39.19.05.00	0	72.381,90
501	10.02	20.608 0027 2.050	3.3.90.39.19.05.00	0	49.901,14
536	12.01	18.541 0033 2.058	3.3.90.39.19.05.00	0	79.583,84
609	14.01	15.452 0036 2.065	3.3.90.39.19.05.00	0	673.833,61
610	14.01	15.452 0036 2.065	3.3.90.39.19.05.00	504	0,00

Obs.: Saldo orçamentário em: 02/09/2026.

VI – Origem dos Recursos Financeiros

0 – Recursos Ordinários (Livres)
510 – Taxas – Exercício Poder de Polícia
511 – Taxas – Prestação de Serviços
103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
104 – Educação 25% s/ Impostos
119 – Convênio Transporte Escolar – Estadual
1043 – Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)
303 – Saúde % vinc. s/ rec. Impostos
348 – Atenção Básica Estadual
357 – Incremento Temporário – Custeio Atenção Primária em Saúde
494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde
353 – PROVIGIA – PR
940 – Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único – Portaria MDS 113/2015
934 – Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica – SUAS
504 – Outros Royalties e Comp. Financeiras

Respeitosamente,

Luana Speorin Burin
Contadora
CRC/PR 085400/O





PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 2451/2026
Nº DA CONTRATAÇÃO COMPRAS.GOV.BR: 454524 - **/2026
CÓD. VERIFICADOR: 208Q84KY

UASG: 454524 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MARMELEIRO/PR

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado, atendendo as necessidades dos Departamentos solicitantes.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 2.489.455,00 (dois milhões e quatrocentos e oitenta e nove mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia **/**/2026 às 08h30min (horário de Brasília).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Maior percentual de desconto por lote/grupo.

MODO DE DISPUTA:

Aberto e Fechado.

EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS:

Não.

PLATAFORMA:

Compras.gov



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/2026 – PMM
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 2451/2026
Nº DA CONTRATAÇÃO COMPRAS.GOV.BR: 454524 - **/2026
REGISTRO DE PREÇOS
DATA DA REALIZAÇÃO: **//2026**
HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: às 08h30min
LOCAL: Prefeitura do Município de Marmeleiro – Paraná
www.gov.br/compras/pt-br “Acesso Identificado”

O MUNICÍPIO DE MARMELEIRO, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 76.205.665/0001-01, sediado à Avenida Macali, nº 255, Centro, por intermédio do Excelentíssimo Prefeito, Jander Luiz Loss, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE/GRUPO**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado, conforme as descrições dispostas no Anexo I do presente Edital.

O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147, de 14 de agosto de 2014, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

**** de *** de 2026 às 08h30min**

UASG: 454524 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MARMELEIRO/PR

Local da Sessão Pública: www.gov.br/compras/pt-br

São Agentes de Contratação / Pregoeiros, Comissão de Contratação e Equipe de Apoio deste Município, os servidores designados pela Portaria nº 8.058, de 02 de setembro de 2026, publicada no Diário Oficial Eletrônico – E-Atos, Município de Marmeleiro – PR.

- 1 **DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA E DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO ELETRÔNICO**
 - 1.1 O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.gov.br/compras/pt-br.
 - 1.2 **A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá dia ** de *** de 2026 às 08h30min, no site www.gov.br/compras/pt-br, nos termos das condições descritas neste Edital.**
- 2 **DO OBJETO**
 - 2.1 Constitui objeto deste **PREGÃO, o REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal,



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado.

- 2.2 A licitação será dividida em lotes/grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes/grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.
- 2.3 Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.gov.br/compras/pt-br, www.marmeleiro.pr.gov.br/licitacoes.php e www.pncp.gov.br.
- 2.4 Em caso de **discordância** existente entre as especificações deste objeto descrito no Portal de Compras do **Governo Federal** e as especificações constantes neste **Edital**, prevalecerão as **últimas**.
- 2.5 As informações **administrativas relativas a este Edital** poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone (46) 3525-8100.
- 2.6 As **questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado** serão prestadas pelo Departamento de Viação e Obras, telefone (46) 3525-8100.

3 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
 - 3.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5 **A licitação será para ampla concorrência.**
- 3.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 3.7 Não poderão disputar esta licitação:



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

- 3.7.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).
- 3.7.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
- 3.7.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.
- 3.7.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
- 3.7.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 3.7.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
- 3.7.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 3.7.8 Agente público do órgão ou entidade licitante.
- 3.7.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição.
- 3.7.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.8 O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.10 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.11 O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

3.12 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13 A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

4.3.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.3.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.3.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.5.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

- 4.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 4.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 4.10.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.11.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.
- 4.11.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.13 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.14 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1 Valor do desconto do item.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

- 5.1.2 Marca, quando da aquisição de bens.
- 5.1.3 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.
- 5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
 - 5.2.1 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.
- 6 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
 - 6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
 - 6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
 - 6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
 - 6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

- 6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8 **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).**
- 6.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.10.1. Será utilizado para esse certame o modo de disputa “**aberto e fechado**”.
- 6.11 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12 **Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.**
- 6.12.1 **A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.**
- 6.12.2 **Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais alto e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) inferiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.**



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

- 6.12.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.**
- 6.12.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.**
- 6.12.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem decrescente de valores.**
- 6.13 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “fechado e aberto”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem decrescente de valores.
- 6.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

- 6.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.21.1.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.
- 6.21.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.
- 6.21.1.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.
- 6.21.1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

- 6.21.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.21.2.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.
 - 6.21.2.2 Empresas brasileiras.
 - 6.21.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
 - 6.21.2.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.22 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.22.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
 - 6.22.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 6.22.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
 - 6.22.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
 - 6.22.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.23 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 7 DA FASE DE JULGAMENTO**
- 7.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1 SICAF.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

- 7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>).
- 7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).
- 7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.5 deste edital.
- 7.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.6.1 Contiver vícios insanáveis.
- 7.6.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.
- 7.6.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.
- 7.6.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
- 7.6.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.7 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.7.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:
- 7.7.1.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta.
- 7.7.1.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

- 7.8 Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.9 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8 DA AMOSTRA

- 8.1 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.2 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.3 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.4 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.5 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9 DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 9.2 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 9.3 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.4 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9.5 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

- 9.5.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 9.6 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).
- 9.6.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 9.7 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.7.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas (02) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.
- 9.8 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.8.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.9 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 9.9.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.
- 9.9.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 9.10 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.11 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.7.1.
- 9.12 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.13 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

10 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 10.1 O objeto deste Pregão será adjudicado e homologado pelo Prefeito.
- 10.2 O objeto deste Pregão será adjudicado por item a vencedora do certame.

11 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO

- 11.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a(o) Ata de Registro de Preços/Contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela(e) fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
 - 11.2.1 A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo.
 - 11.2.2 A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 11.3 A(O) Ata de Registro de Preços/Contrato será assinada(o) por meio de assinatura digital e disponibilizada(o) nos sítios eletrônicos: www.marmeleiro.pr.gov.br/licitacoes.php, www.marmeleiro.atende.net/?pg=transparencia e www.pncp.gov.br.
- 11.4 Serão formalizadas(os) tantas(os) Atas de Registro de Preços/Contratos quantas(os) forem necessárias(os) para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 11.5 O preço registrado/contratado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da(o) Ata de Registro de Preços/Contrato.
- 11.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 11.7 Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura da(o) Ata de Registro de Preços/Contrato no prazo estabelecido no item 11.1, será facultado a Administração, através do Pregoeiro, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.8 O registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, observando-se o disposto no § 7º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

12 DOS RECURSOS

- 12.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

- 12.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 12.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.
- 12.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 12.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 12.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 12.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 12.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados nos sítios eletrônicos: www.marmeleiro.pr.gov.br/licitacoes.php, www.marmeleiro.atende.net/?pg=transparencia e www.gov.br/compras.

13 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 13.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 13.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame.
- 13.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 13.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.
- 13.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.
- 13.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.
- 13.1.2.4 Deixar de apresentar amostra.
- 13.1.2.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

- 13.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
 - 13.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
- 13.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 13.1.5 Fraudar a licitação.
- 13.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 13.1.6.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
 - 13.1.6.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento.
 - 13.1.6.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 13.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 13.1.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 13.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 13.2.1 Advertência.
 - 13.2.2 Multa.
 - 13.2.3 Impedimento de licitar e contratar.
 - 13.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 13.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 13.3.2 As peculiaridades do caso concreto.
 - 13.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
 - 13.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
 - 13.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

- 13.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 13.4.1 Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 13.4.2 Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 13.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 13.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 13.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 13.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 13.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 13.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 13.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 13.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

13.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço eletrônico: licitacao@marmeleiro.pr.gov.br.

14.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

14.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15 DO PAGAMENTO

15.1 O pagamento será efetuado através de transferência eletrônica para a conta bancária da CONTRATADA indicada pela mesma, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do mês subsequente da apresentação da Nota Fiscal, após o recebimento definitivo do objeto.

15.2 A vencedora do certame deverá apresentar as certidões (FGTS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.

15.3 Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

15.4 Aplica-se aos documentos fiscais emitidos a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 ou a que vier a substituí-la, nos termos do Decreto Municipal nº 3.480, de 26 de dezembro de 2023.

16 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

16.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

- 16.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.marmeleiro.pr.gov.br/licitacoes.php> e www.gov.br/compras.
- 16.11 Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Comarca de Marmeleiro – PR, com exclusão de qualquer outro.
- 16.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I	Termo de Referência – Especificações Técnicas e Condições de Fornecimento
ANEXO II	Modelo Padrão de Proposta Comercial
ANEXO III	Modelo da Ata de Registro de Preços

Marmeleiro, ** de ** de 2026.

Jander Luiz Loss
Prefeito



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO Nº 000/2026**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 2451/2026****Nº DA CONTRATAÇÃO COMPRAS.GOV.BR: 454524 - **/2026****MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO****TIPO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE/GRUPO**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado

ANEXO I

Termo de Referência

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

1 – DESCRIÇÃO:

1.1. Constitui objeto deste certame o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado, de acordo com as especificações técnicas adiante discriminadas.

AMPLA CONCORRÊNCIA						
Item	CATMAT CATSER	Descrição	Valor Total	Desc. Mínimo p/ (PO/MO)		Unidade
GRUPO/LOTE 01: VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS						
1	13798	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e de ar condicionado de veículos leves e utilitários, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	144.800,00	PO	5%	Valor
2	5851	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos leves e utilitários, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	84.637,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 01				229.437,00		
GRUPO/LOTE 02: ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS						
3	13798	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de veículos ônibus e micro-ônibus, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	230.000,00	PO	5%	Valor
4	5843	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos ônibus e micro-ônibus, com base de	108.150,00	MO	10%	Hora



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

		preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.				
Total GRUPO/LOTE 02				338.150,00		
GRUPO/LOTE 03: CAMINHÕES - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS						
5	13798	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de veículos caminhões, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	364.936,00	PO	5%	Valor
6	5843	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos caminhões, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	169.932,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 03				534.868,00		
GRUPO/LOTE 04: MÁQUINAS PESADAS - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS						
7	13798	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de máquinas pesadas e equipamentos multimarcas, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	325.000,00	PO	5%	Valor
8	5843	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para máquinas pesadas e equipamentos multimarcas, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	295.000,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 04				620.000,00		
GRUPO/LOTE 05: VEÍCULOS VANS - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS						
9	13798	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de veículos vans, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	143.000,00	PO	5%	Valor
10	5843	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos vans, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	74.000,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 05				217.000,00		
GRUPO/LOTE 06: MANUTENÇÃO HIDRÁULICA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS						
11	13798	Fornecimento de peças e componentes destinados à manutenção de sistemas hidráulicos dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, incluindo mangueiras hidráulicas, terminais, conexões, adaptadores, capas de prensagem (casquilhos), vedações e demais componentes correlatos, conforme Tabela TRAZ VALOR vigente.	400.000,00	PO	5%	Valor
12	27944	Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e recuperativa em sistemas hidráulicos de veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, compreendendo diagnóstico, desmontagem, montagem, reparos, confecção e prensagem de mangueiras hidráulicas, substituição de componentes e testes de funcionamento, com base de preços na Tabela TRAZ VALOR.	150.000,00	MO	10%	Hora



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

Total GRUPO/LOTE 06	550.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	2.489.455,00

OBS.: Havendo qualquer divergência entre as especificações e unidades de medida contidas no item deste termo e as que constam no CATMAT/CATSER, prevalecerão as descrições constantes neste Termo de Referência.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818/2021.

1.3. O objeto desta contratação é caracterizado como bens e serviços comuns, conforme disposto no art. 6º, inc. XIII, da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será pelo período de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma do art. 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1. Constitui objeto da presente contratação o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado, observadas as condições estabelecidas neste processo e em seus anexos.

2.2. A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir a disponibilidade operacional da frota municipal, assegurando que os veículos, máquinas e equipamentos permaneçam em condições adequadas de funcionamento para o atendimento das demandas dos Departamentos da Administração Municipal. A utilização contínua desses bens ocasiona o desgaste natural de seus componentes, tornando indispensável a realização de manutenções preventivas, corretivas e, quando necessário, recuperativas, de forma a preservar sua segurança, confiabilidade, desempenho e vida útil.

2.3. Os sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico desempenham funções essenciais para a operação dos veículos e máquinas, influenciando diretamente sua segurança, eficiência e condições de uso. A ausência de manutenção adequada ou a demora na execução dos reparos e na substituição dos materiais necessários pode ocasionar falhas operacionais, aumento dos custos de manutenção, paralisação da frota e comprometimento da continuidade dos serviços públicos prestados à população.

2.4. Considerando que a frota municipal é composta por veículos, máquinas e equipamentos de diferentes marcas e modelos, faz-se necessária a contratação de empresa(s) especializada(s), apta(s) a fornecer os materiais necessários e executar os serviços de manutenção em conformidade com as especificações dos fabricantes e as normas técnicas aplicáveis, assegurando a qualidade, a confiabilidade e a durabilidade dos reparos realizados.

2.5. A contratação terá como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços, adotando-se como critério de julgamento o maior desconto sobre a tabela. Essa sistemática proporciona maior padronização, transparência e eficiência na gestão contratual, além de conferir maior agilidade na execução dos serviços e no fornecimento dos materiais, compatibilizando os valores praticados com a realidade do mercado.

2.6. Dessa forma, a contratação mostra-se indispensável para preservar o patrimônio público, reduzir



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

o tempo de indisponibilidade da frota, otimizar os custos de manutenção e garantir a continuidade dos serviços públicos, em observância aos princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

2.7. Justificativa para as quantidades solicitadas:

2.7.1. Departamento de Administração e Planejamento

2.7.1.1. Os quantitativos foram definidos para atender às necessidades dos veículos de representação e apoio administrativo, cuja disponibilidade é indispensável para o deslocamento entre órgãos públicos, cumprimento de diligências, transporte de documentos e atendimento das demandas administrativas. A manutenção dos sistemas elétricos e de climatização contribui para a confiabilidade da frota utilizada nessas atividades.

2.7.2. Departamento de Saúde

2.7.2.1. A frota da Saúde permanece em operação durante praticamente todo o dia, realizando transporte de pacientes, equipes, medicamentos e materiais. Em razão dessa utilização contínua, falhas em sistemas elétricos ou de ar-condicionado podem comprometer a prestação dos serviços, especialmente em veículos destinados ao transporte de pacientes, justificando quantitativos superiores aos demais Departamentos.

2.7.3. Departamento de Educação e Cultura

2.7.3.1. Grande parte da demanda está concentrada nos veículos do transporte escolar, cuja operação diária exige elevado índice de disponibilidade. A manutenção dos sistemas elétricos, responsáveis por iluminação, sinalização e demais dispositivos obrigatórios, bem como do sistema de climatização, é essencial para garantir segurança e conforto aos estudantes durante o período letivo.

2.7.4. Departamento de Assistência Social e Cidadania

2.7.4.1. Os veículos são empregados em atendimentos descentralizados, visitas domiciliares e acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade. Como essas atividades ocorrem em todo o território do Município, a indisponibilidade da frota impacta diretamente a execução dos serviços socioassistenciais, justificando a previsão dos quantitativos.

2.7.5. Departamento de Viação e Obras

2.7.5.1. Este Departamento concentra a maior parte das máquinas pesadas, caminhões e equipamentos da Administração. Além dos sistemas elétricos, a operação desses equipamentos depende diretamente dos sistemas hidráulicos para acionamento de caçambas, cilindros, implementos e demais mecanismos de trabalho, motivo pelo qual apresenta a maior demanda da contratação.

2.7.6. Departamento de Urbanismo

2.7.6.1. As equipes executam diariamente serviços de limpeza urbana, manutenção de praças, iluminação pública e conservação de vias. A utilização constante de caminhões, utilitários e equipamentos faz com que os sistemas elétricos e hidráulicos estejam sujeitos a maior desgaste, exigindo manutenção frequente para evitar paralisações dos serviços.

2.7.7. Departamento de Agricultura e Abastecimento



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

2.7.7.1. As atividades são desenvolvidas predominantemente com tratores, retroescavadeiras e demais máquinas agrícolas, cujo funcionamento depende intensamente do sistema hidráulico para operação dos implementos. Além disso, os veículos de apoio utilizados pelo Departamento demandam manutenção dos sistemas elétricos e de ar-condicionado para assegurar sua disponibilidade.

2.7.8. Departamento de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

2.7.8.1. Os quantitativos foram dimensionados considerando a utilização de veículos e equipamentos em atividades de fiscalização, coleta e manutenção ambiental, muitas delas realizadas em áreas rurais e locais de difícil acesso. A manutenção preventiva reduz o risco de interrupção dessas atividades e aumenta a vida útil dos equipamentos.

2.7.9. Departamento de Esportes

2.7.9.1. Os veículos são utilizados principalmente em períodos de competições, treinamentos e eventos esportivos, quando realizam o transporte de atletas e materiais. A contratação busca assegurar que a frota permaneça disponível nos períodos de maior demanda, evitando cancelamentos ou atrasos na participação das delegações municipais.

2.8. A presente contratação encontra-se parcialmente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA), instituído pelo Decreto Municipal nº 3.622, de 10 de abril de 2025, constando no item 33 a contratação dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico e de ar-condicionado de veículos e máquinas multimarcas da frota municipal.

2.9. Os itens relativos ao fornecimento de componentes hidráulicos e correlatos não constam de forma específica no PCA vigente. Sua inclusão decorre da unificação de objetos anteriormente licitados em processos distintos, medida adotada para racionalizar a contratação e otimizar a gestão contratual, especialmente diante do fracasso do Pregão Eletrônico nº 61/2025, que tinha por objeto o fornecimento desses componentes.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

3.1. A solução proposta consiste na adoção do Sistema de Registro de Preços para atendimento das demandas de manutenção da frota municipal, permitindo que os serviços e o fornecimento dos materiais necessários sejam solicitados de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração e mediante emissão de Ordem de Serviço e/ou Ordem de Compra.

3.2. A utilização desse modelo mostra-se adequada em razão da natureza variável das demandas, uma vez que não é possível prever, com precisão, quais veículos e máquinas necessitarão de manutenção, tampouco a frequência das intervenções ou a quantidade de materiais que será empregada durante a vigência da contratação. Dessa forma, a Administração realizará apenas as contratações efetivamente necessárias, observada a disponibilidade orçamentária e o interesse público.

3.3. A solução contempla a execução integrada dos serviços e o fornecimento dos materiais indispensáveis às intervenções, possibilitando que todas as etapas necessárias ao restabelecimento das condições de funcionamento dos veículos e máquinas sejam atendidas de maneira coordenada. Essa sistemática reduz o tempo de resposta às solicitações, evita interrupções decorrentes da necessidade de múltiplas contratações e proporciona maior eficiência na gestão da manutenção da frota.

3.4. A **Tabela TRAZ VALOR** será utilizada como referência para a precificação dos serviços e materiais, sendo o julgamento da licitação realizado pelo **maior desconto incidente sobre a tabela**,



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

garantindo critérios uniformes de contratação, transparência e facilidade na conferência dos valores praticados.

3.5. Sob o aspecto administrativo, a consolidação dos serviços e do fornecimento dos materiais em um único procedimento licitatório racionaliza a gestão contratual, reduz a necessidade de realização de processos independentes para objetos complementares, simplifica a fiscalização da execução e otimiza a utilização dos recursos humanos e administrativos envolvidos na contratação.

3.6. Além disso, a solução favorece o planejamento das manutenções preventivas e corretivas, contribuindo para a redução do tempo de indisponibilidade da frota, a preservação do patrimônio público, o aumento da vida útil dos veículos e máquinas e a continuidade dos serviços públicos que deles dependem.

3.7. Diante da análise realizada, conclui-se que a solução proposta apresenta viabilidade técnica, operacional e administrativa, sendo a alternativa mais adequada para atender às necessidades identificadas, proporcionando maior eficiência na execução contratual, racionalização dos recursos públicos e melhores condições para a gestão da manutenção da frota municipal.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP OU COM COTA OU COM ITENS EXCLUSIVOS OU AMPLA CONCORRÊNCIA:

4.1.1. A participação em todos os lotes da presente contratação será destinada à ampla concorrência, sem exclusividade ou reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista os valores estimados, a natureza integrada das prestações e a necessidade de preservar a eficiência, a segurança e a adequada responsabilização durante a execução contratual.

4.1.2. A Lei Complementar nº 123/2006 estabelece tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive mediante a realização de processos licitatórios exclusivos para itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00. No presente caso, os valores estimados individualmente para os lotes ultrapassam esse limite, não sendo aplicável, portanto, a exclusividade prevista no art. 48, inciso I, da referida Lei Complementar.

4.1.3. Também não se mostra adequada a instituição de cota reservada de até 25%, uma vez que essa medida é prevista pelo art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006 especificamente para a aquisição de bens de natureza divisível. Os lotes desta contratação não correspondem à simples aquisição autônoma de peças ou materiais, mas envolvem a prestação de serviços especializados associada ao fornecimento dos materiais necessários à execução dos reparos.

4.1.4. Embora os lotes contemplem o fornecimento de peças, sua execução compreende um conjunto de atividades interdependentes, incluindo avaliação técnica, identificação da falha, definição dos materiais necessários, execução do reparo, instalação ou substituição dos componentes, realização de testes e responsabilização pela qualidade e garantia do serviço. Dessa forma, o fornecimento dos materiais constitui parte integrante da solução contratada, não se caracterizando como obrigação independente ou dissociada da prestação principal.

4.1.5. A eventual divisão de um mesmo lote entre uma cota principal e uma cota reservada poderia resultar na atuação de empresas distintas sobre um mesmo sistema ou equipamento, comprometendo a unidade da execução. Essa fragmentação dificultaria a definição de responsabilidades em casos de falhas, defeitos, incompatibilidade de materiais ou necessidade de refazimento dos serviços, além de possibilitar controvérsias quanto à origem do problema e à responsabilidade pela respectiva garantia.

4.1.6. A divisão também poderia gerar múltiplos encaminhamentos, diagnósticos, ordens de serviço, controles, fiscalizações e faturamentos para atender a uma única necessidade de manutenção, aumentando o



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

tempo de indisponibilidade dos veículos e máquinas e os custos administrativos relacionados à gestão e à fiscalização dos contratos.

4.1.7. Nesse contexto, a reserva de cotas não se mostra vantajosa para a Administração e poderá representar prejuízo ao conjunto e à execução integrada de cada lote, enquadrando-se na ressalva prevista no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006. A decisão não decorre de mera conveniência administrativa, mas das características concretas da contratação e da necessidade de assegurar unidade de responsabilidade, compatibilidade entre materiais e serviços, garantia dos reparos e maior agilidade no atendimento das demandas da frota.

4.1.8. Ressalta-se que a contratação já foi parcelada em lotes distintos de acordo com a especialidade dos serviços, compreendendo manutenção elétrica e ar-condicionado, e manutenção hidráulica. Essa divisão permite que empresas especializadas em cada segmento disputem separadamente os respectivos lotes, ampliando a competitividade sem comprometer a unidade técnica e operacional necessária dentro de cada contratação.

4.1.9. A adoção da ampla concorrência também se mostra compatível com o critério de julgamento pelo maior percentual de desconto sobre os valores da Tabela TRAZ VALOR, pois possibilita a participação do maior número possível de empresas aptas e favorece a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

4.1.10. Importa destacar que a ampla concorrência não impede nem restringe a participação de microempresas e empresas de pequeno porte. Essas empresas poderão participar de todos os lotes, desde que atendam aos requisitos de habilitação e às demais condições estabelecidas no edital, permanecendo assegurados os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, tais como a regularização fiscal e trabalhista posterior e a preferência de contratação em caso de empate ficto.

4.1.11. Diante do exposto, a destinação de todos os lotes à ampla concorrência mostra-se juridicamente fundamentada e tecnicamente adequada, por preservar a competitividade, a economicidade, a eficiência da execução, a unidade de responsabilidade e a continuidade dos serviços públicos, em consonância com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

4.2. REQUISITOS COMPLEMENTARES:

4.2.1. A contratação deverá ser executada por empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico de veículos, máquinas e equipamentos multimarcas, possuindo estrutura física, equipamentos, ferramentas e mão de obra qualificada compatíveis com a execução dos serviços objeto da contratação.

4.2.2. A contratada deverá possuir condições técnicas e operacionais para realizar diagnóstico, desmontagem, montagem, regulagem, testes, substituição de peças e demais procedimentos necessários ao completo restabelecimento das condições de funcionamento dos equipamentos atendidos.

4.2.3. Os serviços deverão ser executados por profissionais capacitados, observando as especificações técnicas dos fabricantes, as normas técnicas aplicáveis, as boas práticas de manutenção automotiva e as normas de segurança do trabalho.

4.2.4. As peças, componentes, materiais e acessórios empregados na execução dos serviços deverão ser novos, de primeiro uso, compatíveis com a marca, modelo e especificações do veículo ou equipamento, atendendo aos padrões de qualidade exigidos pelo fabricante e às normas técnicas aplicáveis.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

4.2.5. A formação dos preços observará a Tabela TRAZ VALOR vigente na data da emissão da Ordem de Compra ou Ordem de Serviço, sendo aplicado o percentual de desconto ofertado pela contratada durante o procedimento licitatório.

4.2.6. Os serviços deverão ser executados somente após autorização da Administração, mediante emissão da respectiva Ordem de Serviço ou documento equivalente.

4.2.7. Antes da execução dos reparos que impliquem substituição de peças ou serviços não previstos inicialmente, a contratada deverá apresentar diagnóstico contendo, no mínimo, a descrição do defeito identificado, os serviços necessários, a relação das peças ou materiais a serem substituídos e o respectivo orçamento elaborado com base na Tabela TRAZ VALOR, permanecendo a execução condicionada à autorização da Administração.

4.2.8. Os materiais utilizados deverão possuir qualidade compatível com sua finalidade, sendo vedado o fornecimento de peças reconcondicionadas, recuperadas, remanufaturadas ou usadas, salvo se houver autorização expressa da Administração.

4.2.9. Quando solicitado pela fiscalização da Ata de Registro de Preços, a contratada deverá apresentar catálogo, ficha técnica, certificado do fabricante ou documento equivalente que comprove a compatibilidade, especificações técnicas e qualidade das peças ou materiais fornecidos.

4.2.10. Todos os serviços executados e materiais fornecidos deverão possuir garantia mínima prevista na legislação aplicável ou, quando superior, aquela oferecida pelo fabricante ou pela própria contratada, prevalecendo o prazo mais vantajoso para a Administração.

4.2.11. Os serviços deverão ser executados em instalações adequadas, dotadas dos equipamentos necessários à realização dos reparos com segurança e qualidade, observando as normas ambientais e de destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante a execução contratual.

4.2.12. A contratada será responsável pela correção, sem qualquer ônus para a Administração, de falhas, defeitos ou vícios decorrentes da execução inadequada dos serviços ou do fornecimento de peças incompatíveis ou com defeito, durante o período de garantia.

4.2.13. O registro de preços levará em consideração o valor total máximo estimado para o período de 12 (doze) meses de cada GRUPO/LOTE acima indicado, independente do percentual de desconto.

4.2.14. Deverá ser considerado o percentual mínimo de desconto de acordo com cada GRUPO/LOTE, não sendo possível registro de desconto inferior a estes.

4.2.15. Deverá ser aplicado nas PO (peças originais), desconto de no mínimo 5% acima do valor final nos lotes de número 1 a 6.

4.2.16. Deverá ser aplicado na MO (mão de obra), desconto de no mínimo 10% acima do valor final nos lotes de 1 a 6.

4.2.17. Nos descontos ofertados deverão estar inclusos todos os custos com taxas, tributos, impostos, frete, transportes e outros sem exibir quaisquer ônus adicionais além do proposto inicialmente.

4.2.18. As peças fornecidas deverão ser genuínas ou originais de primeiro uso, compatíveis com as especificações do fabricante do veículo. Na impossibilidade comprovada de fornecimento de peças genuínas ou originais, poderão ser utilizadas peças similares ou de reposição de primeira linha, desde que apresentem padrões de qualidade e desempenho equivalentes, atendam às especificações técnicas aplicáveis



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

e não comprometam a segurança, a durabilidade ou o funcionamento do veículo, mediante prévia autorização da Administração. Não serão aceitas peças automotivas reconcondicionadas ou remanufaturadas.

4.2.19. A contratada deverá apresentar, quando solicitado pela fiscalização da Ata de Registro de Preços, documentação que comprove a procedência, garantia e conformidade das peças fornecidas.

4.2.20. O desconto ofertado será aplicado sobre os preços referenciais constantes na tabela do sistema Traz Valor, ou na falta desse, poderá ser utilizada a tabela Audatex ou outra similar.

4.2.21. A Contratada enviará o pré-orçamento para o departamento demandante com a quantidade de horas e valores dos serviços a serem executados. O tempo gasto para determinado serviço será analisado pela equipe técnica designada, em caso de não aprovação à contratada será comunicada para apresentar as devidas justificativas técnicas.

4.2.22. Os itens de fornecimento de peças possuem como unidade de medida Valor (R\$). Essa forma de quantificação foi adotada porque não é possível definir previamente quais peças, modelos ou quantidades serão necessárias durante a vigência da Ata de Registro de Preços. Assim, o valor indicado na planilha corresponde apenas ao montante financeiro estimado para futuras aquisições. As peças efetivamente fornecidas serão identificadas conforme a necessidade de cada manutenção e terão seus preços obtidos na **Tabela TRAZ VALOR**, aplicando-se o percentual de desconto registrado.

4.2.23. Os itens de prestação de serviços possuem como unidade de medida Hora (h), indicando que a cobrança ocorrerá por horas de mão de obra necessárias à execução dos serviços, observados os critérios e valores de referência da Tabela TRAZ VALOR, com aplicação do percentual de desconto registrado. O valor estimado constante na planilha foi definido exclusivamente para fins de estimativa da licitação, com base nas necessidades informadas pelos departamentos requisitantes, não representando quantidade previamente definida de horas a serem executadas.

4.2.24. Os custos com o diagnóstico ou identificação do problema utilizando Scanner, está incluso no valor da hora, sendo este custo de responsabilidade da empresa contratada.

4.2.25. Os serviços deverão ser executados nas instalações da oficina contratada, que deve estar localizada na área de abrangência do município de Marmeleiro ou em um raio máximo de 15 (quinze) quilômetros da sede administrativa do Município; os veículos devem ser rebocados/transportados pelo SERVIÇO DE GUINCHO (PRANCHA) DA CONTRATADA sem ônus para o CONTRATANTE (NO DESLOCAMENTO PARA CONserto E PARA ENTREGA APÓS O CONserto), em caso de qualquer sinistro no transporte a responsabilidade fica por conta da CONTRATADA, para ressarcir qualquer custo que por ventura resultem do sinistro, inclusive na hipótese de ocorrer um acidente rodoviário envolvendo o veículo, como colisão, capotagem, abalroamento, tombamento, incêndio ou explosão do veículo.

O preço base para efetivação do cálculo, refere-se à cotação apresentada na tabela do sistema TRAZ VALOR.

A disputa de itens se dará pelo maior índice proposto para cada item.

Onde:

% PO = Desconto de outras peças originais ofertadas pela empresa.

% MO: Mão de obra por hora: Incluído todas e quaisquer despesas de seus funcionários. Será de total responsabilidade da CONTRATADA o deslocamento, pernoite, alimentação e demais despesas do TÉCNICO responsável da mesma para realizar os serviços nos locais onde estiver o maquinário/equipamento, pertinentes à execução do objeto da Ata de Registro de Preços.

A tabela de referência estará disponível para consulta no Setor de Patrimônio, localizado na Avenida Macali, nº 255, Bairro Centro.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

4.2.26. Com o objetivo de assegurar a ampla competitividade, isonomia entre os licitantes e adequada formulação das propostas, a Administração disponibilizará gratuitamente às empresas participantes do certame acesso temporário ao sistema de orçamentação eletrônica TRAZ VALOR durante o período de realização do pregão.

4.2.27. O acesso será concedido exclusivamente para utilização vinculada ao procedimento licitatório, permitindo consulta aos valores referenciais de peças de reposição e tempos de mão de obra mecânica utilizados como parâmetro para elaboração das propostas comerciais.

4.2.28. As condições de acesso, prazo de utilização e orientações operacionais serão informadas pela Administração aos licitantes juntamente com os documentos do certame ou mediante comunicação formal durante a fase externa da licitação.

4.2.29. A disponibilização temporária da ferramenta não gera qualquer vínculo contratual entre os licitantes e a empresa detentora do sistema, destinando-se unicamente à padronização dos critérios de consulta e à garantia da transparência na formação das propostas.

4.3. SUBCONTRATAÇÃO:

4.3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

4.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. JUSTIFICATIVA LOTE/GRUPO

4.5.1. A presente contratação será realizada por grupos de veículos com fornecimento de peças e mão de obra.

4.5.2. Justifica-se o critério de julgamento **MAIOR DESCONTO PERCENTUAL POR LOTE/GRUPO**, contemplando fornecimento de peças e mão de obra, devido à maior eficiência na prestação dos serviços. Ocorre que devido a quantidade de peças que cada veículo possui, torna-se impossível mantermos todas em estoque. Muitas peças que precisam ser trocadas são identificadas no momento da execução do serviço. Por mais que seja feito revisões nos veículos, devido ao grande uso diário, sempre ocorre avarias. Devido a isso, a aquisição das peças separadamente do serviço causa o grave risco de veículos ficarem parados, aguardando a aquisição de peças, prejudicando a execução das atividades e comprometendo o atendimento da demanda.

4.6. LIMITAÇÃO GEOGRÁFICA

4.6.1. Considerando a natureza do objeto e a necessidade de assegurar a continuidade das atividades da frota municipal, a empresa contratada deverá possuir estabelecimento operacional localizado em um **raio máximo de 15 (quinze) quilômetros da sede administrativa do Município de Marmeleiro/PR**, compatível com o lote adjudicado, apto a realizar o fornecimento de peças de reposição e a execução dos respectivos serviços de manutenção preventiva, corretiva e recuperativa dos sistemas hidráulico, elétrico e/ou de ar-condicionado dos veículos, máquinas e equipamentos pertencentes à frota municipal.

4.6.2. A exigência de delimitação geográfica possui caráter estritamente operacional e decorre da necessidade de garantir maior eficiência na execução contratual, nos termos dos arts. 5, 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021, não se destinando a restringir indevidamente a competitividade do certame.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

4.6.3. A frota municipal é composta por veículos de diversas categorias, utilizados diariamente na execução de serviços essenciais à população, tais como transporte de pacientes, transporte escolar, manutenção de vias públicas, atendimento das demandas da agricultura, assistência social e demais atividades administrativas. Em razão da utilização contínua desses veículos, a ocorrência de manutenções preventivas e corretivas demanda atendimento célere, de modo a minimizar o tempo de indisponibilidade dos bens e evitar prejuízos à prestação dos serviços públicos.

4.6.4. A localização da contratada em raio máximo de 15 km da sede administrativa do Município permitirá maior rapidez no encaminhamento dos veículos para diagnóstico, orçamento, manutenção, testes e retirada após a conclusão dos serviços, reduzindo significativamente os períodos de paralisação da frota. Além disso, possibilitará que os fiscais da Ata de Registro de Preços realizem acompanhamento presencial das manutenções, conferência dos serviços executados, verificação das peças substituídas e demais atividades de fiscalização com maior eficiência e menor custo para a Administração.

4.6.5. A exigência também se justifica pela necessidade de redução dos custos indiretos decorrentes dos deslocamentos dos veículos até o local de execução dos serviços. Distâncias maiores acarretariam aumento das despesas com combustível, desgaste dos veículos, utilização de servidores e motoristas para transporte dos veículos, além de potencial elevação dos custos operacionais da contratação, em desacordo com o princípio da economicidade.

4.6.6. No caso específico dos caminhões, ônibus, vans e demais veículos de maior porte, a necessidade de deslocamentos frequentes para avaliações técnicas, retornos para ajustes ou revisões e transporte de veículos com restrições de funcionamento pode gerar custos adicionais expressivos quando os serviços são executados em localidades mais distantes.

4.6.7. Dessa forma, a delimitação geográfica em raio máximo de 15 km da sede administrativa do Município de Marmeleiro constitui requisito tecnicamente necessário e proporcional ao objeto contratado, estando diretamente relacionada à obtenção da solução mais vantajosa para a Administração, à redução dos custos operacionais, à eficiência da fiscalização contratual e à garantia da continuidade dos serviços públicos essenciais, em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

5 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

5.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

5.3. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

5.4. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução da Ata de Registro de Preços.

5.5. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

5.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo Fiscal ou Gestor da Ata de Registro de Preços ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

5.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

5.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essas responsabilidades a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

5.9. Não contratar, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do Fiscal ou Gestor da Ata de Registro de Preços, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

5.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela Ata de Registro de Preços, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.

5.11. Comunicar ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

5.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

5.13. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

5.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

5.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

5.17. Manter, durante toda a execução do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.18. Cumprir, durante todo o período de execução do instrumento contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133/2021).

5.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

5.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata de Registro de Preços.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

5.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

5.23. Permitir, a qualquer tempo, que o fiscal do CONTRATANTE inspecione o objeto e examine os registros e documentos que considerar necessário.

5.24. Deverá apresentar para o servidor público designado o orçamento para execução dos serviços no prazo de até 03 (três) dias úteis. No orçamento deverá ser informado: identificação do equipamento (marca, modelo, série, ano, horímetro e unidade usuária); relatórios com os defeitos do equipamento, os itens a serem revisados, consertados e substituídos, de acordo com cada marca/modelo de equipamento.

5.25. Todos os serviços de mão de obra que serão executados deverão ser calculados por hora tendo como referência individual de cada serviço o tempo considerado pelas empresas do ramo como tempo padrão de reparos para execução dos serviços.

5.26. O prazo de aprovação do orçamento pelo município será de até 05 (cinco) dias úteis após apresentação, devendo o servidor público designado retornar à contratada o orçamento, devidamente assinado.

5.27. A contratada deverá assumir inteira responsabilidade técnica pela execução dos serviços contratados.

5.28. Após a realização de cada serviço, disponibilizar profissional competente para acompanhar o representante da contratante na realização de “teste” efetuando a entrega do equipamento em boas condições de limpeza.

5.29. Manter, sem qualquer ônus ou custo direto adicional para a contratante, espaço de oficina implementada com segurança própria, seguro de pátio, seguro de transporte, escritório de atendimento na oficina, telefone de atendimento, materiais, utensílios, equipamentos, elevadores, macacos mecânicos, ferramentas em geral, instalações, meios de transporte, e outros necessários para a completa realização dos serviços, inclusive os materiais necessários para a limpeza de peças e materiais quando o equipamento estiver em manutenção.

5.30. A contratante reserva-se ao direito de recusar qualquer serviço que não atenda às exigências. A recusa não poderá ser alegada como justificativa para atraso na execução dos serviços e nem acréscimo na cobrança de mão-de-obra e, da mesma forma, não isenta a contratada de responsabilidade quanto ao cumprimento dos termos de garantia de serviço.

5.31. O aceite do servidor por parte da contratante se dará após vistoria do veículo, realizada pelo operador, visando verificar a qualidade do serviço realizado. Não havendo aceite, o veículo deverá retornar para o estabelecimento da contratada para correção dos serviços.

5.32. Deverá manter o controle de entrada e saída de veículos, com emissão de guia de recebimento/devolução, constando inclusive acessórios, equipamento e objetos que acompanhem os veículos, a descrição dos serviços realizados e a respectiva autorização da contratante.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

5.33. Os serviços deverão ser executados de maneira que mantenha os veículos em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento.

5.34. Deverá dispor de estrutura própria, com disponibilização de profissionais necessários para a prestação dos serviços contratados, bem como toda infraestrutura e equipamentos como: local apropriado que ofereça condições para realização dos serviços, de fácil acesso aos maquinários, ferramental completo, área administrativa e outras condições necessárias, também deverá dispor de local coberto, limpo, fechado, de modo que os veículos/máquinas fiquem livres da chuva, vento, poeira, granizo e demais intempéries, com a segurança devida.

5.35. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente a presente Ata de Registro de Preços, nem subcontratar, sem prévio consentimento por escrito do CONTRATANTE.

5.36. Reexecutar serviços sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, quando estiverem em desacordo com as técnicas e procedimentos aplicáveis aos mesmos.

5.37. Refazer os serviços eventualmente executados com vícios ou defeitos, em virtude da ação, omissão, negligência, imperícia, emprego de materiais ou processos inadequados ou de qualidade inferiores.

5.38. Prestar garantia das peças de 90 (noventa) dias sobre as peças.

5.39. Trocar a suas expensas, a mercadoria/peça que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação.

5.40. Repor a(s) peça(s) que apresentar(em) defeito, independentemente de sua aceitação; por divergência não adequada serão aplicadas às sanções previstas neste edital e legislação vigente.

5.41. Fornecer peças de reposição em conformidade com a NBR 15.296 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, sendo vedadas peças adquiridas no mercado paralelo, usadas, remanufaturadas ou de procedência duvidosa. Na entrega serão verificados especificações, marca, código, prazos de validade e apresentação (estado de conservação das embalagens).

5.42. As peças deverão ser novas, sem uso, genuínas ou similares de primeira linha, compatíveis com o veículo e em conformidade com as especificações técnicas do fabricante, vedadas peças reconcondicionadas ou de procedência duvidosa.

5.43. Sempre que solicitado pela Administração, prestar atendimento externo para avaliação técnica e reparos emergenciais de veículos, máquinas ou equipamentos imobilizados em decorrência de falha nos sistemas abrangidos pelo objeto da contratação, observando os prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

6 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com a(o) Ata de Registro de Preços/Contrato e seus anexos.

6.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

6.3. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com os padrões exigidos nas especificações.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

6.4. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela empresa para a fiel execução do objeto.

6.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

6.6. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor especialmente designado, o cumprimento do objeto e das obrigações da CONTRATADA, sob os aspectos quantitativo e qualificativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma.

6.7. Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento e no Termo de Referência, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, que deverá vir acompanhada de Ordem de Compra emitida pelo CONTRATANTE.

6.8. Aplicar a CONTRATADA as sanções previstas na Lei e no instrumento contratual.

6.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6.10. O CONTRATANTE terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da conclusão da instrução do requerimento, para decidir sobre todas as solicitações da CONTRATADA, inclusive pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.11. O CONTRATANTE não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução deste Termo de Referência, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à CONTRATADA.

6.12. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente processo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7 – EXECUÇÃO DO OBJETO:

7.1. Os serviços e o fornecimento de peças serão executados de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, durante a vigência da Ata de Registro de Preços ou Contrato, mediante emissão de Ordem de Serviço, Ordem de Compra ou documento equivalente expedido pelo setor competente.

7.2. A contratada deverá realizar diagnóstico prévio do veículo, máquina ou equipamento, apresentando orçamento detalhado contendo, no mínimo, a descrição dos serviços a serem executados, a relação das peças e materiais necessários, seus respectivos códigos na Tabela TRAZ VALOR, quantitativos, tempo estimado de mão de obra e valores obtidos mediante aplicação do percentual de desconto contratado, para análise e autorização da Administração.

7.3. Nenhum serviço poderá ser iniciado sem a prévia autorização do fiscal ou gestor da Ata de Registro de Preços. O setor responsável realizará a emissão da ordem de serviço através do sistema TRAZ VALOR, com base no detalhamento apresentado pela CONTRATADA, para posterior prosseguimento dos serviços.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

7.4. Os preços das peças, materiais e serviços terão como referência a Tabela TRAZ VALOR vigente na data da emissão da Ordem de Serviço ou Ordem de Compra, aplicando-se o percentual de desconto ofertado pela contratada.

7.5. A fiscalização contratual poderá consultar a Tabela TRAZ VALOR para conferência dos códigos, valores das peças, materiais, tempo padrão de mão de obra e demais informações utilizadas na elaboração dos orçamentos apresentados pela contratada.

7.6. As peças e materiais fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, compatíveis com as especificações técnicas do fabricante do veículo, máquina ou equipamento, sendo vedado o fornecimento de itens usados, recuperados, recondicionados ou remanufaturados.

7.7. Excepcionalmente, mediante justificativa técnica e comprovação da indisponibilidade de peças genuínas ou originais no mercado, poderão ser utilizados materiais equivalentes ou de primeira linha, desde que previamente autorizados pela Administração e possuam qualidade compatível com as especificações do fabricante.

7.8. Sempre que solicitado pela fiscalização, a contratada deverá apresentar documentação que comprove a procedência, especificações técnicas e compatibilidade das peças e materiais fornecidos.

7.9. Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados, utilizando equipamentos e ferramentas adequados, observando as recomendações dos fabricantes, as normas técnicas aplicáveis e as boas práticas de manutenção automotiva.

7.10. A execução dos serviços e a substituição das peças deverão restabelecer integralmente as condições de funcionamento, segurança e desempenho do sistema reparado, cabendo à contratada realizar todos os testes necessários antes da liberação do veículo, máquina ou equipamento.

7.11. A execução dos serviços e o fornecimento das peças ocorrerão, em regra, nas dependências da contratada, em endereço informado na proposta e na Ata de Registro de Preços, sendo os veículos, máquinas e equipamentos encaminhados pela Administração até o estabelecimento da empresa. Quando tecnicamente viável e previamente autorizado pela Administração, os serviços poderão ser executados nas dependências do Município ou no local onde o equipamento estiver.

7.12. O prazo para apresentação do diagnóstico e orçamento será de até **48 (quarenta e oito) horas** contadas do recebimento do veículo, máquina ou equipamento pela contratada.

7.13. Após a autorização da Administração, os serviços deverão ser concluídos em até **72 (setenta e duas) horas**, ressalvados os casos que demandem serviços de maior complexidade ou dependam da aquisição de peças não disponíveis em estoque, hipótese em que o prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal, devidamente justificada e aceita pela Administração.

7.14. Quando se tratar de atendimento emergencial, a contratada deverá iniciar os serviços no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** após a autorização do orçamento, adotando todas as providências necessárias para restabelecer a operacionalidade do veículo ou equipamento no menor tempo possível.

7.15. As peças substituídas deverão permanecer à disposição da Administração até a conclusão da fiscalização dos serviços, quando solicitado pelo fiscal da Ata de Registro de Preços, podendo ser recolhidas pelo Município para conferência.

7.16. Todos os serviços executados e as peças fornecidas serão conferidos pelo fiscal da Ata de Registro de Preços ou por servidor designado pelo Departamento solicitante, que verificará sua



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

conformidade com a Ordem de Serviço, Ordem de Compra, orçamento aprovado e demais especificações constantes deste Termo de Referência.

7.17. Não serão recebidos serviços executados em desacordo com a autorização da Administração, peças ou materiais incompatíveis com o veículo ou equipamento, quantitativos divergentes, itens de qualidade inferior à especificada ou cobranças em desacordo com a Tabela TRAZ VALOR e com o percentual de desconto contratado.

7.18. Os serviços executados e as peças fornecidas deverão possuir garantia na forma prevista pelo Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo da garantia oferecida pelo fabricante ou pela própria contratada, prevalecendo sempre a condição mais vantajosa para a Administração.

7.19. Constatada qualquer falha, defeito, vício ou inadequação decorrente da execução dos serviços ou da qualidade das peças e materiais fornecidos, a contratada deverá promover a correção ou substituição, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, ou em outro prazo tecnicamente justificado e aprovado pela fiscalização.

7.20. A contratada deverá entregar os serviços concluídos em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados da respectiva Nota Fiscal e dos demais documentos exigidos pela fiscalização para fins de conferência, liquidação da despesa e recebimento definitivo.

7.21. Excepcionalmente, quando o veículo, máquina ou equipamento apresentar pane ou defeito que impossibilite seu deslocamento até as dependências da contratada, ou quando a remoção puder ocasionar riscos, danos adicionais ou prejuízo à continuidade dos serviços públicos, a Administração poderá solicitar atendimento no local da ocorrência.

7.22. Nesses casos, a contratada deverá disponibilizar profissional habilitado para realizar a avaliação técnica e, quando possível, executar o reparo no próprio local. Não sendo viável o restabelecimento das condições de funcionamento, a contratada deverá adotar as providências necessárias para viabilizar a remoção do veículo, máquina ou equipamento até suas instalações, mediante prévia autorização da Administração.

7.23. Não serão admitidos reparos provisórios ou improvisados que comprometam a segurança, a confiabilidade ou a durabilidade do sistema reparado, salvo quando expressamente autorizados pela Administração para possibilitar apenas o deslocamento seguro do veículo até a oficina.

7.24. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

7.24.1. O objeto deste Termo de Referência será dado como recebido, conforme:

7.24.1.1. Provisoriamente, na apresentação do objeto, declarará formalmente à CONTRATADA que os serviços foram prestados ou que os bens foram recebidos para posterior análise das conformidades e qualidade, baseadas nos requisitos e nos critérios de aceitação. Esta verificação deverá estar concluída em até **02 (dois) dias úteis**.

7.24.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.24.1.3. Definitivamente, após a verificação dos requisitos e demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

Referência e da Ata de Registro de Preços acima identificado que ensejem correções por parte da CONTRATADA. Esta verificação deverá estar concluída em até **10 (dez) dias úteis**.

7.24.2. O recebimento definitivo ficará condicionado à comprovação de que:

- a) os serviços foram executados de acordo com as especificações técnicas e normas aplicáveis;
- b) as peças fornecidas são genuínas ou originais de fábrica, ou, quando previamente autorizadas pela Administração, equivalentes de primeira linha;
- c) os veículos e equipamentos encontram-se em perfeitas condições de funcionamento;
- d) foram sanadas eventuais pendências, irregularidades ou inconformidades apontadas pela fiscalização.

7.24.3. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez, qualidade, segurança e funcionamento dos serviços executados e dos materiais fornecidos, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da Ata de Registro de Preços.

7.24.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.24.5. O recebimento definitivo também ficará condicionado à conferência dos valores cobrados, dos códigos das peças, dos tempos de mão de obra e da aplicação do percentual de desconto contratado, conforme a Tabela TRAZ VALOR vigente na data da execução dos serviços.

7.24.6. Em caso de o objeto ser entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo, pelo CONTRATANTE, para que a CONTRATADA faça a substituição. Este prazo iniciar-se-á a partir da notificação do CONTRATANTE. A CONTRATADA ficará obrigada a substituir, às suas expensas, o objeto que for recusado.

7.24.7. Independentemente da aceitação, a CONTRATADA deverá garantir a qualidade do objeto fornecido pelo prazo de garantia, quando for o caso, obrigando-se a substituir no prazo determinado pelo CONTRATANTE, às suas expensas, aquele que apresentar falha ou defeito durante o recebimento e o período de cobertura da garantia.

7.24.8. Em todo o objeto, as especificações exigidas são as mínimas necessárias para o atendimento das necessidades dos Departamentos solicitantes. Não sendo aceito o objeto com especificações diferentes das descritas.

7.24.9. Somente serão aceitos os serviços efetivamente autorizados pela Administração e devidamente comprovados por meio de ordem de serviço, orçamento aprovado e relatório de execução contendo a descrição dos serviços realizados, peças aplicadas e demais informações necessárias à fiscalização contratual.

7.24.10. As peças substituídas deverão ser apresentadas à fiscalização, quando solicitadas, para conferência e comprovação da efetiva substituição.

7.24.11. O recebimento definitivo não afasta a obrigação da contratada de garantir a qualidade dos serviços executados e das peças fornecidas durante o período de garantia legal ou contratual aplicável.

7.24.12. Verificada qualquer falha, defeito ou vício decorrente da execução dos serviços ou da qualidade das peças fornecidas durante o período de garantia, a contratada deverá realizar os reparos, substituições ou correções necessárias sem qualquer ônus para a Administração.

8 – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

8.1. A Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. O recebimento do objeto, a fiscalização e o acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços, será de responsabilidade dos servidores: Sandra Marisa Moreira Nicolau, Douglas Fabiano Bressiani, Idiones Maria Bruni Padilha, Mauro Fischer, Airtton Neri Rama, Fernanda Barizon, Jean Max da Silva, Elcio Maldonado Valenzuela, Sidnei Domingos Machado.

8.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, ainda que resultem de condições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica na responsabilidade da administração e de seus agentes e prepostos.

8.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência destes deverão ser solicitadas a autoridade superior, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes, no caso o Gestor da Ata de Registro de Preços.

8.5. A gestão da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do Diretor do Departamento do Departamento de Viação e Obras, Sr. Volmir Nicolau.

8.6. Em caso de férias, exoneração ou qualquer tipo de afastamento do Gestor designado, o substituto imediato será o servidor que assumir o cargo de diretor ou responsável no período.

8.7. Caberá aos Gestores e Fiscais designados pela autoridade competente do Município promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes do Contrato ou da Ata de Registro de Preços, seguindo os preceitos do Decreto Municipal nº 3.500, de 05 de março de 2024, que Regulamenta as regras para atuação do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio, o funcionamento da Comissão de Contratação e a atuação dos Gestores e Fiscais de Contratos, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

9 – CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:

9.1. O pagamento será efetuado através de transferência eletrônica para a conta bancária da CONTRATADA indicada pela mesma, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do mês subsequente da apresentação da Nota Fiscal, após o recebimento definitivo do objeto.

9.2. A vencedora do certame deverá apresentar as certidões (FGTS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.

9.3. Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

9.4. Aplica-se aos documentos fiscais emitidos a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 ou a que vier a substituí-la, nos termos do Decreto Municipal nº 3.480, de 26 de dezembro de 2023.

10 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

10.1. PARA A HABILITAÇÃO, SERÁ EXIGIDA A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA:

10.2. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

- 10.2.1. No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 10.2.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.
- 10.2.3. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI**, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.
- 10.3. A documentação relativa à **qualificação econômico-financeira** consistirá em:
- 10.3.1. **Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 90 (noventa) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento.
- 10.4. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá em:
- 10.4.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ**.
- 10.4.2. Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal**, se houver, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 10.4.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de **Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.
- 10.4.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado.
- 10.4.5. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado.
- 10.4.6. Certificado de Regularidade de Situação para com o **Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS)**.
- 10.4.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.
- 10.4.8. Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

10.4.8.1. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

10.5. A documentação relativa à **REGULARIDADE TÉCNICA** consistirá em:

10.5.1. **Atestado de Capacidade Técnica:** Apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto da contratação, abrangendo a manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas hidráulico, elétrico e/ou de ar-condicionado de veículos automotores, máquinas e equipamentos, bem como o fornecimento de peças de reposição compatíveis com a especialidade correspondente ao lote licitado.

10.6. O critério de julgamento adotado é o de **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE/GRUPO**, através da modalidade **PREGÃO**, sob a forma eletrônica.

11 – FRAUDE E CORRUPÇÃO:

11.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução desta Ata de Registro de Preços nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro da presente Ata de Registro de Preços, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto desta Ata de Registro de Preços, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

12 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados nas dotações orçamentárias apresentadas abaixo:

Conta	Órgão/Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte
69	03.01	04.122 0003 2.006	3.3.90.39.19.05.00	0
70	03.01	04.122 0003 2.006	3.3.90.39.19.05.00	510
71	03.01	04.122 0003 2.006	3.3.90.39.19.05.00	511
157	05.01	26.782 0005 2.013	3.3.90.39.19.05.00	0
158	05.01	26.782 0005 2.013	3.3.90.39.19.05.00	510
207	06.02	12.361 0006 2.019	3.3.90.39.19.05.00	0
208	06.02	12.361 0006 2.019	3.3.90.39.19.05.00	103
209	06.02	12.361 0006 2.019	3.3.90.39.19.05.00	104
221	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	0
222	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	103
223	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	104
224	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	119
225	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	1043
264	07.01	27.812 0015 2.025	3.3.90.39.19.05.00	0
301	08.02	10.301 0016 2.027	3.3.90.39.19.05.00	0
302	08.02	10.301 0016 2.027	3.3.90.39.19.05.00	303
303	08.02	10.301 0016 2.027	3.3.90.39.19.05.00	348



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

707	08.02	10.301 0016 2.027	3.3.90.39.19.05.00	357
332	08.02	10.301 0016 2.029	3.3.90.39.19.05.00	303
333	08.02	10.301 0016 2.029	3.3.90.39.19.05.00	494
349	08.02	10.302 0016 2.031	3.3.90.39.19.05.00	0
350	08.02	10.302 0016 2.031	3.3.90.39.19.05.00	303
351	08.02	10.302 0016 2.031	3.3.90.39.19.05.00	494
372	08.03	10.304 0020 2.033	3.3.90.39.19.05.00	0
373	08.03	10.304 0020 2.033	3.3.90.39.19.05.00	494
374	08.03	10.304 0020 2.033	3.3.90.39.19.05.00	510
683	08.03	10.304 0020 2.033	3.3.90.39.19.05.00	353
391	09.01	08.244 0022 2.035	3.3.90.39.19.05.00	0
399	09.01	08.244 0022 2.036	3.3.90.39.19.05.00	0
411	09.02	08.244 0022 2.037	3.3.90.39.19.05.00	0
421	09.02	08.244 0022 2.045	3.3.90.39.19.05.00	940
426	09.02	08.244 0022 2.053	3.3.90.39.19.05.00	934
455	09.05	08.243 0025 2.067	3.3.90.39.19.05.00	0
486	10.01	20.606 0027 2.049	3.3.90.39.19.05.00	0
501	10.02	20.608 0027 2.050	3.3.90.39.19.05.00	0
536	12.01	18.541 0033 2.058	3.3.90.39.19.05.00	0
609	14.01	15.452 0036 2.065	3.3.90.39.19.05.00	0
610	14.01	15.452 0036 2.065	3.3.90.39.19.05.00	504



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO Nº 000/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 2451/2026

Nº DA CONTRATAÇÃO COMPRAS.GOV.BR: 454524 - **/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE/GRUPO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA (uso obrigatório por todas as licitantes)

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por, cargo, RG, CPF, (endereço), propõe fornecer à Prefeitura Municipal de Marmeleiro, em estrito cumprimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico nº 000/2026, conforme abaixo discriminado:

Grupo/Lote 01: Veículos leves e utilitários - Todas as marcas - Manutenção e peças

Item	Descrição	Valor Total Estimado	Desc. Mínimo p/ PR/MO	
1	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e de ar condicionado de veículos leves e utilitários, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	144.800,00	PO	%
2	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos leves e utilitários, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	84.637,00	MO	%
Valor Total Estimado do Grupo/Lote		229.437,00		

Grupo/Lote 02: Ônibus e micro-ônibus - Todas as marcas - Manutenção e peças

Item	Descrição	Valor Total Estimado	Desc. Mínimo p/ PR/MO	
3	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de veículos ônibus e micro-ônibus, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	230.000,00	PO	%
4	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos ônibus e micro-ônibus, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	108.150,00	MO	%
Valor Total Estimado do Grupo/Lote		338.150,00		

Grupo/Lote 03: Caminhões - Todas as marcas - Manutenção e peças

Item	Descrição	Valor Total Estimado	Desc. Mínimo p/ PR/MO	
5	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de veículos caminhões, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	364.936,00	PO	%



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

6	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos caminhões, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	169.932,00	MO	%
Valor Total Estimado do Grupo/Lote		534.868,00		

Grupo/Lote 04: Máquinas pesadas - Todas as marcas - Manutenção e peças

Item	Descrição	Valor Total Estimado	Desc. Mínimo p/ PR/MO	
7	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de máquinas pesadas e equipamentos multimarcas, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	325.000,00	PO	%
8	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para máquinas pesadas e equipamentos multimarcas, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	295.000,00	MO	%
Valor Total Estimado do Grupo/Lote		620.000,00		

Grupo/Lote 05: Veículos vans - Todas as marcas - Manutenção e peças

Item	Descrição	Valor Total Estimado	Desc. Mínimo p/ PR/MO	
9	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de veículos vans, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	143.000,00	PO	%
10	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos vans, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	74.000,00	MO	%
Valor Total Estimado do Grupo/Lote		217.000,00		

Grupo/Lote 06: Manutenção hidráulica de veículos, máquinas e equipamentos

Item	Descrição	Valor Total Estimado	Desc. Mínimo p/ PR/MO	
11	Fornecimento de peças e componentes destinados à manutenção de sistemas hidráulicos dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, incluindo mangueiras hidráulicas, terminais, conexões, adaptadores, capas de prensagem (casquilhos), vedações e demais componentes correlatos, conforme Tabela TRAZ VALOR vigente.	400.000,00	PO	%
12	Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e recuperativa em sistemas hidráulicos de veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, compreendendo diagnóstico, desmontagem, montagem, reparos, confecção e prensagem de mangueiras hidráulicas, substituição de componentes e testes de funcionamento, com base de preços na Tabela TRAZ VALOR.	150.000,00	MO	%
Valor Total Estimado do Grupo/Lote		550.000,00		

OBS.: NÃO alterar o valor/saldo, somente preencher o percentual de desconto ofertado.

A validade desta proposta é de **90 (noventa) dias corridos**, contados da data de sua assinatura.

Informar Percentual final de desconto da PO e MO.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

Declaro que a proponente atende aos requisitos de habilitação e o declarante atesta a veracidade das informações prestadas (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

85

ESTADO DO PARANÁ

Responsável pela assinatura do contrato ou da Ata de Registro de Preços:

- Nome:
- CPF:
- Endereço:
- Telefone:
- e-mail:

Informar Agência e Conta para pagamento.

Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

....., de de 2026.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO Nº 000/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 2451/2026

Nº DA CONTRATAÇÃO COMPRAS.GOV.BR: 454524 - **/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE/GRUPO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ***/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/2026

O **MUNICÍPIO DE MARMELEIRO**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ sob o nº 76.205.665/0001-01, com sede administrativa na Avenida Macali, nº 255, centro, Marmeleiro, Estado do Paraná, representado pelo Prefeito, Sr. Jander Luiz Loss, inscrito no CPF sob o nº 744.826.379-04, de ora em diante denominado **CONTRATANTE**; e a empresa ***, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº ***, com sede na ***, nº ***, Bairro ***, Cidade de ***, Estado do ***, CEP ***, Telefone (**) ***, e-mail: ***, representada neste ato pelo(a) Sr(a). ***, inscrito(a) no CPF sob o nº ***, aqui denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, RESOLVEM, por meio desta Ata e com integral observância das normas: Lei Geral de Licitações n. 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações e Regulamento Municipal, e, ainda, pelas condições estabelecidas pelo edital e suas partes integrantes, FIRMAM A PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/2026.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. A presente Ata de Registro de Preços está sendo firmada com fundamento na Lei nº 14.133/21, e de acordo com as conclusões do Pregão Eletrônico nº 000/2026, aplicando-se, ainda, os princípios inerentes aos contratos administrativos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E VALOR

2.1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado, atendendo as necessidades dos Departamentos solicitantes, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e de acordo com o edital e descrição a seguir:

AMPLA CONCORRÊNCIA						
Item	CATMAT CATSER	Descrição	Valor Total	Desc. Mínimo p/ (PO/MO)		Unidade
GRUPO/LOTE 01: VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS						
1	13798	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e de ar condicionado de veículos leves e utilitários, com base de	144.800,00	PO	5%	Valor



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

		preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.				
2	5851	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos leves e utilitários, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	84.637,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 01				229.437,00		
GRUPO/LOTE 02: ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS						
3	13798	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de veículos ônibus e micro-ônibus, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	230.000,00	PO	5%	Valor
4	5843	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos ônibus e micro-ônibus, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	108.150,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 02				338.150,00		
GRUPO/LOTE 03: CAMINHÕES - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS						
5	13798	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de veículos caminhões, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	364.936,00	PO	5%	Valor
6	5843	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos caminhões, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	169.932,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 03				534.868,00		
GRUPO/LOTE 04: MÁQUINAS PESADAS - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS						
7	13798	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de máquinas pesadas e equipamentos multimarcas, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	325.000,00	PO	5%	Valor
8	5843	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para máquinas pesadas e equipamentos multimarcas, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	295.000,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 04				620.000,00		
GRUPO/LOTE 05: VEÍCULOS VANS - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS						
9	13798	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de veículos vans, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	143.000,00	PO	5%	Valor
10	5843	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos vans, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	74.000,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 05				217.000,00		
GRUPO/LOTE 06: MANUTENÇÃO HIDRÁULICA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS						



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

11	13798	Fornecimento de peças e componentes destinados à manutenção de sistemas hidráulicos dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, incluindo mangueiras hidráulicas, terminais, conexões, adaptadores, capas de prensagem (casquilhos), vedações e demais componentes correlatos, conforme Tabela TRAZ VALOR vigente.	400.000,00	PO	5%	Valor
12	27944	Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e recuperativa em sistemas hidráulicos de veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, compreendendo diagnóstico, desmontagem, montagem, reparos, confecção e prensagem de mangueiras hidráulicas, substituição de componentes e testes de funcionamento, com base de preços na Tabela TRAZ VALOR.	150.000,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 06			550.000,00			
VALOR TOTAL ESTIMADO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS			2.489.455,00			

2.2. O valor total estimado para esta contratação será de R\$ 2.489.455,00 (dois milhões e quatrocentos e oitenta e nove mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais).

2.3. Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o FORNECEDOR, ficando-lhe facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, nos termos do artigo 83 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

2.4. Vinculam esta Ata, independentemente de transcrição: o Termo de Referência, o Edital do Pregão Eletrônico nº 000/2026, a proposta do FORNECEDOR e eventuais anexos dos documentos citados.

2.5. Os serviços serão executados nas dependências do FORNECEDOR.

O preço base para efetivação do cálculo, refere-se à cotação apresentada na tabela do sistema TRAZ VALOR.

A disputa de itens se dará pelo maior índice proposto para cada item.

Onde:

% PO = Desconto de outras peças originais ofertadas pela empresa.

% MO: Mão de obra por hora: Incluído todas e quaisquer despesas de seus funcionários. Será de total responsabilidade da CONTRATADA o deslocamento, pernoite, alimentação e demais despesas do TÉCNICO responsável da mesma para realizar os serviços nos locais onde estiver o maquinário/equipamento, pertinentes à execução do objeto da Ata de Registro de Preços.

A tabela de referência estará disponível para consulta no Setor de Patrimônio, localizado na Avenida Macali, nº 255, Bairro Centro.

2.6. Com o objetivo de assegurar a ampla competitividade, isonomia entre os licitantes e adequada formulação das propostas, a Administração disponibilizará gratuitamente às empresas participantes do certame acesso temporário ao sistema de orçamentação eletrônica TRAZ VALOR durante o período de realização do pregão.

2.7. O acesso será concedido exclusivamente para utilização vinculada ao procedimento licitatório, permitindo consulta aos valores referenciais de peças de reposição e tempos de mão de obra mecânica utilizados como parâmetro para elaboração das propostas comerciais.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

2.8. As condições de acesso, prazo de utilização e orientações operacionais serão informadas pela Administração aos licitantes juntamente com os documentos do certame ou mediante comunicação formal durante a fase externa da licitação.

2.9. A disponibilização temporária da ferramenta não gera qualquer vínculo contratual entre os licitantes e a empresa detentora do sistema, destinando-se unicamente à padronização dos critérios de consulta e à garantia da transparência na formação das propostas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PUBLICIDADE DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, ou seja, até ** de ** de 202*, podendo ser prorrogada na forma do art. 84 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

3.1.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços.

3.1.2. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.3. Na formalização da Ata ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2. A contratação com o FORNECEDOR registrado na ata será formalizada pelo Município por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.3. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. Após a homologação da licitação, para a formalização da Ata de Registro de Preços, serão considerados os valores unitários e totais da proposta ajustada do adjudicatário, respeitando obrigatoriamente os quantitativos previstos no edital.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

4.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou dos serviços registrados, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2. O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente Ata será de responsabilidade exclusiva do FORNECEDOR, bem como demais encargos inerentes e necessários para a completa execução das suas obrigações assumidas pela presente Ata, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste instrumento.

4.3. O valor acima e meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao FORNECEDOR dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos ou executados.

4.4. Os preços inicialmente registrados são fixos e irredutíveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

4.5. Após o interregno de 01 (um) ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) ou o que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado exclusivamente através de depósito ou transferência eletrônica para a conta bancária do FORNECEDOR indicada pela mesma, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do mês subsequente da apresentação da Nota Fiscal, após o recebimento definitivo do objeto.

5.2. A nota fiscal deverá ser apresentada no Setor de Finanças ou encaminhada pelo endereço eletrônico: nf@marmeleiro.pr.gov.br, com indicação da modalidade e número da licitação e Ata de Registro de Preços, e Nota Fiscal emitida em nome da:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARMELEIRO

CNPJ nº 76.205.665/0001-01

Avenida Macali, nº 255 – Centro

Marmeleiro – PR

CEP: 85.614-068

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ***/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/2026

5.3. Deverão acompanhar a nota fiscal certidões negativas Federal, Estadual, Municipal, CNDT e do FGTS, válidas para o período do pagamento.

5.4. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

5.5. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pelo próprio FORNECEDOR obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ/MF apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas por outros CNPJs.

§1º Os pagamentos serão retidos em caso de não cumprimento pelo FORNECEDOR de disposições contratuais, bem como em caso de multa, até o recolhimento da mesma.

§2º O pagamento não efetuado na data de vencimento deverá ser corrigido até a data do efetivo pagamento pela variação do índice INPC ocorrida no período, salvo a ocorrência do disposto no §1º desta Cláusula.

5.6. Aplica-se aos documentos fiscais emitidos a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 ou a que vier a substituí-la, nos termos do Decreto Municipal nº 3.480, de 26 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA SEXTA – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados nas dotações orçamentárias apresentadas abaixo:

Conta	Órgão/Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte
69	03.01	04.122 0003 2.006	3.3.90.39.19.05.00	0
70	03.01	04.122 0003 2.006	3.3.90.39.19.05.00	510
71	03.01	04.122 0003 2.006	3.3.90.39.19.05.00	511
157	05.01	26.782 0005 2.013	3.3.90.39.19.05.00	0



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

158	05.01	26.782 0005 2.013	3.3.90.39.19.05.00	510
207	06.02	12.361 0006 2.019	3.3.90.39.19.05.00	0
208	06.02	12.361 0006 2.019	3.3.90.39.19.05.00	103
209	06.02	12.361 0006 2.019	3.3.90.39.19.05.00	104
221	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	0
222	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	103
223	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	104
224	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	119
225	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	1043
264	07.01	27.812 0015 2.025	3.3.90.39.19.05.00	0
301	08.02	10.301 0016 2.027	3.3.90.39.19.05.00	0
302	08.02	10.301 0016 2.027	3.3.90.39.19.05.00	303
303	08.02	10.301 0016 2.027	3.3.90.39.19.05.00	348
707	08.02	10.301 0016 2.027	3.3.90.39.19.05.00	357
332	08.02	10.301 0016 2.029	3.3.90.39.19.05.00	303
333	08.02	10.301 0016 2.029	3.3.90.39.19.05.00	494
349	08.02	10.302 0016 2.031	3.3.90.39.19.05.00	0
350	08.02	10.302 0016 2.031	3.3.90.39.19.05.00	303
351	08.02	10.302 0016 2.031	3.3.90.39.19.05.00	494
372	08.03	10.304 0020 2.033	3.3.90.39.19.05.00	0
373	08.03	10.304 0020 2.033	3.3.90.39.19.05.00	494
374	08.03	10.304 0020 2.033	3.3.90.39.19.05.00	510
683	08.03	10.304 0020 2.033	3.3.90.39.19.05.00	353
391	09.01	08.244 0022 2.035	3.3.90.39.19.05.00	0
399	09.01	08.244 0022 2.036	3.3.90.39.19.05.00	0
411	09.02	08.244 0022 2.037	3.3.90.39.19.05.00	0
421	09.02	08.244 0022 2.045	3.3.90.39.19.05.00	940
426	09.02	08.244 0022 2.053	3.3.90.39.19.05.00	934
455	09.05	08.243 0025 2.067	3.3.90.39.19.05.00	0
486	10.01	20.606 0027 2.049	3.3.90.39.19.05.00	0
501	10.02	20.608 0027 2.050	3.3.90.39.19.05.00	0
536	12.01	18.541 0033 2.058	3.3.90.39.19.05.00	0
609	14.01	15.452 0036 2.065	3.3.90.39.19.05.00	0
610	14.01	15.452 0036 2.065	3.3.90.39.19.05.00	504

CLÁUSULA SÉTIMA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o CONTRATANTE convocará o FORNECEDOR para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o CONTRATANTE convocará os licitantes subsequentes, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o CONTRATANTE procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o FORNECEDOR não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao FORNECEDOR requerer ao CONTRATANTE a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

7.2.1. Neste caso, o FORNECEDOR encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo CONTRATANTE e o FORNECEDOR deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 13.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos termos do item anterior, nos termos do Parágrafo anterior, o CONTRATANTE convocará os licitantes subsequentes, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o CONTRATANTE procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 13.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o CONTRATANTE atualizará o preço registrado de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Os serviços e o fornecimento de peças serão executados de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, durante a vigência da Ata de Registro de Preços ou Contrato, mediante emissão de Ordem de Serviço, Ordem de Compra ou documento equivalente expedido pelo setor competente.

8.2. A contratada deverá realizar diagnóstico prévio do veículo, máquina ou equipamento, apresentando orçamento detalhado contendo, no mínimo, a descrição dos serviços a serem executados, a relação das peças e materiais necessários, seus respectivos códigos na Tabela TRAZ VALOR, quantitativos, tempo estimado de mão de obra e valores obtidos mediante aplicação do percentual de desconto contratado, para análise e autorização da Administração.

8.3. Nenhum serviço poderá ser iniciado sem a prévia autorização do fiscal ou gestor da Ata de Registro de Preços. O setor responsável realizará a emissão da Ordem de Serviço através do sistema TRAZ VALOR, com base no detalhamento apresentado pelo FORNECEDOR, para posterior prosseguimento dos serviços.

8.4. Os preços das peças, materiais e serviços terão como referência a Tabela TRAZ VALOR vigente na data da emissão da Ordem de Serviço ou Ordem de Compra, aplicando-se o percentual de desconto ofertado pela contratada.

8.5. A fiscalização contratual poderá consultar a Tabela TRAZ VALOR para conferência dos códigos, valores das peças, materiais, tempo padrão de mão de obra e demais informações utilizadas na elaboração dos orçamentos apresentados pela contratada.

8.6. As peças e materiais fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, compatíveis com as especificações técnicas do fabricante do veículo, máquina ou equipamento, sendo vedado o fornecimento de itens usados, recuperados, recondicionados ou remanufaturados.

8.7. Excepcionalmente, mediante justificativa técnica e comprovação da indisponibilidade de peças genuínas ou originais no mercado, poderão ser utilizados materiais equivalentes ou de primeira linha, desde que previamente autorizados pela Administração e possuam qualidade compatível com as especificações do fabricante.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

8.8. Sempre que solicitado pela fiscalização, a contratada deverá apresentar documentação que comprove a procedência, especificações técnicas e compatibilidade das peças e materiais fornecidos.

8.9. Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados, utilizando equipamentos e ferramentas adequados, observando as recomendações dos fabricantes, as normas técnicas aplicáveis e as boas práticas de manutenção automotiva.

8.10. A execução dos serviços e a substituição das peças deverão restabelecer integralmente as condições de funcionamento, segurança e desempenho do sistema reparado, cabendo à contratada realizar todos os testes necessários antes da liberação do veículo, máquina ou equipamento.

8.11. A execução dos serviços e o fornecimento das peças ocorrerão, em regra, nas dependências da contratada, em endereço informado na proposta e na Ata de Registro de Preços, sendo os veículos, máquinas e equipamentos encaminhados pela Administração até o estabelecimento da empresa. Quando tecnicamente viável e previamente autorizado pela Administração, os serviços poderão ser executados nas dependências do Município ou no local onde o equipamento estiver.

8.12. O prazo para apresentação do diagnóstico e orçamento será de até **48 (quarenta e oito) horas** contadas do recebimento do veículo, máquina ou equipamento pela contratada.

8.13. Após a autorização da Administração, os serviços deverão ser concluídos em até **72 (setenta e duas) horas**, ressalvados os casos que demandem serviços de maior complexidade ou dependam da aquisição de peças não disponíveis em estoque, hipótese em que o prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal, devidamente justificada e aceita pela Administração.

8.14. Quando se tratar de atendimento emergencial, a contratada deverá iniciar os serviços no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** após a autorização do orçamento, adotando todas as providências necessárias para restabelecer a operacionalidade do veículo ou equipamento no menor tempo possível.

8.15. As peças substituídas deverão permanecer à disposição da Administração até a conclusão da fiscalização dos serviços, quando solicitado pelo fiscal da Ata de Registro de Preços, podendo ser recolhidas pelo Município para conferência.

8.16. Todos os serviços executados e as peças fornecidas serão conferidos pelo fiscal da Ata de Registro de Preços ou por servidor designado pelo Departamento solicitante, que verificará sua conformidade com a Ordem de Serviço, Ordem de Compra, orçamento aprovado e demais especificações constantes deste Termo de Referência.

8.17. Não serão recebidos serviços executados em desacordo com a autorização da Administração, peças ou materiais incompatíveis com o veículo ou equipamento, quantitativos divergentes, itens de qualidade inferior à especificada ou cobranças em desacordo com a Tabela TRAZ VALOR e com o percentual de desconto contratado.

8.18. Os serviços executados e as peças fornecidas deverão possuir garantia na forma prevista pelo Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo da garantia oferecida pelo fabricante ou pela própria contratada, prevalecendo sempre a condição mais vantajosa para a Administração.

8.19. Constatada qualquer falha, defeito, vício ou inadequação decorrente da execução dos serviços ou da qualidade das peças e materiais fornecidos, a contratada deverá promover a correção ou substituição, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, ou em outro prazo tecnicamente justificado e aprovado pela fiscalização.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

8.20. A contratada deverá entregar os serviços concluídos em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados da respectiva Nota Fiscal e dos demais documentos exigidos pela fiscalização para fins de conferência, liquidação da despesa e recebimento definitivo.

8.21. Excepcionalmente, quando o veículo, máquina ou equipamento apresentar pane ou defeito que impossibilite seu deslocamento até as dependências da contratada, ou quando a remoção puder ocasionar riscos, danos adicionais ou prejuízo à continuidade dos serviços públicos, a Administração poderá solicitar atendimento no local da ocorrência.

8.22. Nesses casos, a contratada deverá disponibilizar profissional habilitado para realizar a avaliação técnica e, quando possível, executar o reparo no próprio local. Não sendo viável o restabelecimento das condições de funcionamento, a contratada deverá adotar as providências necessárias para viabilizar a remoção do veículo, máquina ou equipamento até suas instalações, mediante prévia autorização da Administração.

8.23. Não serão admitidos reparos provisórios ou improvisados que comprometam a segurança, a confiabilidade ou a durabilidade do sistema reparado, salvo quando expressamente autorizados pela Administração para possibilitar apenas o deslocamento seguro do veículo até a oficina.

8.24. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

8.24.1. O objeto desta Ata de Registro de Preços será dado como recebido, conforme:

8.24.1.1. Provisoriamente, na apresentação do objeto, declarará formalmente à CONTRATADA que os serviços foram prestados ou que os bens foram recebidos para posterior análise das conformidades e qualidade, baseadas nos requisitos e nos critérios de aceitação. Esta verificação deverá estar concluída em até **02 (dois) dias úteis**.

8.24.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.24.1.3. Definitivamente, após a verificação dos requisitos e demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços acima identificado que ensejem correções por parte da CONTRATADA. Esta verificação deverá estar concluída em até **10 (dez) dias úteis**.

8.24.2. O recebimento definitivo ficará condicionado à comprovação de que:

- a) os serviços foram executados de acordo com as especificações técnicas e normas aplicáveis;
- b) as peças fornecidas são genuínas ou originais de fábrica, ou, quando previamente autorizadas pela Administração, equivalentes de primeira linha;
- c) os veículos e equipamentos encontram-se em perfeitas condições de funcionamento;
- d) foram sanadas eventuais pendências, irregularidades ou inconformidades apontadas pela fiscalização.

8.24.3. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez, qualidade, segurança e funcionamento dos serviços executados e dos materiais fornecidos, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da Ata de Registro de Preços.

8.24.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

8.24.5. O recebimento definitivo também ficará condicionado à conferência dos valores cobrados, dos códigos das peças, dos tempos de mão de obra e da aplicação do percentual de desconto contratado, conforme a Tabela TRAZ VALOR vigente na data da execução dos serviços.

8.24.6. Em caso de o objeto ser entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo, pelo CONTRATANTE, para que a CONTRATADA faça a substituição. Este prazo iniciar-se-á a partir da notificação do CONTRATANTE. A CONTRATADA ficará obrigada a substituir, às suas expensas, o objeto que for recusado.

8.24.7. Independentemente da aceitação, a CONTRATADA deverá garantir a qualidade do objeto fornecido pelo prazo de garantia, quando for o caso, obrigando-se a substituir no prazo determinado pelo CONTRATANTE, às suas expensas, aquele que apresentar falha ou defeito durante o recebimento e o período de cobertura da garantia.

8.24.8. Em todo o objeto, as especificações exigidas são as mínimas necessárias para o atendimento das necessidades dos Departamentos solicitantes. Não sendo aceito o objeto com especificações diferentes das descritas.

8.24.9. Somente serão aceitos os serviços efetivamente autorizados pela Administração e devidamente comprovados por meio de ordem de serviço, orçamento aprovado e relatório de execução contendo a descrição dos serviços realizados, peças aplicadas e demais informações necessárias à fiscalização contratual.

8.24.10. As peças substituídas deverão ser apresentadas à fiscalização, quando solicitadas, para conferência e comprovação da efetiva substituição.

8.24.11. O recebimento definitivo não afasta a obrigação da contratada de garantir a qualidade dos serviços executados e das peças fornecidas durante o período de garantia legal ou contratual aplicável.

8.24.12. Verificada qualquer falha, defeito ou vício decorrente da execução dos serviços ou da qualidade das peças fornecidas durante o período de garantia, a contratada deverá realizar os reparos, substituições ou correções necessárias sem qualquer ônus para a Administração.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Compete ao CONTRATANTE:

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo FORNECEDOR, de acordo com a Ata de Registro de Preços e seus anexos.

9.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.3. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com os padrões exigidos nas especificações.

9.4. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela empresa para a fiel execução do objeto.

9.5. Notificar o FORNECEDOR, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.6. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor especialmente designado, o cumprimento do objeto e das obrigações do FORNECEDOR, sob os aspectos quantitativo e qualificativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando o FORNECEDOR quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

9.7. Efetuar o pagamento ao FORNECEDOR do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento e no Termo de Referência, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Fiscal da Ata, que deverá vir acompanhada de Ordem de Compra emitida pelo CONTRATANTE.

9.8. Aplicar ao FORNECEDOR as sanções previstas na Lei e no instrumento contratual.

9.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.10. O CONTRATANTE terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da conclusão da instrução do requerimento, para decidir sobre todas as solicitações do FORNECEDOR, inclusive pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.11. O CONTRATANTE não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução deste Termo de Referência, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, ao FORNECEDOR.

9.12. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo FORNECEDOR com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente processo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do FORNECEDOR, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Compete ao FORNECEDOR:

10.1. O FORNECEDOR deve cumprir todas as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.3. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.4. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução da Ata de Registro de Preços.

10.5. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo Fiscal ou Gestor da Ata de Registro de Preços ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essas responsabilidades a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

10.9. Não contratar, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do Fiscal ou Gestor da Ata de Registro de Preços, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

10.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela Ata de Registro de Preços, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.

10.11. Comunicar ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

10.13. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

10.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.17. Manter, durante toda a execução do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.18. Cumprir, durante todo o período de execução do instrumento contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133/2021).

10.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

10.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata de Registro de Preços.

10.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

10.23. Permitir, a qualquer tempo, que o fiscal do CONTRATANTE inspecione o objeto e examine os registros e documentos que considerar necessário.

10.24. Deverá apresentar para o servidor público designado o orçamento para execução dos serviços no prazo de até 03 (três) dias úteis. No orçamento deverá ser informado: identificação do equipamento (marca, modelo, série, ano, horímetro e unidade usuária); relatórios com os defeitos do equipamento, os itens a serem revisados, consertados e substituídos, de acordo com cada marca/modelo de equipamento.

10.25. Todos os serviços de mão de obra que serão executados deverão ser calculados por hora tendo como referência individual de cada serviço o tempo considerado pelas empresas do ramo como tempo padrão de reparos para execução dos serviços.

10.26. O prazo de aprovação do orçamento pelo município será de até 05 (cinco) dias úteis após apresentação, devendo o servidor público designado retornar à contratada o orçamento, devidamente assinado.

10.27. A contratada deverá assumir inteira responsabilidade técnica pela execução dos serviços contratados.

10.28. Após a realização de cada serviço, disponibilizar profissional competente para acompanhar o representante da contratante na realização de “teste” efetuando a entrega do equipamento em boas condições de limpeza.

10.29. Manter, sem qualquer ônus ou custo direto adicional para a contratante, espaço de oficina implementada com segurança própria, seguro de pátio, seguro de transporte, escritório de atendimento na oficina, telefone de atendimento, materiais, utensílios, equipamentos, elevadores, macacos mecânicos, ferramentas em geral, instalações, meios de transporte, e outros necessários para a completa realização dos serviços, inclusive os materiais necessários para a limpeza de peças e materiais quando o equipamento estiver em manutenção.

10.30. A contratante reserva-se ao direito de recusar qualquer serviço que não atenda às exigências. A recusa não poderá ser alegada como justificativa para atraso na execução dos serviços e nem acréscimo na cobrança de mão-de-obra e, da mesma forma, não isenta a contratada de responsabilidade quanto ao cumprimento dos termos de garantia de serviço.

10.31. O aceite do servidor por parte da contratante se dará após vistoria do veículo, realizada pelo operador, visando verificar a qualidade do serviço realizado. Não havendo aceite, o veículo deverá retornar para o estabelecimento da contratada para correção dos serviços.

10.32. Deverá manter o controle de entrada e saída de veículos, com emissão de guia de recebimento/devolução, constando inclusive acessórios, equipamento e objetos que acompanhem os veículos, a descrição dos serviços realizados e a respectiva autorização da contratante.

10.33. Os serviços deverão ser executados de maneira que mantenha os veículos em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento.

10.34. Deverá dispor de estrutura própria, com disponibilização de profissionais necessários para a prestação dos serviços contratados, bem como toda infraestrutura e equipamentos como: local apropriado que ofereça condições para realização dos serviços, de fácil acesso aos maquinários, ferramental completo, área administrativa e outras condições necessárias, também deverá dispor de local coberto, limpo, fechado, de modo que os veículos/máquinas fiquem livres da chuva, vento, poeira, granizo e demais intempéries, com a segurança devida.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

10.35. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente a presente Ata de Registro de Preços, nem subcontratar, sem prévio consentimento por escrito do CONTRATANTE.

10.36. Reexecutar serviços sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, quando estiverem em desacordo com as técnicas e procedimentos aplicáveis aos mesmos.

10.37. Refazer os serviços eventualmente executados com vícios ou defeitos, em virtude da ação, omissão, negligência, imperícia, emprego de materiais ou processos inadequados ou de qualidade inferiores.

10.38. Prestar garantia das peças de 90 (noventa) dias sobre as peças.

10.39. Trocar a suas expensas, a mercadoria/peça que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação.

10.40. Repor a(s) peça(s) que apresentar(em) defeito, independentemente de sua aceitação; por divergência não adequada serão aplicadas às sanções previstas neste edital e legislação vigente.

10.41. Fornecer peças de reposição em conformidade com a NBR 15.296 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, sendo vedadas peças adquiridas no mercado paralelo, usadas, remanufaturadas ou de procedência duvidosa. Na entrega serão verificados especificações, marca, código, prazos de validade e apresentação (estado de conservação das embalagens).

10.42. As peças deverão ser novas, sem uso, genuínas ou similares de primeira linha, compatíveis com o veículo e em conformidade com as especificações técnicas do fabricante, vedadas peças reconcondicionadas ou de procedência duvidosa.

10.43. Sempre que solicitado pela Administração, prestar atendimento externo para avaliação técnica e reparos emergenciais de veículos, máquinas ou equipamentos imobilizados em decorrência de falha nos sistemas abrangidos pelo objeto da contratação, observando os prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2018).

11.2. O tratamento de dados pessoais poderá ser realizado nas hipóteses previstas nos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão aos propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

11.3. O FORNECEDOR dará integral cumprimento à Lei n. 13.079/2018, no que tange aos dados eventualmente compartilhados ou recebidos em razão da Ata de Registro de Preços com o CONTRATANTE.

11.4. O FORNECEDOR obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

11.5. O FORNECEDOR não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

11.6. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após a prévia aprovação do MUNICÍPIO DE MARMELEIRO, responsabilizando-se o FORNECEDOR pela obtenção e gestão.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA

12.1. A Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. O recebimento do objeto, a fiscalização e o acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços, será de responsabilidade dos servidores: Sandra Marisa Moreira Nicolau, Douglas Fabiano Bressiani, Idiones Maria Bruni Padilha, Mauro Fischer, Airton Neri Rama, Fernanda Barizon, Jean Max da Silva, Elcio Maldonado Valenzuela, Sidnei Domingos Machado.

12.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, ainda que resultem de condições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica na responsabilidade da administração e de seus agentes e prepostos.

12.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência destes deverão ser solicitadas a autoridade superior, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes, no caso o gestor da Ata de Registro de Preços.

12.5. A gestão da presente Ata ficará a cargo do Diretor do Departamento de Viação e Obras, Sr. Volmir Nicolau.

12.5.1. Em caso de férias, exoneração ou qualquer tipo de afastamento do Gestor designado, o substituto imediato será o servidor que assumir o cargo de diretor ou responsável no período.

12.6. Caberá aos gestores e fiscais designados pela autoridade competente do Município promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços, seguindo os preceitos do Decreto nº 3.500/2024, que regulamenta as regras para atuação do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio, o funcionamento da Comissão de Contratação e a atuação dos Gestores e Fiscais de Contratos, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o FORNECEDOR que:

- a) der causa à inexecução parcial da Ata;
- b) der causa à inexecução parcial da Ata que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total da Ata;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da Ata;
- f) praticar ato fraudulento na execução da Ata;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da Ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta Ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima desta Ata, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

1.a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza o CONTRATANTE a promover o cancelamento da Ata por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” ate “h” do caput desta Cláusula, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da Ata.

3. Compensatória, para a inexecução total da Ata prevista na alínea “c” do caput desta Cláusula, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da Ata.

4. Compensatória, para infração descrita na alínea “b” do caput desta Cláusula, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da Ata.

5. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” do caput desta Cláusula, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da Ata.

6. Compensatória, para infrações descritas na alínea “d” do caput desta Cláusula, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da Ata.

13.3. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Todas as sanções previstas nesta Ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que a somatória das multas previstas acima na o poderá ultrapassar ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Ata.

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao FORNECEDOR, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.4.4. Se os valores das faturas forem insuficientes ou inexistentes, fica o FORNECEDOR obrigada a recolher a importância de multa aplicada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da



Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.8. A personalidade jurídica do FORNECEDOR poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (**CEIS**) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (**CNEP**), conforme art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021, assim como as sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (**SICAF**) e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (**TCE-PR**).

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DA ATA

14.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada pelo CONTRATANTE, quando o FORNECEDOR:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no subitem 7.2.2. da Cláusula Sétima; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

d.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao FORNECEDOR não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá o CONTRATANTE, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da Ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

14.2. O cancelamento da Ata nas hipóteses previstas no caput desta Cláusula será formalizado por despacho do CONTRATANTE, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

14.3. Na hipótese de cancelamento da Ata, o CONTRATANTE poderá convocar os licitantes subsequentes, na ordem de classificação.

14.4. O cancelamento da Ata poderá ser realizado pelo CONTRATANTE total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do FORNECEDOR, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos da Cláusula Sétima.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução desta Ata nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro da presente Ata, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto desta Ata, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Marmeleiro, estado do Paraná para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta Ata de Registro de Preços que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Marmeleiro, ** de **** de 2026.

MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

Jander Luiz Loss
CONTRATANTE

EMPRESA
Representante
FORNECEDOR



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 8.058, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Altera e Designa servidores para atuarem como Agentes de Contratação e compor a Comissão de Contratação e a Equipe de Apoio.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARMELEIRO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e no Decreto nº 3.500, de 05 de março de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 8.024, DE 06 DE AGOSTO DE 2026

Art. 2º DESIGNAR os seguintes servidores efetivos para desempenharem a função de Agente de Contratação nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei nº 14.133, de 2021:

- I - Franciéli de Oliveira, Matrícula 1450-8;
- II - Isabela Rodrigues Borges, Matrícula 19610-1;
- III - Rudimar Ernandes Walkowiecz, Matrícula 15237-2;
- IV – Thiago Luiz Veronese, Matrícula 19935-1

§1º Quando da realização de licitações na modalidade pregão, os agentes de contratação serão denominados Pregoeiros, na forma do art. 8º, § 5º da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 3º DESIGNAR os seguintes servidores efetivos para desempenharem a função de Comissão de Contratação e Equipe de Apoio nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei nº 14.133, de 2021:

- I - Isabela Rodrigues Borges, Matrícula 19610-1;
- II - Fabiano Bassoli Donida, Matrícula 17370-1;
- III - Marina Petrikoski dos Passos Deliberal, Matrícula 19920-1.

§ 1º A Comissão de Contratação será presidida pela servidora Isabela Rodrigues Borges e, na sua ausência, pela servidora Franciéli de Oliveira, Matrícula 1450-8.

§ 2º Nos casos de férias, licenças legais ou afastamentos temporários de membros da Comissão de Contratação e da Equipe de Apoio constantes dos incisos II e III, os servidores poderão ser substituídos por Rudimar Ernandes Walkowiecz, Matrícula 15237-2, Franciéli de Oliveira, Matrícula 1450-8 e/ou Thiago Luiz Veronese, Matrícula 19935-1, conforme necessidade administrativa.

Art. 4º O desempenho da função será remunerado por gratificação prevista no art. 33, da Lei nº 2.096, de 23 de setembro de 2013, observado o disposto nos §§ 3º e 4º, do mesmo artigo.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Marmeleiro, PR, 02 de setembro de 2026.

JANDER LUIZ LOSS
Prefeito de Marmeleiro



Município de Marmeleiro

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000
PROCURADORIA-GERAL

Marmeleiro, 22 de setembro de 2026.

Processo Administrativo Eletrônico - PAE n.º 2451/2026

Pregão Eletrônico (Registro de Preços)

PARECER JURÍDICO n.º 364/2026 - PG

1. RELATÓRIO

Submeteu-se ao crivo desta Procuradoria, para a análise e emissão de parecer, processo administrativo eletrônico de licitação, na modalidade pregão eletrônico. O objeto do presente certame é o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado.

Foram encaminhados os autos a fim de que seja verificada a legalidade da fase interna do procedimento, atendendo ao disposto no artigo 53 da Lei n.º 14.133/21.

É o relatório.

2. DA ATUAÇÃO DA PROCURADORIA

Primeiro, cumpre salientar que esta Procuradoria emite parecer sob a ótica estritamente jurídica, não lhe competindo adentrar no mérito de conveniência/oportunidade e discricionariedade dos atos praticados no âmbito da Administração Pública. Nesse sentido, dispõe o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas, elaborado pela Consultoria-Geral da União:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

O parecer possui caráter meramente opinativo, não vinculando a decisão a ser adotada pelo gestor municipal, que pode segui-lo ou ignorá-lo quando da prática de determinado ato





Município de Marmeleira

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000
PROCURADORIA-GERAL

administrativo. Todavia, imperioso ressaltar que todo o procedimento deverá observar a legislação de regência da matéria.

3. REGIME JURÍDICO

A obrigatoriedade de licitar consta no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal. O procedimento licitatório, por sua vez, visa garantir não apenas a seleção da proposta mais vantajosa à Administração, mas também assegurar o Princípio Constitucional da Isonomia entre os potenciais prestadores do serviço ou fornecedores do objeto pretendido.

A Lei n.º 14.133/2021 regulamenta o referido inciso XXI, instituindo normas e procedimentos para a realização de licitações e contratos administrativos com a administração pública. Assim, de acordo com o art. 17 deste diploma, o processo licitatório deve observar as seguintes fases, em sequência: (I) preparatória; (II) divulgação do edital; (III) apresentação de propostas e lances, quando for o caso; (IV) julgamento; (V) habilitação; (VI) recursal; (VII) homologação.

Em razão do andamento dos atos praticados até o momento, somente é possível realizar uma análise dos elementos registrados na fase inicial do procedimento licitatório. Por consequência, torna-se fundamental atentar-se ao teor do art. 18 da Lei 14.133/2021, o qual inaugura o capítulo referente à fase preparatória:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

- I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
- II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
- III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
- IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
- V - a elaboração do edital de licitação;
- VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
- VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
- VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;





Município de Marmeleira

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000
PROCURADORIA-GERAL

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;
X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;
XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Compulsando os documentos que instruem os autos, constata-se que contemplam o contido no dispositivo supra, uma vez que estão materialmente presentes, até este momento processual, os seguintes instrumentos essenciais de planejamento e instrução: Documento de Formalização de Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Parecer Contábil com a indicação da dotação orçamentária, Portaria dos Agentes e da Comissão de Contratação, além da Minuta do Edital acompanhada de seus anexos.

Por sua vez, a peça editalícia regulamenta expressamente o objeto, as condições de participação no certame, a sistemática de preenchimento e apresentação das propostas, a abertura da sessão pública, a ordenação e a fase competitiva de lances sob o modo de disputa aberto e fechado, bem como as etapas subsequentes de julgamento, habilitação, prazos recursais, condutas infracionais e respectivas sanções administrativas, além dos procedimentos para impugnações e pedidos de esclarecimento, guardando estrita conformidade com o mandamento do art. 25 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4. DO CASO CONCRETO

No caso em análise, a Administração pretende realizar o registro de preços para contratação de manutenção da frota municipal, utilizando a Tabela TRAZ VALOR. A justificativa apresentada no ETP e no TR demonstra de forma clara a necessidade da contratação, fundamentada na urgência de garantir a disponibilidade operacional de veículos, máquinas e equipamentos essenciais para a continuidade dos serviços públicos em diversos departamentos, preservando a segurança e o patrimônio público.

Assim, em relação à modalidade de licitação, entende-se correta a escolha do Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela natureza da demanda, que será solicitada de forma parcelada. Os bens e serviços pretendidos enquadram-se como comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021.





Município de Marmeleira

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000
PROCURADORIA-GERAL

No que se refere ao critério de julgamento, consta da minuta a indicação de maior percentual de desconto por lote/grupo, adotando-se o modo de disputa aberto e fechado. O critério escolhido mostra-se justificado e em perfeita harmonia com os princípios da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Por se tratar de contratação estruturada sob o Sistema de Registro de Preços, impõe-se a análise de sua adequação ao caso concreto, à luz do art. 82 da Lei nº 14.133/2021. O Sistema de Registro de Preços constitui procedimento auxiliar voltado ao atendimento de demandas futuras e eventuais, sendo perfeitamente aplicável quando não é possível à Administração prever, com precisão, o quantitativo efetivamente a ser demandado ou o momento exato da execução ao longo do ano. Portanto, não se verifica desvirtuamento do instituto, mas sim sua adequada aplicação como instrumento de gestão eficiente.

4.1. Do Termo de Referência e da Forma de Participação

Da análise do Termo de Referência, nota-se que o objeto se enquadra como de natureza comum. No tocante à forma de participação, verifica-se o afastamento da cota reservada de 25% para ME/EPP. Tal medida encontra-se devidamente justificada tecnicamente no processo, sob o argumento de que a divisão entre o fornecimento de peças e a prestação da mão de obra romperia a unidade da execução contratual, podendo ensejar conflitos de responsabilização e perda de garantia, o que atende às exceções previstas na legislação para o tratamento diferenciado.

4.2. Da Estimativa do Valor e da Formação de Preços

Para a estimativa do valor global da contratação, a Administração considerou o histórico de contratações anteriores do Município e congêneres, adotando como referencial para a formação dos preços unitários e aceitabilidade dos lances a Tabela TRAZ VALOR.

Consigna-se, ainda, que consta nos autos o respectivo Parecer Contábil atestando a existência de saldos nas dotações orçamentárias indicadas para fazer frente às eventuais despesas, perfazendo o montante máximo estimado de R\$ 2.489.455,00.





Município de Marmeleira

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000
PROCURADORIA-GERAL

4.3. Da Minuta do Edital e da Minuta da ARP

No que se refere à minuta do edital e da ata de registro de preços, os instrumentos contemplam, em regra, as cláusulas obrigatórias e essenciais. Contudo, para a escorreita publicação do instrumento convocatório e regular andamento do certame, **recomenda-se a adoção das seguintes retificações:**

1) O item 4.6.5 do TR fundamenta a restrição geográfica de 15 km alegando, em parte, o **aumento dos custos da Administração com combustível e deslocamento de servidores.** No entanto, o **próprio TR prevê que o traslado por guincho ocorrerá sem ônus financeiro ao Município.** Recomenda-se retificar o texto para **sanar esta contradição material,** focando a justificativa da limitação territorial exclusivamente na necessidade de agilidade para as fiscalizações in loco e na redução do tempo de indisponibilidade da frota.

2) Observa-se uma divergência entre a definição do critério de julgamento. Enquanto a minuta do edital e trechos do ETP definem o julgamento pelo **“maior desconto percentual por lote/grupo”**, o Termo de Referência menciona que a disputa se dará **“pelo maior índice proposto para cada item”** (detalhando separadamente percentuais mínimos para Peças - PO e Mão de Obra - MO). Recomenda-se a **padronização** dos instrumentos para refletir inequivocamente a disputa por Lote/Grupo, adequando a redação exigida para os lances de forma a evitar inconsistências técnicas no processamento da proposta no sistema eletrônico.

4.4 Do PCA

No que tange ao Plano de Contratações Anual (PCA), infere-se dos autos que a demanda se encontra parcialmente contemplada, constando no item 33 a previsão para os sistemas elétrico e de ar-condicionado. A inclusão dos componentes hidráulicos, embora ausente no PCA vigente, foi expressa e adequadamente justificada no ETP em virtude da necessidade de unificação dos objetos para racionalizar a gestão contratual, especialmente após o insucesso do Pregão Eletrônico nº 61/2025. Esta demonstração assegura a higidez processual e harmoniza-se à finalidade do planejamento da Administração.

No entanto, se faz necessária a oportuna **retificação do PCA,** a fim de incluir a presente contratação, ajustando seu objeto e valor conforme o efetivamente praticado no certame.





Município de Marmeleira

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000
PROCURADORIA-GERAL

4.5 Da Publicidade

Por fim, cumpre asseverar que é obrigatória a divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e do extrato do edital em Diário Oficial, em atenção ao disposto no art. 54, *caput*, e §1º da Lei nº 14.133/2021.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, considerando as informações constantes no processo administrativo em epígrafe até a presente data, e com fulcro na legislação vigente, ressalvado o juízo de mérito da Administração, bem como os aspectos técnicos, econômicos e financeiros que fogem da alçada desta Procuradoria, opina-se pela **viabilidade jurídica** da contratação, **condicionada à observância e retificação dos apontamentos indicados no item 4.3 deste parecer.**

Por fim, recomenda-se a retificação do item 33 do PCA, a fim de refletir a totalidade do objeto e do valor deste certame.

É o Parecer.

Miguel Venâncio Dias Cogo

Procurador Jurídico
OAB/PR 135.508





PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078//2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 2451/2026

Nº DA CONTRATAÇÃO COMPRAS.GOV.BR: 454524 - 049/2026

CÓD. VERIFICADOR: 208Q84KY

UASG: 454524 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MARMELEIRO/PR

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado, atendendo as necessidades dos Departamentos solicitantes.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 2.489.455,00 (dois milhões e quatrocentos e oitenta e nove mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 23/10/2026 às 08h30min (horário de Brasília).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Maior percentual de desconto por lote/grupo.

MODO DE DISPUTA:

Aberto e Fechado.

EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS:

Não.

PLATAFORMA:

Compras.gov



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2026 – PMM
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 2451/2026
Nº DA CONTRATAÇÃO COMPRAS.GOV.BR: 454524 - 049/2026
REGISTRO DE PREÇOS
DATA DA REALIZAÇÃO: 23/10/2026
HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: às 08h30min
LOCAL: Prefeitura do Município de Marmeleiro – Paraná
www.gov.br/compras/pt-br “Acesso Identificado”

O MUNICÍPIO DE MARMELEIRO, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 76.205.665/0001-01, sediado à Avenida Macali, nº 255, Centro, por intermédio do Excelentíssimo Prefeito, Jander Luiz Loss, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE/GRUPO**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado, conforme as descrições dispostas no Anexo I do presente Edital.

O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147, de 14 de agosto de 2014, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

23 de outubro de 2026 às 08h30min

UASG: 454524 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MARMELEIRO/PR

Local da Sessão Pública: www.gov.br/compras/pt-br

São Agentes de Contratação / Pregoeiros, Comissão de Contratação e Equipe de Apoio deste Município, os servidores designados pela Portaria nº 8.058, de 02 de setembro de 2026, publicada no Diário Oficial Eletrônico – E-Atos, Município de Marmeleiro – PR.

- 1 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA E DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO ELETRÔNICO**
 - 1.1 O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.gov.br/compras/pt-br.
 - 1.2 **A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá dia 23 de outubro de 2026 às 08h30min, no site www.gov.br/compras/pt-br, nos termos das condições descritas neste Edital.**
- 2 DO OBJETO**
 - 2.1 Constitui objeto deste **PREGÃO, o REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal,



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado.

- 2.2 A licitação será dividida em lotes/grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes/grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.
- 2.3 Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.gov.br/compras/pt-br, www.marmeleiro.pr.gov.br/licitacoes.php e www.pncp.gov.br.
- 2.4 Em caso de **discordância** existente entre as especificações deste objeto descrito no Portal de Compras do **Governo Federal** e as especificações constantes neste **Edital**, prevalecerão as **últimas**.
- 2.5 As informações **administrativas relativas a este Edital** poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone (46) 3525-8100.
- 2.6 As **questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado** serão prestadas pelo Departamento de Viação e Obras, telefone (46) 3525-8100.

3 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 3.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5 **A licitação será para ampla concorrência.**
- 3.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 3.7 Não poderão disputar esta licitação:



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

- 3.7.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).
- 3.7.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
- 3.7.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.
- 3.7.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
- 3.7.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 3.7.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
- 3.7.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 3.7.8 Agente público do órgão ou entidade licitante.
- 3.7.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição.
- 3.7.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.8 O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.10 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.11 O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

3.12 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13 A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

4.3.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.3.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.3.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.5.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

- 4.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 4.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 4.10.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.11.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.
- 4.11.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.13 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.14 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1 Valor do desconto do item.



- 5.1.2 Marca, quando da aquisição de bens.
- 5.1.3 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.
- 5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
 - 5.2.1 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.
- 6 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
 - 6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
 - 6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
 - 6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
 - 6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



- 6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8 **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).**
- 6.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.10.1. Será utilizado para esse certame o modo de disputa “**aberto e fechado**”.
- 6.11 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12 **Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.**
- 6.12.1 **A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.**
- 6.12.2 **Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais alto e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) inferiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.**



- 6.12.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.**
- 6.12.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.**
- 6.12.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem decrescente de valores.**
- 6.13 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “fechado e aberto”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem decrescente de valores.
- 6.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

- 6.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.21.1.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.
- 6.21.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.
- 6.21.1.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.
- 6.21.1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

- 6.21.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.21.2.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.
 - 6.21.2.2 Empresas brasileiras.
 - 6.21.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
 - 6.21.2.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.22 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.22.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
 - 6.22.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 6.22.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
 - 6.22.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
 - 6.22.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.23 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 7 DA FASE DE JULGAMENTO**
- 7.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1 SICAF.



- 7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>).
- 7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).
- 7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.5 deste edital.
- 7.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.6.1 Contiver vícios insanáveis.
- 7.6.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.
- 7.6.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.
- 7.6.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
- 7.6.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.7 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.7.1 A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:
- 7.7.1.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta.
- 7.7.1.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

7.8 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8 DA AMOSTRA

8.1 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.2 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.3 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.4 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.5 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9 DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.3 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.4 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.5 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

- 9.5.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 9.6 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).
- 9.6.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 9.7 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.7.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas (02) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.
- 9.8 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.8.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.9 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 9.9.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.
- 9.9.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 9.10 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.11 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.7.1.
- 9.12 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.13 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).



10 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 10.1 O objeto deste Pregão será adjudicado e homologado pelo Prefeito.
- 10.2 O objeto deste Pregão será adjudicado por item a vencedora do certame.

11 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO

- 11.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a(o) Ata de Registro de Preços/Contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela(e) fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- 11.2.1 A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo.
- 11.2.2 A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 11.3 A(O) Ata de Registro de Preços/Contrato será assinada(o) por meio de assinatura digital e disponibilizada(o) nos sítios eletrônicos: www.marmeleiro.pr.gov.br/licitacoes.php, www.marmeleiro.atende.net/?pg=transparencia e www.pncp.gov.br.
- 11.4 Serão formalizadas(os) tantas(os) Atas de Registro de Preços/Contratos quantas(os) forem necessárias(os) para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 11.5 O preço registrado/contratado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da(o) Ata de Registro de Preços/Contrato.
- 11.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 11.7 Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura da(o) Ata de Registro de Preços/Contrato no prazo estabelecido no item 11.1, será facultado a Administração, através do Pregoeiro, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.8 O registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, observando-se o disposto no § 7º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

12 DOS RECURSOS

- 12.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.



- 12.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 12.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.
- 12.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 12.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 12.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 12.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 12.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados nos sítios eletrônicos: www.marmeleiro.pr.gov.br/licitacoes.php, www.marmeleiro.atende.net/?pg=transparencia e www.gov.br/compras.

13 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 13.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 13.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame.
- 13.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 13.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.
- 13.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.
- 13.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.
- 13.1.2.4 Deixar de apresentar amostra.
- 13.1.2.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.



- 13.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
 - 13.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
- 13.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 13.1.5 Fraudar a licitação.
- 13.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 13.1.6.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
 - 13.1.6.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento.
 - 13.1.6.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 13.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 13.1.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 13.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 13.2.1 Advertência.
 - 13.2.2 Multa.
 - 13.2.3 Impedimento de licitar e contratar.
 - 13.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 13.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 13.3.2 As peculiaridades do caso concreto.
 - 13.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
 - 13.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
 - 13.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

- 13.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 13.4.1 Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 13.4.2 Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 13.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 13.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 13.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 13.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 13.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 13.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 13.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 13.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



- 13.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 14.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 14.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 14.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço eletrônico: licitacao@marmeleiro.pr.gov.br.
- 14.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 14.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 14.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15 DO PAGAMENTO

- 15.1 O pagamento será efetuado através de transferência eletrônica para a conta bancária da CONTRATADA indicada pela mesma, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do mês subsequente da apresentação da Nota Fiscal, após o recebimento definitivo do objeto.
- 15.2 A vencedora do certame deverá apresentar as certidões (FGTS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.
- 15.3 Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.
- 15.4 Aplica-se aos documentos fiscais emitidos a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 ou a que vier a substituí-la, nos termos do Decreto Municipal nº 3.480, de 26 de dezembro de 2023.

16 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 16.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 16.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



- 16.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.marmeleiro.pr.gov.br/licitacoes.php> e www.gov.br/compras.
- 16.11 Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Comarca de Marmeleiro – PR, com exclusão de qualquer outro.
- 16.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I	Termo de Referência – Especificações Técnicas e Condições de Fornecimento
ANEXO II	Modelo Padrão de Proposta Comercial
ANEXO III	Modelo da Ata de Registro de Preços

Marmeleiro, 06 de outubro de 2026.

Jander Luiz Loss
Prefeito



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

131

ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO Nº 078/2026**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 2451/2026****Nº DA CONTRATAÇÃO COMPRAS.GOV.BR: 454524 - 049/2026****MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO****TIPO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE/GRUPO**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado

ANEXO I

Termo de Referência

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

1 – DESCRIÇÃO:

1.1. Constitui objeto deste certame o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado, de acordo com as especificações técnicas adiante discriminadas.

AMPLA CONCORRÊNCIA						
Item	CATMAT CATSER	Descrição	Valor Total	Desc. Mínimo p/ (PO/MO)		Unidade
GRUPO/LOTE 01: VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS						
1	13798	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e de ar condicionado de veículos leves e utilitários, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	144.800,00	PO	5%	Valor
2	5851	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos leves e utilitários, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	84.637,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 01				229.437,00		
GRUPO/LOTE 02: ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS						
3	13798	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de veículos ônibus e micro-ônibus, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	230.000,00	PO	5%	Valor
4	5843	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos ônibus e micro-ônibus, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	108.150,00	MO	10%	Hora



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

Total GRUPO/LOTE 02				338.150,00		
GRUPO/LOTE 03: CAMINHÕES - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS						
5	13798	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de veículos caminhões, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	364.936,00	PO	5%	Valor
6	5843	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos caminhões, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	169.932,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 03				534.868,00		
GRUPO/LOTE 04: MÁQUINAS PESADAS - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS						
7	13798	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de máquinas pesadas e equipamentos multimarcas, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	325.000,00	PO	5%	Valor
8	5843	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para máquinas pesadas e equipamentos multimarcas, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	295.000,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 04				620.000,00		
GRUPO/LOTE 05: VEÍCULOS VANS - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS						
9	13798	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de veículos vans, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	143.000,00	PO	5%	Valor
10	5843	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos vans, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	74.000,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 05				217.000,00		
GRUPO/LOTE 06: MANUTENÇÃO HIDRÁULICA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS						
11	13798	Fornecimento de peças e componentes destinados à manutenção de sistemas hidráulicos dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, incluindo mangueiras hidráulicas, terminais, conexões, adaptadores, capas de prensagem (casquilhos), vedações e demais componentes correlatos, conforme Tabela TRAZ VALOR vigente.	400.000,00	PO	5%	Valor
12	27944	Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e recuperativa em sistemas hidráulicos de veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, compreendendo diagnóstico, desmontagem, montagem, reparos, confecção e prensagem de mangueiras hidráulicas, substituição de componentes e testes de funcionamento, com base de preços na Tabela TRAZ VALOR.	150.000,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 06				550.000,00		
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO				2.489.455,00		



OBS.: Havendo qualquer divergência entre as especificações e unidades de medida contidas no item deste termo e as que constam no CATMAT/CATSER, prevalecerão as descrições constantes neste Termo de Referência.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818/2021.

1.3. O objeto desta contratação é caracterizado como bens e serviços comuns, conforme disposto no art. 6º, inc. XIII, da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será pelo período de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma do art. 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1. Constitui objeto da presente contratação o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado, observadas as condições estabelecidas neste processo e em seus anexos.

2.2. A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir a disponibilidade operacional da frota municipal, assegurando que os veículos, máquinas e equipamentos permaneçam em condições adequadas de funcionamento para o atendimento das demandas dos Departamentos da Administração Municipal. A utilização contínua desses bens ocasiona o desgaste natural de seus componentes, tornando indispensável a realização de manutenções preventivas, corretivas e, quando necessário, recuperativas, de forma a preservar sua segurança, confiabilidade, desempenho e vida útil.

2.3. Os sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico desempenham funções essenciais para a operação dos veículos e máquinas, influenciando diretamente sua segurança, eficiência e condições de uso. A ausência de manutenção adequada ou a demora na execução dos reparos e na substituição dos materiais necessários pode ocasionar falhas operacionais, aumento dos custos de manutenção, paralisação da frota e comprometimento da continuidade dos serviços públicos prestados à população.

2.4. Considerando que a frota municipal é composta por veículos, máquinas e equipamentos de diferentes marcas e modelos, faz-se necessária a contratação de empresa(s) especializada(s), apta(s) a fornecer os materiais necessários e executar os serviços de manutenção em conformidade com as especificações dos fabricantes e as normas técnicas aplicáveis, assegurando a qualidade, a confiabilidade e a durabilidade dos reparos realizados.

2.5. A contratação terá como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços, adotando-se como critério de julgamento o maior desconto sobre a tabela. Essa sistemática proporciona maior padronização, transparência e eficiência na gestão contratual, além de conferir maior agilidade na execução dos serviços e no fornecimento dos materiais, compatibilizando os valores praticados com a realidade do mercado.

2.6. Dessa forma, a contratação mostra-se indispensável para preservar o patrimônio público, reduzir o tempo de indisponibilidade da frota, otimizar os custos de manutenção e garantir a continuidade dos



serviços públicos, em observância aos princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

2.7. Justificativa para as quantidades solicitadas:

2.7.1. Departamento de Administração e Planejamento

2.7.1.1. Os quantitativos foram definidos para atender às necessidades dos veículos de representação e apoio administrativo, cuja disponibilidade é indispensável para o deslocamento entre órgãos públicos, cumprimento de diligências, transporte de documentos e atendimento das demandas administrativas. A manutenção dos sistemas elétricos e de climatização contribui para a confiabilidade da frota utilizada nessas atividades.

2.7.2. Departamento de Saúde

2.7.2.1. A frota da Saúde permanece em operação durante praticamente todo o dia, realizando transporte de pacientes, equipes, medicamentos e materiais. Em razão dessa utilização contínua, falhas em sistemas elétricos ou de ar-condicionado podem comprometer a prestação dos serviços, especialmente em veículos destinados ao transporte de pacientes, justificando quantitativos superiores aos demais Departamentos.

2.7.3. Departamento de Educação e Cultura

2.7.3.1. Grande parte da demanda está concentrada nos veículos do transporte escolar, cuja operação diária exige elevado índice de disponibilidade. A manutenção dos sistemas elétricos, responsáveis por iluminação, sinalização e demais dispositivos obrigatórios, bem como do sistema de climatização, é essencial para garantir segurança e conforto aos estudantes durante o período letivo.

2.7.4. Departamento de Assistência Social e Cidadania

2.7.4.1. Os veículos são empregados em atendimentos descentralizados, visitas domiciliares e acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade. Como essas atividades ocorrem em todo o território do Município, a indisponibilidade da frota impacta diretamente a execução dos serviços socioassistenciais, justificando a previsão dos quantitativos.

2.7.5. Departamento de Viação e Obras

2.7.5.1. Este Departamento concentra a maior parte das máquinas pesadas, caminhões e equipamentos da Administração. Além dos sistemas elétricos, a operação desses equipamentos depende diretamente dos sistemas hidráulicos para acionamento de caçambas, cilindros, implementos e demais mecanismos de trabalho, motivo pelo qual apresenta a maior demanda da contratação.

2.7.6. Departamento de Urbanismo

2.7.6.1. As equipes executam diariamente serviços de limpeza urbana, manutenção de praças, iluminação pública e conservação de vias. A utilização constante de caminhões, utilitários e equipamentos faz com que os sistemas elétricos e hidráulicos estejam sujeitos a maior desgaste, exigindo manutenção frequente para evitar paralisações dos serviços.

2.7.7. Departamento de Agricultura e Abastecimento



2.7.7.1. As atividades são desenvolvidas predominantemente com tratores, retroescavadeiras e demais máquinas agrícolas, cujo funcionamento depende intensamente do sistema hidráulico para operação dos implementos. Além disso, os veículos de apoio utilizados pelo Departamento demandam manutenção dos sistemas elétricos e de ar-condicionado para assegurar sua disponibilidade.

2.7.8. Departamento de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

2.7.8.1. Os quantitativos foram dimensionados considerando a utilização de veículos e equipamentos em atividades de fiscalização, coleta e manutenção ambiental, muitas delas realizadas em áreas rurais e locais de difícil acesso. A manutenção preventiva reduz o risco de interrupção dessas atividades e aumenta a vida útil dos equipamentos.

2.7.9. Departamento de Esportes

2.7.9.1. Os veículos são utilizados principalmente em períodos de competições, treinamentos e eventos esportivos, quando realizam o transporte de atletas e materiais. A contratação busca assegurar que a frota permaneça disponível nos períodos de maior demanda, evitando cancelamentos ou atrasos na participação das delegações municipais.

2.8. A presente contratação encontra-se parcialmente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA), instituído pelo Decreto Municipal nº 3.622, de 10 de abril de 2025, constando no item 33 a contratação dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico e de ar-condicionado de veículos e máquinas multimarcas da frota municipal.

2.9. Os itens relativos ao fornecimento de componentes hidráulicos e correlatos não constam de forma específica no PCA vigente. Sua inclusão decorre da unificação de objetos anteriormente licitados em processos distintos, medida adotada para racionalizar a contratação e otimizar a gestão contratual, especialmente diante do fracasso do Pregão Eletrônico nº 61/2025, que tinha por objeto o fornecimento desses componentes.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

3.1. A solução proposta consiste na adoção do Sistema de Registro de Preços para atendimento das demandas de manutenção da frota municipal, permitindo que os serviços e o fornecimento dos materiais necessários sejam solicitados de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração e mediante emissão de Ordem de Serviço e/ou Ordem de Compra.

3.2. A utilização desse modelo mostra-se adequada em razão da natureza variável das demandas, uma vez que não é possível prever, com precisão, quais veículos e máquinas necessitarão de manutenção, tampouco a frequência das intervenções ou a quantidade de materiais que será empregada durante a vigência da contratação. Dessa forma, a Administração realizará apenas as contratações efetivamente necessárias, observada a disponibilidade orçamentária e o interesse público.

3.3. A solução contempla a execução integrada dos serviços e o fornecimento dos materiais indispensáveis às intervenções, possibilitando que todas as etapas necessárias ao restabelecimento das condições de funcionamento dos veículos e máquinas sejam atendidas de maneira coordenada. Essa sistemática reduz o tempo de resposta às solicitações, evita interrupções decorrentes da necessidade de múltiplas contratações e proporciona maior eficiência na gestão da manutenção da frota.

3.4. A **Tabela TRAZ VALOR** será utilizada como referência para a precificação dos serviços e materiais, sendo o julgamento da licitação realizado pelo **maior desconto incidente sobre a tabela**,



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

garantindo critérios uniformes de contratação, transparência e facilidade na conferência dos valores praticados.

3.5. Sob o aspecto administrativo, a consolidação dos serviços e do fornecimento dos materiais em um único procedimento licitatório racionaliza a gestão contratual, reduz a necessidade de realização de processos independentes para objetos complementares, simplifica a fiscalização da execução e otimiza a utilização dos recursos humanos e administrativos envolvidos na contratação.

3.6. Além disso, a solução favorece o planejamento das manutenções preventivas e corretivas, contribuindo para a redução do tempo de indisponibilidade da frota, a preservação do patrimônio público, o aumento da vida útil dos veículos e máquinas e a continuidade dos serviços públicos que deles dependem.

3.7. Diante da análise realizada, conclui-se que a solução proposta apresenta viabilidade técnica, operacional e administrativa, sendo a alternativa mais adequada para atender às necessidades identificadas, proporcionando maior eficiência na execução contratual, racionalização dos recursos públicos e melhores condições para a gestão da manutenção da frota municipal.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP OU COM COTA OU COM ITENS EXCLUSIVOS OU AMPLA CONCORRÊNCIA:

4.1.1. A participação em todos os lotes da presente contratação será destinada à ampla concorrência, sem exclusividade ou reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista os valores estimados, a natureza integrada das prestações e a necessidade de preservar a eficiência, a segurança e a adequada responsabilização durante a execução contratual.

4.1.2. A Lei Complementar nº 123/2006 estabelece tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive mediante a realização de processos licitatórios exclusivos para itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00. No presente caso, os valores estimados individualmente para os lotes ultrapassam esse limite, não sendo aplicável, portanto, a exclusividade prevista no art. 48, inciso I, da referida Lei Complementar.

4.1.3. Também não se mostra adequada a instituição de cota reservada de até 25%, uma vez que essa medida é prevista pelo art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006 especificamente para a aquisição de bens de natureza divisível. Os lotes desta contratação não correspondem à simples aquisição autônoma de peças ou materiais, mas envolvem a prestação de serviços especializados associada ao fornecimento dos materiais necessários à execução dos reparos.

4.1.4. Embora os lotes contemplem o fornecimento de peças, sua execução compreende um conjunto de atividades interdependentes, incluindo avaliação técnica, identificação da falha, definição dos materiais necessários, execução do reparo, instalação ou substituição dos componentes, realização de testes e responsabilização pela qualidade e garantia do serviço. Dessa forma, o fornecimento dos materiais constitui parte integrante da solução contratada, não se caracterizando como obrigação independente ou dissociada da prestação principal.

4.1.5. A eventual divisão de um mesmo lote entre uma cota principal e uma cota reservada poderia resultar na atuação de empresas distintas sobre um mesmo sistema ou equipamento, comprometendo a unidade da execução. Essa fragmentação dificultaria a definição de responsabilidades em casos de falhas, defeitos, incompatibilidade de materiais ou necessidade de refazimento dos serviços, além de possibilitar controvérsias quanto à origem do problema e à responsabilidade pela respectiva garantia.

4.1.6. A divisão também poderia gerar múltiplos encaminhamentos, diagnósticos, ordens de serviço, controles, fiscalizações e faturamentos para atender a uma única necessidade de manutenção, aumentando o



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

tempo de indisponibilidade dos veículos e máquinas e os custos administrativos relacionados à gestão e à fiscalização dos contratos.

4.1.7. Nesse contexto, a reserva de cotas não se mostra vantajosa para a Administração e poderá representar prejuízo ao conjunto e à execução integrada de cada lote, enquadrando-se na ressalva prevista no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006. A decisão não decorre de mera conveniência administrativa, mas das características concretas da contratação e da necessidade de assegurar unidade de responsabilidade, compatibilidade entre materiais e serviços, garantia dos reparos e maior agilidade no atendimento das demandas da frota.

4.1.8. Ressalta-se que a contratação já foi parcelada em lotes distintos de acordo com a especialidade dos serviços, compreendendo manutenção elétrica e ar-condicionado, e manutenção hidráulica. Essa divisão permite que empresas especializadas em cada segmento disputem separadamente os respectivos lotes, ampliando a competitividade sem comprometer a unidade técnica e operacional necessária dentro de cada contratação.

4.1.9. A adoção da ampla concorrência também se mostra compatível com o critério de julgamento pelo maior percentual de desconto sobre os valores da Tabela TRAZ VALOR, pois possibilita a participação do maior número possível de empresas aptas e favorece a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

4.1.10. Importa destacar que a ampla concorrência não impede nem restringe a participação de microempresas e empresas de pequeno porte. Essas empresas poderão participar de todos os lotes, desde que atendam aos requisitos de habilitação e às demais condições estabelecidas no edital, permanecendo assegurados os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, tais como a regularização fiscal e trabalhista posterior e a preferência de contratação em caso de empate ficto.

4.1.11. Diante do exposto, a destinação de todos os lotes à ampla concorrência mostra-se juridicamente fundamentada e tecnicamente adequada, por preservar a competitividade, a economicidade, a eficiência da execução, a unidade de responsabilidade e a continuidade dos serviços públicos, em consonância com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

4.2. REQUISITOS COMPLEMENTARES:

4.2.1. A contratação deverá ser executada por empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico de veículos, máquinas e equipamentos multimarcas, possuindo estrutura física, equipamentos, ferramentas e mão de obra qualificada compatíveis com a execução dos serviços objeto da contratação.

4.2.2. A contratada deverá possuir condições técnicas e operacionais para realizar diagnóstico, desmontagem, montagem, regulagem, testes, substituição de peças e demais procedimentos necessários ao completo restabelecimento das condições de funcionamento dos equipamentos atendidos.

4.2.3. Os serviços deverão ser executados por profissionais capacitados, observando as especificações técnicas dos fabricantes, as normas técnicas aplicáveis, as boas práticas de manutenção automotiva e as normas de segurança do trabalho.

4.2.4. As peças, componentes, materiais e acessórios empregados na execução dos serviços deverão ser novos, de primeiro uso, compatíveis com a marca, modelo e especificações do veículo ou equipamento, atendendo aos padrões de qualidade exigidos pelo fabricante e às normas técnicas aplicáveis.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

4.2.5. A formação dos preços observará a Tabela TRAZ VALOR vigente na data da emissão da Ordem de Compra ou Ordem de Serviço, sendo aplicado o percentual de desconto ofertado pela contratada durante o procedimento licitatório.

4.2.6. Os serviços deverão ser executados somente após autorização da Administração, mediante emissão da respectiva Ordem de Serviço ou documento equivalente.

4.2.7. Antes da execução dos reparos que impliquem substituição de peças ou serviços não previstos inicialmente, a contratada deverá apresentar diagnóstico contendo, no mínimo, a descrição do defeito identificado, os serviços necessários, a relação das peças ou materiais a serem substituídos e o respectivo orçamento elaborado com base na Tabela TRAZ VALOR, permanecendo a execução condicionada à autorização da Administração.

4.2.8. Os materiais utilizados deverão possuir qualidade compatível com sua finalidade, sendo vedado o fornecimento de peças reconcondicionadas, recuperadas, remanufaturadas ou usadas, salvo se houver autorização expressa da Administração.

4.2.9. Quando solicitado pela fiscalização da Ata de Registro de Preços, a contratada deverá apresentar catálogo, ficha técnica, certificado do fabricante ou documento equivalente que comprove a compatibilidade, especificações técnicas e qualidade das peças ou materiais fornecidos.

4.2.10. Todos os serviços executados e materiais fornecidos deverão possuir garantia mínima prevista na legislação aplicável ou, quando superior, aquela oferecida pelo fabricante ou pela própria contratada, prevalecendo o prazo mais vantajoso para a Administração.

4.2.11. Os serviços deverão ser executados em instalações adequadas, dotadas dos equipamentos necessários à realização dos reparos com segurança e qualidade, observando as normas ambientais e de destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante a execução contratual.

4.2.12. A contratada será responsável pela correção, sem qualquer ônus para a Administração, de falhas, defeitos ou vícios decorrentes da execução inadequada dos serviços ou do fornecimento de peças incompatíveis ou com defeito, durante o período de garantia.

4.2.13. O registro de preços levará em consideração o valor total máximo estimado para o período de 12 (doze) meses de cada GRUPO/LOTE acima indicado, independente do percentual de desconto.

4.2.14. Deverá ser considerado o percentual mínimo de desconto de acordo com cada GRUPO/LOTE, não sendo possível registro de desconto inferior a estes.

4.2.15. Deverá ser aplicado nas PO (peças originais), desconto de no mínimo 5% acima do valor final nos lotes de número 1 a 6.

4.2.16. Deverá ser aplicado na MO (mão de obra), desconto de no mínimo 10% acima do valor final nos lotes de 1 a 6.

4.2.17. Nos descontos ofertados deverão estar inclusos todos os custos com taxas, tributos, impostos, frete, transportes e outros sem exibir quaisquer ônus adicionais além do proposto inicialmente.

4.2.18. As peças fornecidas deverão ser genuínas ou originais de primeiro uso, compatíveis com as especificações do fabricante do veículo. Na impossibilidade comprovada de fornecimento de peças genuínas ou originais, poderão ser utilizadas peças similares ou de reposição de primeira linha, desde que apresentem padrões de qualidade e desempenho equivalentes, atendam às especificações técnicas aplicáveis



e não comprometam a segurança, a durabilidade ou o funcionamento do veículo, mediante prévia autorização da Administração. Não serão aceitas peças automotivas reconcondicionadas ou remanufaturadas.

4.2.19. A contratada deverá apresentar, quando solicitado pela fiscalização da Ata de Registro de Preços, documentação que comprove a procedência, garantia e conformidade das peças fornecidas.

4.2.20. O desconto ofertado será aplicado sobre os preços referenciais constantes na tabela do sistema Traz Valor, ou na falta desse, poderá ser utilizada a tabela Audatex ou outra similar.

4.2.21. A Contratada enviará o pré-orçamento para o departamento demandante com a quantidade de horas e valores dos serviços a serem executados. O tempo gasto para determinado serviço será analisado pela equipe técnica designada, em caso de não aprovação à contratada será comunicada para apresentar as devidas justificativas técnicas.

4.2.22. Os itens de fornecimento de peças possuem como unidade de medida Valor (R\$). Essa forma de quantificação foi adotada porque não é possível definir previamente quais peças, modelos ou quantidades serão necessárias durante a vigência da Ata de Registro de Preços. Assim, o valor indicado na planilha corresponde apenas ao montante financeiro estimado para futuras aquisições. As peças efetivamente fornecidas serão identificadas conforme a necessidade de cada manutenção e terão seus preços obtidos na **Tabela TRAZ VALOR**, aplicando-se o percentual de desconto registrado.

4.2.23. Os itens de prestação de serviços possuem como unidade de medida Hora (h), indicando que a cobrança ocorrerá por horas de mão de obra necessárias à execução dos serviços, observados os critérios e valores de referência da Tabela TRAZ VALOR, com aplicação do percentual de desconto registrado. O valor estimado constante na planilha foi definido exclusivamente para fins de estimativa da licitação, com base nas necessidades informadas pelos departamentos requisitantes, não representando quantidade previamente definida de horas a serem executadas.

4.2.24. Os custos com o diagnóstico ou identificação do problema utilizando Scanner, está incluso no valor da hora, sendo este custo de responsabilidade da empresa contratada.

4.2.25. Os serviços deverão ser executados nas instalações da oficina contratada, que deve estar localizada na área de abrangência do município de Marmeleiro ou em um raio máximo de 15 (quinze) quilômetros da sede administrativa do Município; os veículos devem ser rebocados/transportados pelo SERVIÇO DE GUINCHO (PRANCHA) DA CONTRATADA sem ônus para o CONTRATANTE (NO DESLOCAMENTO PARA CONserto E PARA ENTREGA APÓS O CONserto), em caso de qualquer sinistro no transporte a responsabilidade fica por conta da CONTRATADA, para ressarcir qualquer custo que por ventura resultem do sinistro, inclusive na hipótese de ocorrer um acidente rodoviário envolvendo o veículo, como colisão, capotagem, abalroamento, tombamento, incêndio ou explosão do veículo.

O preço base para efetivação do cálculo, refere-se à cotação apresentada na tabela do sistema TRAZ VALOR.

A disputa de itens se dará pelo maior percentual de desconto por Lote/Grupo.

Onde:

% PO = Desconto de outras peças originais ofertadas pela empresa.

% MO: Mão de obra por hora: Incluído todas e quaisquer despesas de seus funcionários. Será de total responsabilidade da CONTRATADA o deslocamento, pernoite, alimentação e demais despesas do TÉCNICO responsável da mesma para realizar os serviços nos locais onde estiver o maquinário/equipamento, pertinentes à execução do objeto da Ata de Registro de Preços.

A tabela de referência estará disponível para consulta no Setor de Patrimônio, localizado na Avenida Macali, nº 255, Bairro Centro.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

4.2.26. Com o objetivo de assegurar a ampla competitividade, isonomia entre os licitantes e adequada formulação das propostas, a Administração disponibilizará gratuitamente às empresas participantes do certame acesso temporário ao sistema de orçamentação eletrônica TRAZ VALOR durante o período de realização do pregão.

4.2.27. O acesso será concedido exclusivamente para utilização vinculada ao procedimento licitatório, permitindo consulta aos valores referenciais de peças de reposição e tempos de mão de obra mecânica utilizados como parâmetro para elaboração das propostas comerciais.

4.2.28. As condições de acesso, prazo de utilização e orientações operacionais serão informadas pela Administração aos licitantes juntamente com os documentos do certame ou mediante comunicação formal durante a fase externa da licitação.

4.2.29. A disponibilização temporária da ferramenta não gera qualquer vínculo contratual entre os licitantes e a empresa detentora do sistema, destinando-se unicamente à padronização dos critérios de consulta e à garantia da transparência na formação das propostas.

4.3. SUBCONTRATAÇÃO:

4.3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

4.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. JUSTIFICATIVA LOTE/GRUPO

4.5.1. A presente contratação será realizada por grupos de veículos com fornecimento de peças e mão de obra.

4.5.2. Justifica-se o critério de julgamento **MAIOR DESCONTO PERCENTUAL POR LOTE/GRUPO**, contemplando fornecimento de peças e mão de obra, devido à maior eficiência na prestação dos serviços. Ocorre que devido a quantidade de peças que cada veículo possui, torna-se impossível mantermos todas em estoque. Muitas peças que precisam ser trocadas são identificadas no momento da execução do serviço. Por mais que seja feito revisões nos veículos, devido ao grande uso diário, sempre ocorre avarias. Devido a isso, a aquisição das peças separadamente do serviço causa o grave risco de veículos ficarem parados, aguardando a aquisição de peças, prejudicando a execução das atividades e comprometendo o atendimento da demanda.

4.6. LIMITAÇÃO GEOGRÁFICA

4.6.1. Considerando a natureza do objeto e a necessidade de assegurar a continuidade das atividades da frota municipal, a empresa contratada deverá possuir estabelecimento operacional localizado em um **raio máximo de 15 (quinze) quilômetros da sede administrativa do Município de Marmeleiro/PR**, compatível com o lote adjudicado, apto a realizar o fornecimento de peças de reposição e a execução dos respectivos serviços de manutenção preventiva, corretiva e recuperativa dos sistemas hidráulico, elétrico e/ou de ar-condicionado dos veículos, máquinas e equipamentos pertencentes à frota municipal.

4.6.2. A exigência de delimitação geográfica possui caráter estritamente operacional e decorre da necessidade de garantir maior eficiência na execução contratual, nos termos dos arts. 5, 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021, não se destinando a restringir indevidamente a competitividade do certame.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

4.6.3. A frota municipal é composta por veículos de diversas categorias, utilizados diariamente na execução de serviços essenciais à população, tais como transporte de pacientes, transporte escolar, manutenção de vias públicas, atendimento das demandas da agricultura, assistência social e demais atividades administrativas. Em razão da utilização contínua desses veículos, a ocorrência de manutenções preventivas e corretivas demanda atendimento célere, de modo a minimizar o tempo de indisponibilidade dos bens e evitar prejuízos à prestação dos serviços públicos.

4.6.4. A localização da contratada em raio máximo de 15 km da sede administrativa do Município permitirá maior rapidez no encaminhamento dos veículos para diagnóstico, orçamento, manutenção, testes e retirada após a conclusão dos serviços, reduzindo significativamente os períodos de paralisação da frota. Além disso, possibilitará que os fiscais da Ata de Registro de Preços realizem acompanhamento presencial das manutenções, conferência dos serviços executados, verificação das peças substituídas e demais atividades de fiscalização com maior eficiência e menor custo para a Administração.

4.6.5. No caso específico dos caminhões, ônibus, vans e demais veículos de maior porte, a necessidade de deslocamentos frequentes para avaliações técnicas, retornos para ajustes ou revisões e transporte de veículos com restrições de funcionamento pode gerar custos adicionais expressivos quando os serviços são executados em localidades mais distantes.

4.6.6. Dessa forma, a delimitação geográfica em raio máximo de 15 km da sede administrativa do Município de Marmeleiro constitui requisito tecnicamente necessário e proporcional ao objeto contratado, estando diretamente relacionada à obtenção da solução mais vantajosa para a Administração, à redução dos custos operacionais, à eficiência da fiscalização contratual e à garantia da continuidade dos serviços públicos essenciais, em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

5 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

5.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

5.3. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

5.4. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução da Ata de Registro de Preços.

5.5. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

5.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo Fiscal ou Gestor da Ata de Registro de Preços ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

5.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

5.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essas responsabilidades a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

5.9. Não contratar, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do Fiscal ou Gestor da Ata de Registro de Preços, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

5.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela Ata de Registro de Preços, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.

5.11. Comunicar ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

5.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

5.13. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

5.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

5.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

5.17. Manter, durante toda a execução do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.18. Cumprir, durante todo o período de execução do instrumento contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133/2021).

5.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021).

5.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata de Registro de Preços.

5.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

5.23. Permitir, a qualquer tempo, que o fiscal do CONTRATANTE inspecione o objeto e examine os registros e documentos que considerar necessário.

5.24. Deverá apresentar para o servidor público designado o orçamento para execução dos serviços no prazo de até 03 (três) dias úteis. No orçamento deverá ser informado: identificação do equipamento (marca, modelo, série, ano, horímetro e unidade usuária); relatórios com os defeitos do equipamento, os itens a serem revisados, consertados e substituídos, de acordo com cada marca/modelo de equipamento.

5.25. Todos os serviços de mão de obra que serão executados deverão ser calculados por hora tendo como referência individual de cada serviço o tempo considerado pelas empresas do ramo como tempo padrão de reparos para execução dos serviços.

5.26. O prazo de aprovação do orçamento pelo município será de até 05 (cinco) dias úteis após apresentação, devendo o servidor público designado retornar à contratada o orçamento, devidamente assinado.

5.27. A contratada deverá assumir inteira responsabilidade técnica pela execução dos serviços contratados.

5.28. Após a realização de cada serviço, disponibilizar profissional competente para acompanhar o representante da contratante na realização de “teste” efetuando a entrega do equipamento em boas condições de limpeza.

5.29. Manter, sem qualquer ônus ou custo direto adicional para a contratante, espaço de oficina implementada com segurança própria, seguro de pátio, seguro de transporte, escritório de atendimento na oficina, telefone de atendimento, materiais, utensílios, equipamentos, elevadores, macacos mecânicos, ferramentas em geral, instalações, meios de transporte, e outros necessários para a completa realização dos serviços, inclusive os materiais necessários para a limpeza de peças e materiais quando o equipamento estiver em manutenção.

5.30. A contratante reserva-se ao direito de recusar qualquer serviço que não atenda às exigências. A recusa não poderá ser alegada como justificativa para atraso na execução dos serviços e nem acréscimo na cobrança de mão-de-obra e, da mesma forma, não isenta a contratada de responsabilidade quanto ao cumprimento dos termos de garantia de serviço.

5.31. O aceite do servidor por parte da contratante se dará após vistoria do veículo, realizada pelo operador, visando verificar a qualidade do serviço realizado. Não havendo aceite, o veículo deverá retornar para o estabelecimento da contratada para correção dos serviços.

5.32. Deverá manter o controle de entrada e saída de veículos, com emissão de guia de recebimento/devolução, constando inclusive acessórios, equipamento e objetos que acompanhem os veículos, a descrição dos serviços realizados e a respectiva autorização da contratante.

5.33. Os serviços deverão ser executados de maneira que mantenha os veículos em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento.



5.34. Deverá dispor de estrutura própria, com disponibilização de profissionais necessários para a prestação dos serviços contratados, bem como toda infraestrutura e equipamentos como: local apropriado que ofereça condições para realização dos serviços, de fácil acesso aos maquinários, ferramental completo, área administrativa e outras condições necessárias, também deverá dispor de local coberto, limpo, fechado, de modo que os veículos/mquinários fiquem livres da chuva, vento, poeira, granizo e demais intempéries, com a segurança devida.

5.35. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente a presente Ata de Registro de Preços, nem subcontratar, sem prévio consentimento por escrito do CONTRATANTE.

5.36. Reexecutar serviços sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, quando estiverem em desacordo com as técnicas e procedimentos aplicáveis aos mesmos.

5.37. Refazer os serviços eventualmente executados com vícios ou defeitos, em virtude da ação, omissão, negligência, imperícia, emprego de materiais ou processos inadequados ou de qualidade inferiores.

5.38. Prestar garantia das peças de 90 (noventa) dias sobre as peças.

5.39. Trocar a suas expensas, a mercadoria/peça que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação.

5.40. Repor a(s) peça(s) que apresentar(em) defeito, independentemente de sua aceitação; por divergência não adequada serão aplicadas às sanções previstas neste edital e legislação vigente.

5.41. Fornecer peças de reposição em conformidade com a NBR 15.296 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, sendo vedadas peças adquiridas no mercado paralelo, usadas, remanufaturadas ou de procedência duvidosa. Na entrega serão verificados especificações, marca, código, prazos de validade e apresentação (estado de conservação das embalagens).

5.42. As peças deverão ser novas, sem uso, genuínas ou similares de primeira linha, compatíveis com o veículo e em conformidade com as especificações técnicas do fabricante, vedadas peças reconcondicionadas ou de procedência duvidosa.

5.43. Sempre que solicitado pela Administração, prestar atendimento externo para avaliação técnica e reparos emergenciais de veículos, máquinas ou equipamentos imobilizados em decorrência de falha nos sistemas abrangidos pelo objeto da contratação, observando os prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

6 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com a(o) Ata de Registro de Preços/Contrato e seus anexos.

6.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

6.3. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com os padrões exigidos nas especificações.

6.4. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela empresa para a fiel execução do objeto.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

6.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

6.6. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor especialmente designado, o cumprimento do objeto e das obrigações da CONTRATADA, sob os aspectos quantitativo e qualificativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma.

6.7. Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento e no Termo de Referência, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, que deverá vir acompanhada de Ordem de Compra emitida pelo CONTRATANTE.

6.8. Aplicar a CONTRATADA as sanções previstas na Lei e no instrumento contratual.

6.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6.10. O CONTRATANTE terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da conclusão da instrução do requerimento, para decidir sobre todas as solicitações da CONTRATADA, inclusive pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.11. O CONTRATANTE não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução deste Termo de Referência, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à CONTRATADA.

6.12. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente processo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7 – EXECUÇÃO DO OBJETO:

7.1. Os serviços e o fornecimento de peças serão executados de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, durante a vigência da Ata de Registro de Preços ou Contrato, mediante emissão de Ordem de Serviço, Ordem de Compra ou documento equivalente expedido pelo setor competente.

7.2. A contratada deverá realizar diagnóstico prévio do veículo, máquina ou equipamento, apresentando orçamento detalhado contendo, no mínimo, a descrição dos serviços a serem executados, a relação das peças e materiais necessários, seus respectivos códigos na Tabela TRAZ VALOR, quantitativos, tempo estimado de mão de obra e valores obtidos mediante aplicação do percentual de desconto contratado, para análise e autorização da Administração.

7.3. Nenhum serviço poderá ser iniciado sem a prévia autorização do fiscal ou gestor da Ata de Registro de Preços. O setor responsável realizará a emissão da ordem de serviço através do sistema TRAZ VALOR, com base no detalhamento apresentado pela CONTRATADA, para posterior prosseguimento dos serviços.

7.4. Os preços das peças, materiais e serviços terão como referência a Tabela TRAZ VALOR vigente na data da emissão da Ordem de Serviço ou Ordem de Compra, aplicando-se o percentual de desconto ofertado pela contratada.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

7.5. A fiscalização contratual poderá consultar a Tabela TRAZ VALOR para conferência dos códigos, valores das peças, materiais, tempo padrão de mão de obra e demais informações utilizadas na elaboração dos orçamentos apresentados pela contratada.

7.6. As peças e materiais fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, compatíveis com as especificações técnicas do fabricante do veículo, máquina ou equipamento, sendo vedado o fornecimento de itens usados, recuperados, recondicionados ou remanufaturados.

7.7. Excepcionalmente, mediante justificativa técnica e comprovação da indisponibilidade de peças genuínas ou originais no mercado, poderão ser utilizados materiais equivalentes ou de primeira linha, desde que previamente autorizados pela Administração e possuam qualidade compatível com as especificações do fabricante.

7.8. Sempre que solicitado pela fiscalização, a contratada deverá apresentar documentação que comprove a procedência, especificações técnicas e compatibilidade das peças e materiais fornecidos.

7.9. Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados, utilizando equipamentos e ferramentas adequados, observando as recomendações dos fabricantes, as normas técnicas aplicáveis e as boas práticas de manutenção automotiva.

7.10. A execução dos serviços e a substituição das peças deverão restabelecer integralmente as condições de funcionamento, segurança e desempenho do sistema reparado, cabendo à contratada realizar todos os testes necessários antes da liberação do veículo, máquina ou equipamento.

7.11. A execução dos serviços e o fornecimento das peças ocorrerão, em regra, nas dependências da contratada, em endereço informado na proposta e na Ata de Registro de Preços, sendo os veículos, máquinas e equipamentos encaminhados pela Administração até o estabelecimento da empresa. Quando tecnicamente viável e previamente autorizado pela Administração, os serviços poderão ser executados nas dependências do Município ou no local onde o equipamento estiver.

7.12. O prazo para apresentação do diagnóstico e orçamento será de até **48 (quarenta e oito) horas** contadas do recebimento do veículo, máquina ou equipamento pela contratada.

7.13. Após a autorização da Administração, os serviços deverão ser concluídos em até **72 (setenta e duas) horas**, ressalvados os casos que demandem serviços de maior complexidade ou dependam da aquisição de peças não disponíveis em estoque, hipótese em que o prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal, devidamente justificada e aceita pela Administração.

7.14. Quando se tratar de atendimento emergencial, a contratada deverá iniciar os serviços no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** após a autorização do orçamento, adotando todas as providências necessárias para restabelecer a operacionalidade do veículo ou equipamento no menor tempo possível.

7.15. As peças substituídas deverão permanecer à disposição da Administração até a conclusão da fiscalização dos serviços, quando solicitado pelo fiscal da Ata de Registro de Preços, podendo ser recolhidas pelo Município para conferência.

7.16. Todos os serviços executados e as peças fornecidas serão conferidos pelo fiscal da Ata de Registro de Preços ou por servidor designado pelo Departamento solicitante, que verificará sua conformidade com a Ordem de Serviço, Ordem de Compra, orçamento aprovado e demais especificações constantes deste Termo de Referência.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

7.17. Não serão recebidos serviços executados em desacordo com a autorização da Administração, peças ou materiais incompatíveis com o veículo ou equipamento, quantitativos divergentes, itens de qualidade inferior à especificada ou cobranças em desacordo com a Tabela TRAZ VALOR e com o percentual de desconto contratado.

7.18. Os serviços executados e as peças fornecidas deverão possuir garantia na forma prevista pelo Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo da garantia oferecida pelo fabricante ou pela própria contratada, prevalecendo sempre a condição mais vantajosa para a Administração.

7.19. Constatada qualquer falha, defeito, vício ou inadequação decorrente da execução dos serviços ou da qualidade das peças e materiais fornecidos, a contratada deverá promover a correção ou substituição, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, ou em outro prazo tecnicamente justificado e aprovado pela fiscalização.

7.20. A contratada deverá entregar os serviços concluídos em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados da respectiva Nota Fiscal e dos demais documentos exigidos pela fiscalização para fins de conferência, liquidação da despesa e recebimento definitivo.

7.21. Excepcionalmente, quando o veículo, máquina ou equipamento apresentar pane ou defeito que impossibilite seu deslocamento até as dependências da contratada, ou quando a remoção puder ocasionar riscos, danos adicionais ou prejuízo à continuidade dos serviços públicos, a Administração poderá solicitar atendimento no local da ocorrência.

7.22. Nesses casos, a contratada deverá disponibilizar profissional habilitado para realizar a avaliação técnica e, quando possível, executar o reparo no próprio local. Não sendo viável o restabelecimento das condições de funcionamento, a contratada deverá adotar as providências necessárias para viabilizar a remoção do veículo, máquina ou equipamento até suas instalações, mediante prévia autorização da Administração.

7.23. Não serão admitidos reparos provisórios ou improvisados que comprometam a segurança, a confiabilidade ou a durabilidade do sistema reparado, salvo quando expressamente autorizados pela Administração para possibilitar apenas o deslocamento seguro do veículo até a oficina.

7.24. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

7.24.1. O objeto deste Termo de Referência será dado como recebido, conforme:

7.24.1.1. Provisoriamente, na apresentação do objeto, declarará formalmente à CONTRATADA que os serviços foram prestados ou que os bens foram recebidos para posterior análise das conformidades e qualidade, baseadas nos requisitos e nos critérios de aceitação. Esta verificação deverá estar concluída em até **02 (dois) dias úteis**.

7.24.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.24.1.3. Definitivamente, após a verificação dos requisitos e demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços acima identificado que ensejem correções por parte da CONTRATADA. Esta verificação deverá estar concluída em até **10 (dez) dias úteis**.

7.24.2. O recebimento definitivo ficará condicionado à comprovação de que:



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

- a) os serviços foram executados de acordo com as especificações técnicas e normas aplicáveis;
- b) as peças fornecidas são genuínas ou originais de fábrica, ou, quando previamente autorizadas pela Administração, equivalentes de primeira linha;
- c) os veículos e equipamentos encontram-se em perfeitas condições de funcionamento;
- d) foram sanadas eventuais pendências, irregularidades ou inconformidades apontadas pela fiscalização.

7.24.3. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez, qualidade, segurança e funcionamento dos serviços executados e dos materiais fornecidos, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da Ata de Registro de Preços.

7.24.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.24.5. O recebimento definitivo também ficará condicionado à conferência dos valores cobrados, dos códigos das peças, dos tempos de mão de obra e da aplicação do percentual de desconto contratado, conforme a Tabela TRAZ VALOR vigente na data da execução dos serviços.

7.24.6. Em caso de o objeto ser entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo, pelo CONTRATANTE, para que a CONTRATADA faça a substituição. Este prazo iniciar-se-á a partir da notificação do CONTRATANTE. A CONTRATADA ficará obrigada a substituir, às suas expensas, o objeto que for recusado.

7.24.7. Independentemente da aceitação, a CONTRATADA deverá garantir a qualidade do objeto fornecido pelo prazo de garantia, quando for o caso, obrigando-se a substituir no prazo determinado pelo CONTRATANTE, às suas expensas, aquele que apresentar falha ou defeito durante o recebimento e o período de cobertura da garantia.

7.24.8. Em todo o objeto, as especificações exigidas são as mínimas necessárias para o atendimento das necessidades dos Departamentos solicitantes. Não sendo aceito o objeto com especificações diferentes das descritas.

7.24.9. Somente serão aceitos os serviços efetivamente autorizados pela Administração e devidamente comprovados por meio de ordem de serviço, orçamento aprovado e relatório de execução contendo a descrição dos serviços realizados, peças aplicadas e demais informações necessárias à fiscalização contratual.

7.24.10. As peças substituídas deverão ser apresentadas à fiscalização, quando solicitadas, para conferência e comprovação da efetiva substituição.

7.24.11. O recebimento definitivo não afasta a obrigação da contratada de garantir a qualidade dos serviços executados e das peças fornecidas durante o período de garantia legal ou contratual aplicável.

7.24.12. Verificada qualquer falha, defeito ou vício decorrente da execução dos serviços ou da qualidade das peças fornecidas durante o período de garantia, a contratada deverá realizar os reparos, substituições ou correções necessárias sem qualquer ônus para a Administração.

8 – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

8.1. A Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

8.2. O recebimento do objeto, a fiscalização e o acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços, será de responsabilidade dos servidores: Sandra Marisa Moreira Nicolau, Douglas Fabiano Bressiani, Idiones Maria Bruni Padilha, Mauro Fischer, Airton Neri Rama, Fernanda Barizon, Jean Max da Silva, Elcio Maldonado Valenzuela, Sidnei Domingos Machado.

8.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, ainda que resultem de condições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica na responsabilidade da administração e de seus agentes e prepostos.

8.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência destes deverão ser solicitadas a autoridade superior, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes, no caso o Gestor da Ata de Registro de Preços.

8.5. A gestão da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do Diretor do Departamento do Departamento de Viação e Obras, Sr. Volmir Nicolau.

8.6. Em caso de férias, exoneração ou qualquer tipo de afastamento do Gestor designado, o substituto imediato será o servidor que assumir o cargo de diretor ou responsável no período.

8.7. Caberá aos Gestores e Fiscais designados pela autoridade competente do Município promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes do Contrato ou da Ata de Registro de Preços, seguindo os preceitos do Decreto Municipal nº 3.500, de 05 de março de 2024, que Regulamenta as regras para atuação do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio, o funcionamento da Comissão de Contratação e a atuação dos Gestores e Fiscais de Contratos, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

9 – CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:

9.1. O pagamento será efetuado através de transferência eletrônica para a conta bancária da CONTRATADA indicada pela mesma, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do mês subsequente da apresentação da Nota Fiscal, após o recebimento definitivo do objeto.

9.2. A vencedora do certame deverá apresentar as certidões (FGTS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.

9.3. Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

9.4. Aplica-se aos documentos fiscais emitidos a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 ou a que vier a substituí-la, nos termos do Decreto Municipal nº 3.480, de 26 de dezembro de 2023.

10 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

10.1. PARA A HABILITAÇÃO, SERÁ EXIGIDA A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA:

10.2. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

10.2.1. No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

10.2.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

10.2.3. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

10.3. A documentação relativa à **qualificação econômico-financeira** consistirá em:

10.3.1. Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 90 (noventa) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento.

10.4. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá em:

10.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

10.4.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, se houver, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

10.4.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

10.4.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado.

10.4.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado.

10.4.6. Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).

10.4.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

10.4.8. Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.4.8.1. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

10.5. A documentação relativa à **REGULARIDADE TÉCNICA** consistirá em:

10.5.1. **Atestado de Capacidade Técnica:** Apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto da contratação, abrangendo a manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas hidráulico, elétrico e/ou de ar-condicionado de veículos automotores, máquinas e equipamentos, bem como o fornecimento de peças de reposição compatíveis com a especialidade correspondente ao lote licitado.

10.6. O critério de julgamento adotado é o de **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE/GRUPO**, através da modalidade **PREGÃO**, sob a forma eletrônica.

11 – FRAUDE E CORRUPÇÃO:

11.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução desta Ata de Registro de Preços nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro da presente Ata de Registro de Preços, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto desta Ata de Registro de Preços, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

12 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados nas dotações orçamentárias apresentadas abaixo:

Conta	Órgão/Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte
69	03.01	04.122 0003 2.006	3.3.90.39.19.05.00	0
70	03.01	04.122 0003 2.006	3.3.90.39.19.05.00	510
71	03.01	04.122 0003 2.006	3.3.90.39.19.05.00	511
157	05.01	26.782 0005 2.013	3.3.90.39.19.05.00	0
158	05.01	26.782 0005 2.013	3.3.90.39.19.05.00	510
207	06.02	12.361 0006 2.019	3.3.90.39.19.05.00	0
208	06.02	12.361 0006 2.019	3.3.90.39.19.05.00	103
209	06.02	12.361 0006 2.019	3.3.90.39.19.05.00	104
221	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	0
222	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	103
223	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	104
224	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	119
225	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	1043
264	07.01	27.812 0015 2.025	3.3.90.39.19.05.00	0
301	08.02	10.301 0016 2.027	3.3.90.39.19.05.00	0
302	08.02	10.301 0016 2.027	3.3.90.39.19.05.00	303
303	08.02	10.301 0016 2.027	3.3.90.39.19.05.00	348
707	08.02	10.301 0016 2.027	3.3.90.39.19.05.00	357
332	08.02	10.301 0016 2.029	3.3.90.39.19.05.00	303
333	08.02	10.301 0016 2.029	3.3.90.39.19.05.00	494
349	08.02	10.302 0016 2.031	3.3.90.39.19.05.00	0



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

350	08.02	10.302 0016 2.031	3.3.90.39.19.05.00	303
351	08.02	10.302 0016 2.031	3.3.90.39.19.05.00	494
372	08.03	10.304 0020 2.033	3.3.90.39.19.05.00	0
373	08.03	10.304 0020 2.033	3.3.90.39.19.05.00	494
374	08.03	10.304 0020 2.033	3.3.90.39.19.05.00	510
683	08.03	10.304 0020 2.033	3.3.90.39.19.05.00	353
391	09.01	08.244 0022 2.035	3.3.90.39.19.05.00	0
399	09.01	08.244 0022 2.036	3.3.90.39.19.05.00	0
411	09.02	08.244 0022 2.037	3.3.90.39.19.05.00	0
421	09.02	08.244 0022 2.045	3.3.90.39.19.05.00	940
426	09.02	08.244 0022 2.053	3.3.90.39.19.05.00	934
455	09.05	08.243 0025 2.067	3.3.90.39.19.05.00	0
486	10.01	20.606 0027 2.049	3.3.90.39.19.05.00	0
501	10.02	20.608 0027 2.050	3.3.90.39.19.05.00	0
536	12.01	18.541 0033 2.058	3.3.90.39.19.05.00	0
609	14.01	15.452 0036 2.065	3.3.90.39.19.05.00	0
610	14.01	15.452 0036 2.065	3.3.90.39.19.05.00	504



EDITAL DE PREGÃO Nº 078/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 2451/2026

Nº DA CONTRATAÇÃO COMPRAS.GOV.BR: 454524 - 049/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE/GRUPO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA (uso obrigatório por todas as licitantes)

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por, cargo, RG, CPF, (endereço), propõe fornecer à Prefeitura Municipal de Marmeleiro, em estrito cumprimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico nº 078/2026, conforme abaixo discriminado:

Grupo/Lote 01: Veículos leves e utilitários - Todas as marcas - Manutenção e peças

Item	Descrição	Valor Total Estimado	Desc. Mínimo p/ PR/MO	
1	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e de ar condicionado de veículos leves e utilitários, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	144.800,00	PO	%
2	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos leves e utilitários, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	84.637,00	MO	%
Valor Total Estimado do Grupo/Lote		229.437,00		

Grupo/Lote 02: Ônibus e micro-ônibus - Todas as marcas - Manutenção e peças

Item	Descrição	Valor Total Estimado	Desc. Mínimo p/ PR/MO	
3	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de veículos ônibus e micro-ônibus, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	230.000,00	PO	%
4	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos ônibus e micro-ônibus, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	108.150,00	MO	%
Valor Total Estimado do Grupo/Lote		338.150,00		

Grupo/Lote 03: Caminhões - Todas as marcas - Manutenção e peças

Item	Descrição	Valor Total Estimado	Desc. Mínimo p/ PR/MO	
5	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de veículos caminhões, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	364.936,00	PO	%



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

6	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos caminhões, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	169.932,00	MO	%
Valor Total Estimado do Grupo/Lote		534.868,00		

Grupo/Lote 04: Máquinas pesadas - Todas as marcas - Manutenção e peças

Item	Descrição	Valor Total Estimado	Desc. Mínimo p/ PR/MO	
7	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de máquinas pesadas e equipamentos multimarcas, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	325.000,00	PO	%
8	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para máquinas pesadas e equipamentos multimarcas, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	295.000,00	MO	%
Valor Total Estimado do Grupo/Lote		620.000,00		

Grupo/Lote 05: Veículos vans - Todas as marcas - Manutenção e peças

Item	Descrição	Valor Total Estimado	Desc. Mínimo p/ PR/MO	
9	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de veículos vans, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	143.000,00	PO	%
10	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos vans, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	74.000,00	MO	%
Valor Total Estimado do Grupo/Lote		217.000,00		

Grupo/Lote 06: Manutenção hidráulica de veículos, máquinas e equipamentos

Item	Descrição	Valor Total Estimado	Desc. Mínimo p/ PR/MO	
11	Fornecimento de peças e componentes destinados à manutenção de sistemas hidráulicos dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, incluindo mangueiras hidráulicas, terminais, conexões, adaptadores, capas de prensagem (casquilhos), vedações e demais componentes correlatos, conforme Tabela TRAZ VALOR vigente.	400.000,00	PO	%
12	Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e recuperativa em sistemas hidráulicos de veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, compreendendo diagnóstico, desmontagem, montagem, reparos, confecção e prensagem de mangueiras hidráulicas, substituição de componentes e testes de funcionamento, com base de preços na Tabela TRAZ VALOR.	150.000,00	MO	%
Valor Total Estimado do Grupo/Lote		550.000,00		

OBS.: NÃO alterar o valor/saldo, somente preencher o percentual de desconto ofertado.

A validade desta proposta é de **90 (noventa) dias corridos**, contados da data de sua assinatura.

Informar Percentual final de desconto da PO e MO.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

Declaro que a proponente atende aos requisitos de habilitação e o declarante atesta a veracidade das informações prestadas (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).



Responsável pela assinatura do contrato ou da Ata de Registro de Preços:

- Nome:
- CPF:
- Endereço:
- Telefone:
- e-mail:

Informar Agência e Conta para pagamento.

Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

....., de de 2026.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO Nº 078/2026**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 2451/2026****Nº DA CONTRATAÇÃO COMPRAS.GOV.BR: 454524 - 049/2026****MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO****TIPO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE/GRUPO**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº **000**/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2026

O **MUNICÍPIO DE MARMELEIRO**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ sob o nº 76.205.665/0001-01, com sede administrativa na Avenida Macali, nº 255, centro, Marmeleiro, Estado do Paraná, representado pelo Prefeito, Sr. Jander Luiz Loss, inscrito no CPF sob o nº 744.826.379-04, de ora em diante denominado **CONTRATANTE**; e a empresa *******, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº *******, com sede na *******, nº *******, Bairro *******, Cidade de *******, Estado do *******, CEP *******, Telefone **(**)** *******, e-mail: *******, representada neste ato pelo(a) Sr(a). *******, inscrito(a) no CPF sob o nº *******, aqui denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, RESOLVEM, por meio desta Ata e com integral observância das normas: Lei Geral de Licitações n. 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações e Regulamento Municipal, e, ainda, pelas condições estabelecidas pelo edital e suas partes integrantes, **FIRMAM A PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº **000**/2026.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. A presente Ata de Registro de Preços está sendo firmada com fundamento na Lei nº 14.133/21, e de acordo com as conclusões do Pregão Eletrônico nº 078/2026, aplicando-se, ainda, os princípios inerentes aos contratos administrativos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E VALOR

2.1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado, atendendo as necessidades dos Departamentos solicitantes**, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e de acordo com o edital e descrição a seguir:



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

AMPLA CONCORRÊNCIA						
Item	CATMAT CATSER	Descrição	Valor Total	Desc. Mínimo p/ (PO/MO)		Unidade
GRUPO/LOTE 01: VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS						
1	13798	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e de ar condicionado de veículos leves e utilitários, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	144.800,00	PO	5%	Valor
2	5851	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos leves e utilitários, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	84.637,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 01				229.437,00		
GRUPO/LOTE 02: ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS						
3	13798	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de veículos ônibus e micro-ônibus, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	230.000,00	PO	5%	Valor
4	5843	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos ônibus e micro-ônibus, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	108.150,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 02				338.150,00		
GRUPO/LOTE 03: CAMINHÕES - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS						
5	13798	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de veículos caminhões, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	364.936,00	PO	5%	Valor
6	5843	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos caminhões, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	169.932,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 03				534.868,00		
GRUPO/LOTE 04: MÁQUINAS PESADAS - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS						
7	13798	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de máquinas pesadas e equipamentos multimarcas, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	325.000,00	PO	5%	Valor
8	5843	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para máquinas pesadas e equipamentos multimarcas, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	295.000,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 04				620.000,00		
GRUPO/LOTE 05: VEÍCULOS VANS - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS						
9	13798	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de veículos vans, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	143.000,00	PO	5%	Valor
10	5843	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva,	74.000,00	MO	10%	Hora



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

		corretiva e/ou recuperativa para veículos vans, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.				
Total GRUPO/LOTE 05				217.000,00		
GRUPO/LOTE 06: MANUTENÇÃO HIDRÁULICA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS						
11	13798	Fornecimento de peças e componentes destinados à manutenção de sistemas hidráulicos dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, incluindo mangueiras hidráulicas, terminais, conexões, adaptadores, capas de prensagem (casquilhos), vedações e demais componentes correlatos, conforme Tabela TRAZ VALOR vigente.	400.000,00	PO	5%	Valor
12	27944	Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e recuperativa em sistemas hidráulicos de veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, compreendendo diagnóstico, desmontagem, montagem, reparos, confecção e prensagem de mangueiras hidráulicas, substituição de componentes e testes de funcionamento, com base de preços na Tabela TRAZ VALOR.	150.000,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 06				550.000,00		
VALOR TOTAL ESTIMADO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS				2.489.455,00		

2.2. O valor total estimado para esta contratação será de R\$ 2.489.455,00 (dois milhões e quatrocentos e oitenta e nove mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais).

2.3. Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o FORNECEDOR, ficando-lhe facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, nos termos do artigo 83 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

2.4. Vinculam esta Ata, independentemente de transcrição: o Termo de Referência, o Edital do Pregão Eletrônico nº 078/2026, a proposta do FORNECEDOR e eventuais anexos dos documentos citados.

2.5. Os serviços serão executados nas dependências do FORNECEDOR.

O preço base para efetivação do cálculo, refere-se à cotação apresentada na tabela do sistema TRAZ VALOR.

A disputa de itens se dará pelo maior percentual de desconto por Lote/Grupo.

Onde:

% PO = Desconto de outras peças originais ofertadas pela empresa.

% MO: Mão de obra por hora: Incluído todas e quaisquer despesas de seus funcionários. Será de total responsabilidade da CONTRATADA o deslocamento, pernoite, alimentação e demais despesas do TÉCNICO responsável da mesma para realizar os serviços nos locais onde estiver o maquinário/equipamento, pertinentes à execução do objeto da Ata de Registro de Preços.

A tabela de referência estará disponível para consulta no Setor de Patrimônio, localizado na Avenida Macali, nº 255, Bairro Centro.

2.6. Com o objetivo de assegurar a ampla competitividade, isonomia entre os licitantes e adequada formulação das propostas, a Administração disponibilizará gratuitamente às empresas participantes do certame acesso temporário ao sistema de orçamentação eletrônica TRAZ VALOR durante o período de realização do pregão.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

2.7. O acesso será concedido exclusivamente para utilização vinculada ao procedimento licitatório, permitindo consulta aos valores referenciais de peças de reposição e tempos de mão de obra mecânica utilizados como parâmetro para elaboração das propostas comerciais.

2.8. As condições de acesso, prazo de utilização e orientações operacionais serão informadas pela Administração aos licitantes juntamente com os documentos do certame ou mediante comunicação formal durante a fase externa da licitação.

2.9. A disponibilização temporária da ferramenta não gera qualquer vínculo contratual entre os licitantes e a empresa detentora do sistema, destinando-se unicamente à padronização dos critérios de consulta e à garantia da transparência na formação das propostas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PUBLICIDADE DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, ou seja, até ** de ** de 202*, podendo ser prorrogada na forma do art. 84 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

3.1.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços.

3.1.2. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.3. Na formalização da Ata ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2. A contratação com o FORNECEDOR registrado na ata será formalizada pelo Município por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.3. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. Após a homologação da licitação, para a formalização da Ata de Registro de Preços, serão considerados os valores unitários e totais da proposta ajustada do adjudicatário, respeitando obrigatoriamente os quantitativos previstos no edital.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

4.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou dos serviços registrados, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2. O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente Ata será de responsabilidade exclusiva do FORNECEDOR, bem como demais encargos inerentes e necessários para a completa execução das suas obrigações assumidas pela presente Ata, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste instrumento.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

4.3. O valor acima e meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao FORNECEDOR dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos ou executados.

4.4. Os preços inicialmente registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

4.5. Após o interregno de 01 (um) ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) ou o que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado exclusivamente através de depósito ou transferência eletrônica para a conta bancária do FORNECEDOR indicada pela mesma, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do mês subsequente da apresentação da Nota Fiscal, após o recebimento definitivo do objeto.

5.2. A nota fiscal deverá ser apresentada no Setor de Finanças ou encaminhada pelo endereço eletrônico: nf@marmeleiro.pr.gov.br, com indicação da modalidade e número da licitação e Ata de Registro de Preços, e Nota Fiscal emitida em nome da:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARMELEIRO

CNPJ nº 76.205.665/0001-01

Avenida Macali, nº 255 – Centro

Marmeleiro – PR

CEP: 85.614-068

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ***/2026

Pregão Eletrônico nº 078/2026

5.3. Deverão acompanhar a nota fiscal certidões negativas Federal, Estadual, Municipal, CNDT e do FGTS, válidas para o período do pagamento.

5.4. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

5.5. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pelo próprio FORNECEDOR obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ/MF apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas por outros CNPJs.

§1º Os pagamentos serão retidos em caso de não cumprimento pelo FORNECEDOR de disposições contratuais, bem como em caso de multa, até o recolhimento da mesma.

§2º O pagamento não efetuado na data de vencimento deverá ser corrigido até a data do efetivo pagamento pela variação do índice INPC ocorrida no período, salvo a ocorrência do disposto no §1º desta Cláusula.

5.6. Aplica-se aos documentos fiscais emitidos a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 ou a que vier a substituí-la, nos termos do Decreto Municipal nº 3.480, de 26 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA SEXTA – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados nas dotações orçamentárias apresentadas abaixo:



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

Conta	Órgão/Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte
69	03.01	04.122 0003 2.006	3.3.90.39.19.05.00	0
70	03.01	04.122 0003 2.006	3.3.90.39.19.05.00	510
71	03.01	04.122 0003 2.006	3.3.90.39.19.05.00	511
157	05.01	26.782 0005 2.013	3.3.90.39.19.05.00	0
158	05.01	26.782 0005 2.013	3.3.90.39.19.05.00	510
207	06.02	12.361 0006 2.019	3.3.90.39.19.05.00	0
208	06.02	12.361 0006 2.019	3.3.90.39.19.05.00	103
209	06.02	12.361 0006 2.019	3.3.90.39.19.05.00	104
221	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	0
222	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	103
223	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	104
224	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	119
225	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	1043
264	07.01	27.812 0015 2.025	3.3.90.39.19.05.00	0
301	08.02	10.301 0016 2.027	3.3.90.39.19.05.00	0
302	08.02	10.301 0016 2.027	3.3.90.39.19.05.00	303
303	08.02	10.301 0016 2.027	3.3.90.39.19.05.00	348
707	08.02	10.301 0016 2.027	3.3.90.39.19.05.00	357
332	08.02	10.301 0016 2.029	3.3.90.39.19.05.00	303
333	08.02	10.301 0016 2.029	3.3.90.39.19.05.00	494
349	08.02	10.302 0016 2.031	3.3.90.39.19.05.00	0
350	08.02	10.302 0016 2.031	3.3.90.39.19.05.00	303
351	08.02	10.302 0016 2.031	3.3.90.39.19.05.00	494
372	08.03	10.304 0020 2.033	3.3.90.39.19.05.00	0
373	08.03	10.304 0020 2.033	3.3.90.39.19.05.00	494
374	08.03	10.304 0020 2.033	3.3.90.39.19.05.00	510
683	08.03	10.304 0020 2.033	3.3.90.39.19.05.00	353
391	09.01	08.244 0022 2.035	3.3.90.39.19.05.00	0
399	09.01	08.244 0022 2.036	3.3.90.39.19.05.00	0
411	09.02	08.244 0022 2.037	3.3.90.39.19.05.00	0
421	09.02	08.244 0022 2.045	3.3.90.39.19.05.00	940
426	09.02	08.244 0022 2.053	3.3.90.39.19.05.00	934
455	09.05	08.243 0025 2.067	3.3.90.39.19.05.00	0
486	10.01	20.606 0027 2.049	3.3.90.39.19.05.00	0
501	10.02	20.608 0027 2.050	3.3.90.39.19.05.00	0
536	12.01	18.541 0033 2.058	3.3.90.39.19.05.00	0
609	14.01	15.452 0036 2.065	3.3.90.39.19.05.00	0
610	14.01	15.452 0036 2.065	3.3.90.39.19.05.00	504

CLÁUSULA SÉTIMA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o CONTRATANTE convocará o FORNECEDOR para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o CONTRATANTE convocará os licitantes subsequentes, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o CONTRATANTE procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o FORNECEDOR não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao FORNECEDOR requerer ao CONTRATANTE a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.1. Neste caso, o FORNECEDOR encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo CONTRATANTE e o FORNECEDOR deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 13.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos termos do item anterior, nos termos do Parágrafo anterior, o CONTRATANTE convocará os licitantes subsequentes, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o CONTRATANTE procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 13.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o CONTRATANTE atualizará o preço registrado de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Os serviços e o fornecimento de peças serão executados de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, durante a vigência da Ata de Registro de Preços ou Contrato, mediante emissão de Ordem de Serviço, Ordem de Compra ou documento equivalente expedido pelo setor competente.

8.2. A contratada deverá realizar diagnóstico prévio do veículo, máquina ou equipamento, apresentando orçamento detalhado contendo, no mínimo, a descrição dos serviços a serem executados, a relação das peças e materiais necessários, seus respectivos códigos na Tabela TRAZ VALOR, quantitativos, tempo estimado de mão de obra e valores obtidos mediante aplicação do percentual de desconto contratado, para análise e autorização da Administração.

8.3. Nenhum serviço poderá ser iniciado sem a prévia autorização do fiscal ou gestor da Ata de Registro de Preços. O setor responsável realizará a emissão da Ordem de Serviço através do sistema TRAZ VALOR, com base no detalhamento apresentado pelo FORNECEDOR, para posterior prosseguimento dos serviços.

8.4. Os preços das peças, materiais e serviços terão como referência a Tabela TRAZ VALOR vigente na data da emissão da Ordem de Serviço ou Ordem de Compra, aplicando-se o percentual de desconto ofertado pela contratada.

8.5. A fiscalização contratual poderá consultar a Tabela TRAZ VALOR para conferência dos códigos, valores das peças, materiais, tempo padrão de mão de obra e demais informações utilizadas na elaboração dos orçamentos apresentados pela contratada.

8.6. As peças e materiais fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, compatíveis com as especificações técnicas do fabricante do veículo, máquina ou equipamento, sendo vedado o fornecimento de itens usados, recuperados, recondicionados ou remanufaturados.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

8.7. Excepcionalmente, mediante justificativa técnica e comprovação da indisponibilidade de peças genuínas ou originais no mercado, poderão ser utilizados materiais equivalentes ou de primeira linha, desde que previamente autorizados pela Administração e possuam qualidade compatível com as especificações do fabricante.

8.8. Sempre que solicitado pela fiscalização, a contratada deverá apresentar documentação que comprove a procedência, especificações técnicas e compatibilidade das peças e materiais fornecidos.

8.9. Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados, utilizando equipamentos e ferramentas adequados, observando as recomendações dos fabricantes, as normas técnicas aplicáveis e as boas práticas de manutenção automotiva.

8.10. A execução dos serviços e a substituição das peças deverão restabelecer integralmente as condições de funcionamento, segurança e desempenho do sistema reparado, cabendo à contratada realizar todos os testes necessários antes da liberação do veículo, máquina ou equipamento.

8.11. A execução dos serviços e o fornecimento das peças ocorrerão, em regra, nas dependências da contratada, em endereço informado na proposta e na Ata de Registro de Preços, sendo os veículos, máquinas e equipamentos encaminhados pela Administração até o estabelecimento da empresa. Quando tecnicamente viável e previamente autorizado pela Administração, os serviços poderão ser executados nas dependências do Município ou no local onde o equipamento estiver.

8.12. O prazo para apresentação do diagnóstico e orçamento será de até **48 (quarenta e oito) horas** contadas do recebimento do veículo, máquina ou equipamento pela contratada.

8.13. Após a autorização da Administração, os serviços deverão ser concluídos em até **72 (setenta e duas) horas**, ressalvados os casos que demandem serviços de maior complexidade ou dependam da aquisição de peças não disponíveis em estoque, hipótese em que o prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal, devidamente justificada e aceita pela Administração.

8.14. Quando se tratar de atendimento emergencial, a contratada deverá iniciar os serviços no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** após a autorização do orçamento, adotando todas as providências necessárias para restabelecer a operacionalidade do veículo ou equipamento no menor tempo possível.

8.15. As peças substituídas deverão permanecer à disposição da Administração até a conclusão da fiscalização dos serviços, quando solicitado pelo fiscal da Ata de Registro de Preços, podendo ser recolhidas pelo Município para conferência.

8.16. Todos os serviços executados e as peças fornecidas serão conferidos pelo fiscal da Ata de Registro de Preços ou por servidor designado pelo Departamento solicitante, que verificará sua conformidade com a Ordem de Serviço, Ordem de Compra, orçamento aprovado e demais especificações constantes deste Termo de Referência.

8.17. Não serão recebidos serviços executados em desacordo com a autorização da Administração, peças ou materiais incompatíveis com o veículo ou equipamento, quantitativos divergentes, itens de qualidade inferior à especificada ou cobranças em desacordo com a Tabela TRAZ VALOR e com o percentual de desconto contratado.

8.18. Os serviços executados e as peças fornecidas deverão possuir garantia na forma prevista pelo Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo da garantia oferecida pelo fabricante ou pela própria contratada, prevalecendo sempre a condição mais vantajosa para a Administração.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

8.19. Constatada qualquer falha, defeito, vício ou inadequação decorrente da execução dos serviços ou da qualidade das peças e materiais fornecidos, a contratada deverá promover a correção ou substituição, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, ou em outro prazo tecnicamente justificado e aprovado pela fiscalização.

8.20. A contratada deverá entregar os serviços concluídos em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados da respectiva Nota Fiscal e dos demais documentos exigidos pela fiscalização para fins de conferência, liquidação da despesa e recebimento definitivo.

8.21. Excepcionalmente, quando o veículo, máquina ou equipamento apresentar pane ou defeito que impossibilite seu deslocamento até as dependências da contratada, ou quando a remoção puder ocasionar riscos, danos adicionais ou prejuízo à continuidade dos serviços públicos, a Administração poderá solicitar atendimento no local da ocorrência.

8.22. Nesses casos, a contratada deverá disponibilizar profissional habilitado para realizar a avaliação técnica e, quando possível, executar o reparo no próprio local. Não sendo viável o restabelecimento das condições de funcionamento, a contratada deverá adotar as providências necessárias para viabilizar a remoção do veículo, máquina ou equipamento até suas instalações, mediante prévia autorização da Administração.

8.23. Não serão admitidos reparos provisórios ou improvisados que comprometam a segurança, a confiabilidade ou a durabilidade do sistema reparado, salvo quando expressamente autorizados pela Administração para possibilitar apenas o deslocamento seguro do veículo até a oficina.

8.24. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

8.24.1. O objeto desta Ata de Registro de Preços será dado como recebido, conforme:

8.24.1.1. Provisoriamente, na apresentação do objeto, declarará formalmente à CONTRATADA que os serviços foram prestados ou que os bens foram recebidos para posterior análise das conformidades e qualidade, baseadas nos requisitos e nos critérios de aceitação. Esta verificação deverá estar concluída em até **02 (dois) dias úteis**.

8.24.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.24.1.3. Definitivamente, após a verificação dos requisitos e demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços acima identificado que ensejem correções por parte da CONTRATADA. Esta verificação deverá estar concluída em até **10 (dez) dias úteis**.

8.24.2. O recebimento definitivo ficará condicionado à comprovação de que:

- a) os serviços foram executados de acordo com as especificações técnicas e normas aplicáveis;
- b) as peças fornecidas são genuínas ou originais de fábrica, ou, quando previamente autorizadas pela Administração, equivalentes de primeira linha;
- c) os veículos e equipamentos encontram-se em perfeitas condições de funcionamento;
- d) foram sanadas eventuais pendências, irregularidades ou inconformidades apontadas pela fiscalização.

8.24.3. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez, qualidade, segurança e funcionamento dos serviços executados e dos materiais fornecidos, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da Ata de Registro de Preços.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

8.24.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.24.5. O recebimento definitivo também ficará condicionado à conferência dos valores cobrados, dos códigos das peças, dos tempos de mão de obra e da aplicação do percentual de desconto contratado, conforme a Tabela TRAZ VALOR vigente na data da execução dos serviços.

8.24.6. Em caso de o objeto ser entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo, pelo CONTRATANTE, para que a CONTRATADA faça a substituição. Este prazo iniciar-se-á a partir da notificação do CONTRATANTE. A CONTRATADA ficará obrigada a substituir, às suas expensas, o objeto que for recusado.

8.24.7. Independentemente da aceitação, a CONTRATADA deverá garantir a qualidade do objeto fornecido pelo prazo de garantia, quando for o caso, obrigando-se a substituir no prazo determinado pelo CONTRATANTE, às suas expensas, aquele que apresentar falha ou defeito durante o recebimento e o período de cobertura da garantia.

8.24.8. Em todo o objeto, as especificações exigidas são as mínimas necessárias para o atendimento das necessidades dos Departamentos solicitantes. Não sendo aceito o objeto com especificações diferentes das descritas.

8.24.9. Somente serão aceitos os serviços efetivamente autorizados pela Administração e devidamente comprovados por meio de ordem de serviço, orçamento aprovado e relatório de execução contendo a descrição dos serviços realizados, peças aplicadas e demais informações necessárias à fiscalização contratual.

8.24.10. As peças substituídas deverão ser apresentadas à fiscalização, quando solicitadas, para conferência e comprovação da efetiva substituição.

8.24.11. O recebimento definitivo não afasta a obrigação da contratada de garantir a qualidade dos serviços executados e das peças fornecidas durante o período de garantia legal ou contratual aplicável.

8.24.12. Verificada qualquer falha, defeito ou vício decorrente da execução dos serviços ou da qualidade das peças fornecidas durante o período de garantia, a contratada deverá realizar os reparos, substituições ou correções necessárias sem qualquer ônus para a Administração.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Compete ao CONTRATANTE:

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo FORNECEDOR, de acordo com a Ata de Registro de Preços e seus anexos.

9.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.3. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com os padrões exigidos nas especificações.

9.4. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela empresa para a fiel execução do objeto.

9.5. Notificar o FORNECEDOR, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

9.6. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor especialmente designado, o cumprimento do objeto e das obrigações do FORNECEDOR, sob os aspectos quantitativo e qualificativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando o FORNECEDOR quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma.

9.7. Efetuar o pagamento ao FORNECEDOR do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento e no Termo de Referência, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Fiscal da Ata, que deverá vir acompanhada de Ordem de Compra emitida pelo CONTRATANTE.

9.8. Aplicar ao FORNECEDOR as sanções previstas na Lei e no instrumento contratual.

9.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.10. O CONTRATANTE terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da conclusão da instrução do requerimento, para decidir sobre todas as solicitações do FORNECEDOR, inclusive pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.11. O CONTRATANTE não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução deste Termo de Referência, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, ao FORNECEDOR.

9.12. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo FORNECEDOR com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente processo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do FORNECEDOR, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Compete ao FORNECEDOR:

10.1. O FORNECEDOR deve cumprir todas as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.3. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.4. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução da Ata de Registro de Preços.

10.5. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo Fiscal ou Gestor da Ata de Registro de Preços ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

10.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essas responsabilidades a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.9. Não contratar, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do Fiscal ou Gestor da Ata de Registro de Preços, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

10.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela Ata de Registro de Preços, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.

10.11. Comunicar ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

10.13. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

10.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.17. Manter, durante toda a execução do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.18. Cumprir, durante todo o período de execução do instrumento contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133/2021).

10.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

10.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata de Registro de Preços.

10.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do



objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

10.23. Permitir, a qualquer tempo, que o fiscal do CONTRATANTE inspecione o objeto e examine os registros e documentos que considerar necessário.

10.24. Deverá apresentar para o servidor público designado o orçamento para execução dos serviços no prazo de até 03 (três) dias úteis. No orçamento deverá ser informado: identificação do equipamento (marca, modelo, série, ano, horímetro e unidade usuária); relatórios com os defeitos do equipamento, os itens a serem revisados, consertados e substituídos, de acordo com cada marca/modelo de equipamento.

10.25. Todos os serviços de mão de obra que serão executados deverão ser calculados por hora tendo como referência individual de cada serviço o tempo considerado pelas empresas do ramo como tempo padrão de reparos para execução dos serviços.

10.26. O prazo de aprovação do orçamento pelo município será de até 05 (cinco) dias úteis após apresentação, devendo o servidor público designado retornar à contratada o orçamento, devidamente assinado.

10.27. A contratada deverá assumir inteira responsabilidade técnica pela execução dos serviços contratados.

10.28. Após a realização de cada serviço, disponibilizar profissional competente para acompanhar o representante da contratante na realização de “teste” efetuando a entrega do equipamento em boas condições de limpeza.

10.29. Manter, sem qualquer ônus ou custo direto adicional para a contratante, espaço de oficina implementada com segurança própria, seguro de pátio, seguro de transporte, escritório de atendimento na oficina, telefone de atendimento, materiais, utensílios, equipamentos, elevadores, macacos mecânicos, ferramentas em geral, instalações, meios de transporte, e outros necessários para a completa realização dos serviços, inclusive os materiais necessários para a limpeza de peças e materiais quando o equipamento estiver em manutenção.

10.30. A contratante reserva-se ao direito de recusar qualquer serviço que não atenda às exigências. A recusa não poderá ser alegada como justificativa para atraso na execução dos serviços e nem acréscimo na cobrança de mão-de-obra e, da mesma forma, não isenta a contratada de responsabilidade quanto ao cumprimento dos termos de garantia de serviço.

10.31. O aceite do servidor por parte da contratante se dará após vistoria do veículo, realizada pelo operador, visando verificar a qualidade do serviço realizado. Não havendo aceite, o veículo deverá retornar para o estabelecimento da contratada para correção dos serviços.

10.32. Deverá manter o controle de entrada e saída de veículos, com emissão de guia de recebimento/devolução, constando inclusive acessórios, equipamento e objetos que acompanhem os veículos, a descrição dos serviços realizados e a respectiva autorização da contratante.

10.33. Os serviços deverão ser executados de maneira que mantenha os veículos em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento.

10.34. Deverá dispor de estrutura própria, com disponibilização de profissionais necessários para a prestação dos serviços contratados, bem como toda infraestrutura e equipamentos como: local apropriado



que ofereça condições para realização dos serviços, de fácil acesso aos maquinários, ferramental completo, área administrativa e outras condições necessárias, também deverá dispor de local coberto, limpo, fechado, de modo que os veículos/maquinários fiquem livres da chuva, vento, poeira, granizo e demais intempéries, com a segurança devida.

10.35. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente a presente Ata de Registro de Preços, nem subcontratar, sem prévio consentimento por escrito do CONTRATANTE.

10.36. Reexecutar serviços sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, quando estiverem em desacordo com as técnicas e procedimentos aplicáveis aos mesmos.

10.37. Refazer os serviços eventualmente executados com vícios ou defeitos, em virtude da ação, omissão, negligência, imperícia, emprego de materiais ou processos inadequados ou de qualidade inferiores.

10.38. Prestar garantia das peças de 90 (noventa) dias sobre as peças.

10.39. Trocar a suas expensas, a mercadoria/peça que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação.

10.40. Repor a(s) peça(s) que apresentar(em) defeito, independentemente de sua aceitação; por divergência não adequada serão aplicadas às sanções previstas neste edital e legislação vigente.

10.41. Fornecer peças de reposição em conformidade com a NBR 15.296 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, sendo vedadas peças adquiridas no mercado paralelo, usadas, remanufaturadas ou de procedência duvidosa. Na entrega serão verificados especificações, marca, código, prazos de validade e apresentação (estado de conservação das embalagens).

10.42. As peças deverão ser novas, sem uso, genuínas ou similares de primeira linha, compatíveis com o veículo e em conformidade com as especificações técnicas do fabricante, vedadas peças reconcondicionadas ou de procedência duvidosa.

10.43. Sempre que solicitado pela Administração, prestar atendimento externo para avaliação técnica e reparos emergenciais de veículos, máquinas ou equipamentos imobilizados em decorrência de falha nos sistemas abrangidos pelo objeto da contratação, observando os prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2018).

11.2. O tratamento de dados pessoais poderá ser realizado nas hipóteses previstas nos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão aos propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

11.3. O FORNECEDOR dará integral cumprimento à Lei n. 13.079/2018, no que tange aos dados eventualmente compartilhados ou recebidos em razão da Ata de Registro de Preços com o CONTRATANTE.

11.4. O FORNECEDOR obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.



11.5. O FORNECEDOR não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

11.6. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após a prévia aprovação do MUNICÍPIO DE MARMELEIRO, responsabilizando-se o FORNECEDOR pela obtenção e gestão.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA

12.1. A Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. O recebimento do objeto, a fiscalização e o acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços, será de responsabilidade dos servidores: Sandra Marisa Moreira Nicolau, Douglas Fabiano Bressiani, Idiones Maria Bruni Padilha, Mauro Fischer, Airton Neri Rama, Fernanda Barizon, Jean Max da Silva, Elcio Maldonado Valenzuela, Sidnei Domingos Machado.

12.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, ainda que resultem de condições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica na responsabilidade da administração e de seus agentes e prepostos.

12.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência destes deverão ser solicitadas a autoridade superior, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes, no caso o gestor da Ata de Registro de Preços.

12.5. A gestão da presente Ata ficará a cargo do Diretor do Departamento de Viação e Obras, Sr. Volmir Nicolau.

12.5.1. Em caso de férias, exoneração ou qualquer tipo de afastamento do Gestor designado, o substituto imediato será o servidor que assumir o cargo de diretor ou responsável no período.

12.6. Caberá aos gestores e fiscais designados pela autoridade competente do Município promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços, seguindo os preceitos do Decreto nº 3.500/2024, que regulamenta as regras para atuação do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio, o funcionamento da Comissão de Contratação e a atuação dos Gestores e Fiscais de Contratos, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o FORNECEDOR que:

- a) der causa à inexecução parcial da Ata;
- b) der causa à inexecução parcial da Ata que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total da Ata;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da Ata;
- f) praticar ato fraudulento na execução da Ata;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da Ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta Ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima desta Ata, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

1.a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza o CONTRATANTE a promover o cancelamento da Ata por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” ate “h” do caput desta Cláusula, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da Ata.

3. Compensatória, para a inexecução total da Ata prevista na alínea “c” do caput desta Cláusula, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da Ata.

4. Compensatória, para infração descrita na alínea “b” do caput desta Cláusula, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da Ata.

5. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” do caput desta Cláusula, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da Ata.

6. Compensatória, para infrações descritas na alínea “d” do caput desta Cláusula, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da Ata.

13.3. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Todas as sanções previstas nesta Ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que a somatória das multas previstas acima na o poderá ultrapassar ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Ata.

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao FORNECEDOR, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.4.4. Se os valores das faturas forem insuficientes ou inexistentes, fica o FORNECEDOR obrigada a recolher a importância de multa aplicada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.8. A personalidade jurídica do FORNECEDOR poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (**CEIS**) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (**CNEP**), conforme art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021, assim como as sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (**SICAF**) e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (**TCE-PR**).

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DA ATA

14.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada pelo CONTRATANTE, quando o FORNECEDOR:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no subitem 7.2.2. da Cláusula Sétima; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

d.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao FORNECEDOR não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá o CONTRATANTE, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da Ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

14.2. O cancelamento da Ata nas hipóteses previstas no caput desta Cláusula será formalizado por despacho do CONTRATANTE, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

14.3. Na hipótese de cancelamento da Ata, o CONTRATANTE poderá convocar os licitantes subsequentes, na ordem de classificação.

14.4. O cancelamento da Ata poderá ser realizado pelo CONTRATANTE total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do FORNECEDOR, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos da Cláusula Sétima.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução desta Ata nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro da presente Ata, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto desta Ata, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Marmeleiro, estado do Paraná para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta Ata de Registro de Preços que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Marmeleiro, ** de **** de 2026.

MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

Jander Luiz Loss
CONTRATANTE

EMPRESA
Representante
FORNECEDOR



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078//2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 2451/2026

Nº DA CONTRATAÇÃO COMPRAS.GOV.BR: 454524 - 049/2026

CÓD. VERIFICADOR: 208Q84KY

UASG: 454524 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MARMELEIRO/PR

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado, atendendo as necessidades dos Departamentos solicitantes.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 2.489.455,00 (dois milhões e quatrocentos e oitenta e nove mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 23/10/2026 às 08h30min (horário de Brasília).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Maior percentual de desconto por lote/grupo.

MODO DE DISPUTA:

Aberto e Fechado.

EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS:

Não.

PLATAFORMA:

Compras.gov





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2026 – PMM
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 2451/2026
Nº DA CONTRATAÇÃO COMPRAS.GOV.BR: 454524 - 049/2026
REGISTRO DE PREÇOS
DATA DA REALIZAÇÃO: 23/10/2026
HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: às 08h30min
LOCAL: Prefeitura do Município de Marmeleiro – Paraná
www.gov.br/compras/pt-br “Acesso Identificado”

O MUNICÍPIO DE MARMELEIRO, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 76.205.665/0001-01, sediado à Avenida Macali, nº 255, Centro, por intermédio do Excelentíssimo Prefeito, Jander Luiz Loss, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE/GRUPO**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado, conforme as descrições dispostas no Anexo I do presente Edital.

O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147, de 14 de agosto de 2014, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

23 de outubro de 2026 às 08h30min

UASG: 454524 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MARMELEIRO/PR

Local da Sessão Pública: www.gov.br/compras/pt-br

São Agentes de Contratação / Pregoeiros, Comissão de Contratação e Equipe de Apoio deste Município, os servidores designados pela Portaria nº 8.058, de 02 de setembro de 2026, publicada no Diário Oficial Eletrônico – E-Atos, Município de Marmeleiro – PR.

- 1 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA E DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO ELETRÔNICO**
 - 1.1 O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.gov.br/compras/pt-br.
 - 1.2 A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá dia 23 de outubro de 2026 às 08h30min, no site www.gov.br/compras/pt-br, nos termos das condições descritas neste Edital.
- 2 DO OBJETO**
 - 2.1 Constitui objeto deste PREGÃO, o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal,





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado.

- 2.2 A licitação será dividida em lotes/grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes/grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.
- 2.3 Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.gov.br/compras/pt-br, www.marmeleiro.pr.gov.br/licitacoes.php e www.pncp.gov.br.
- 2.4 Em caso de **discordância** existente entre as especificações deste objeto descrito no Portal de Compras do **Governo Federal** e as especificações constantes neste **Edital**, prevalecerão as **últimas**.
- 2.5 As informações **administrativas relativas a este Edital** poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone (46) 3525-8100.
- 2.6 As **questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado** serão prestadas pelo Departamento de Viação e Obras, telefone (46) 3525-8100.

3 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
 - 3.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5 **A licitação será para ampla concorrência.**
- 3.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 3.7 Não poderão disputar esta licitação:





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

- 3.7.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).
- 3.7.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
- 3.7.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.
- 3.7.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
- 3.7.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 3.7.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
- 3.7.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 3.7.8 Agente público do órgão ou entidade licitante.
- 3.7.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição.
- 3.7.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.8 O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.10 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.11 O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

3.12 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13 A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

4.3.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.3.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.3.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.5.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não





ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

- 4.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 4.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 4.10.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.11.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.
- 4.11.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.13 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.14 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1 Valor do desconto do item.





- 5.1.2 Marca, quando da aquisição de bens.
- 5.1.3 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.
- 5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.
- 6 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.





- 6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8 **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).**
- 6.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.10.1. Será utilizado para esse certame o modo de disputa **“aberto e fechado”**.
- 6.11 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12 **Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.**
- 6.12.1 **A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.**
- 6.12.2 **Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais alto e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) inferiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.**





- 6.12.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.**
- 6.12.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.**
- 6.12.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem decrescente de valores.**
- 6.13 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “fechado e aberto”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem decrescente de valores.
- 6.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.





- 6.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.21.1.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.
- 6.21.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.
- 6.21.1.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.
- 6.21.1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

- 6.21.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.21.2.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.
 - 6.21.2.2 Empresas brasileiras.
 - 6.21.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
 - 6.21.2.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.22 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.22.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
 - 6.22.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 6.22.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
 - 6.22.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
 - 6.22.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.23 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1 SICAF.





- 7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>).
- 7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).
- 7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.5 deste edital.
- 7.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.6.1 Contiver vícios insanáveis.
- 7.6.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.
- 7.6.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.
- 7.6.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
- 7.6.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.7 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.7.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:
- 7.7.1.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta.
- 7.7.1.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

- 7.8 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.9 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8 DA AMOSTRA

- 8.1 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.2 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.3 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.4 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.5 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9 DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 9.2 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 9.3 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.4 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9.5 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

- 9.5.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 9.6 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).
- 9.6.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 9.7 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.7.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas (02) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.
- 9.8 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.8.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.9 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 9.9.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.
- 9.9.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 9.10 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.11 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.7.1.
- 9.12 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.13 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

10 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 10.1 O objeto deste Pregão será adjudicado e homologado pelo Prefeito.
- 10.2 O objeto deste Pregão será adjudicado por item a vencedora do certame.

11 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO

- 11.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a(o) Ata de Registro de Preços/Contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela(e) fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- 11.2.1 A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo.
- 11.2.2 A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 11.3 A(O) Ata de Registro de Preços/Contrato será assinada(o) por meio de assinatura digital e disponibilizada(o) nos sítios eletrônicos: www.marmeleiro.pr.gov.br/licitacoes.php, www.marmeleiro.atende.net/?pg=transparencia e www.pncp.gov.br.
- 11.4 Serão formalizadas(os) tantas(os) Atas de Registro de Preços/Contratos quantas(os) forem necessárias(os) para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 11.5 O preço registrado/contratado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da(o) Ata de Registro de Preços/Contrato.
- 11.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 11.7 Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura da(o) Ata de Registro de Preços/Contrato no prazo estabelecido no item 11.1, será facultado a Administração, através do Pregoeiro, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.8 O registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, observando-se o disposto nos § 7º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

12 DOS RECURSOS

- 12.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.





- 12.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 12.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.
- 12.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 12.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 12.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 12.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 12.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados nos sítios eletrônicos: www.marmeleiro.pr.gov.br/licitacoes.php, www.marmeleiro.atende.net/?pg=transparencia e www.gov.br/compras.

13 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 13.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 13.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame.
- 13.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 13.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.
- 13.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.
- 13.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.
- 13.1.2.4 Deixar de apresentar amostra.
- 13.1.2.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.





- 13.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
 - 13.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
- 13.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 13.1.5 Fraudar a licitação.
- 13.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 13.1.6.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
 - 13.1.6.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento.
 - 13.1.6.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 13.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 13.1.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 13.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 13.2.1 Advertência.
 - 13.2.2 Multa.
 - 13.2.3 Impedimento de licitar e contratar.
 - 13.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 13.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 13.3.2 As peculiaridades do caso concreto.
 - 13.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
 - 13.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
 - 13.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

- 13.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 13.4.1 Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 13.4.2 Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 13.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 13.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 13.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 13.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 13.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 13.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 13.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 13.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.





- 13.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 14.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

- 14.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

- 14.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço eletrônico: licitacao@marmeleiro.pr.gov.br.

- 14.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

- 14.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15 DO PAGAMENTO

- 15.1 O pagamento será efetuado através de transferência eletrônica para a conta bancária da CONTRATADA indicada pela mesma, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do mês subsequente da apresentação da Nota Fiscal, após o recebimento definitivo do objeto.

- 15.2 A vencedora do certame deverá apresentar as certidões (FGTS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.

- 15.3 Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

- 15.4 Aplica-se aos documentos fiscais emitidos a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 ou a que vier a substituí-la, nos termos do Decreto Municipal nº 3.480, de 26 de dezembro de 2023.

16 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

- 16.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

- 16.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

- 16.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

- 16.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.marmeleiro.pr.gov.br/licitacoes.php> e www.gov.br/compras.
- 16.11 Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Comarca de Marmeleiro – PR, com exclusão de qualquer outro.
- 16.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I	Termo de Referência – Especificações Técnicas e Condições de Fornecimento
ANEXO II	Modelo Padrão de Proposta Comercial
ANEXO III	Modelo da Ata de Registro de Preços

Marmeleiro, 06 de outubro de 2026.

Jander Luiz Loss
Prefeito



**EDITAL DE PREGÃO Nº 078/2026****PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 2451/2026****Nº DA CONTRATAÇÃO COMPRAS.GOV.BR: 454524 - 049/2026****MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO****TIPO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE/GRUPO**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado

ANEXO I

Termo de Referência

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

1 – DESCRIÇÃO:

1.1. Constitui objeto deste certame o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado, de acordo com as especificações técnicas adiante discriminadas.

AMPLA CONCORRÊNCIA						
Item	CATMAT CATSER	Descrição	Valor Total	Desc. Mínimo p/ (PO/MO)		Unidade
GRUPO/LOTE 01: VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS						
1	13798	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e de ar condicionado de veículos leves e utilitários, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	144.800,00	PO	5%	Valor
2	5851	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos leves e utilitários, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	84.637,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 01				229.437,00		
GRUPO/LOTE 02: ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS						
3	13798	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de veículos ônibus e micro-ônibus, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	230.000,00	PO	5%	Valor
4	5843	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos ônibus e micro-ônibus, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	108.150,00	MO	10%	Hora





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

Total GRUPO/LOTE 02				338.150,00		
GRUPO/LOTE 03: CAMINHÕES - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS						
5	13798	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de veículos caminhões, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	364.936,00	PO	5%	Valor
6	5843	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos caminhões, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	169.932,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 03				534.868,00		
GRUPO/LOTE 04: MÁQUINAS PESADAS - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS						
7	13798	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de máquinas pesadas e equipamentos multimarcas, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	325.000,00	PO	5%	Valor
8	5843	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para máquinas pesadas e equipamentos multimarcas, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	295.000,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 04				620.000,00		
GRUPO/LOTE 05: VEÍCULOS VANS - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS						
9	13798	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de veículos vans, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	143.000,00	PO	5%	Valor
10	5843	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos vans, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	74.000,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 05				217.000,00		
GRUPO/LOTE 06: MANUTENÇÃO HIDRÁULICA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS						
11	13798	Fornecimento de peças e componentes destinados à manutenção de sistemas hidráulicos dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, incluindo mangueiras hidráulicas, terminais, conexões, adaptadores, capas de prensagem (casquilhos), vedações e demais componentes correlatos, conforme Tabela TRAZ VALOR vigente.	400.000,00	PO	5%	Valor
12	27944	Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e recuperativa em sistemas hidráulicos de veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, compreendendo diagnóstico, desmontagem, montagem, reparos, confecção e prensagem de mangueiras hidráulicas, substituição de componentes e testes de funcionamento, com base de preços na Tabela TRAZ VALOR.	150.000,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 06				550.000,00		
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO				2.489.455,00		





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

OBS.: Havendo qualquer divergência entre as especificações e unidades de medida contidas no item deste termo e as que constam no CATMAT/CATSER, prevalecerão as descrições constantes neste Termo de Referência.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818/2021.

1.3. O objeto desta contratação é caracterizado como bens e serviços comuns, conforme disposto no art. 6º, inc. XIII, da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será pelo período de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma do art. 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1. Constitui objeto da presente contratação o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado, observadas as condições estabelecidas neste processo e em seus anexos.

2.2. A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir a disponibilidade operacional da frota municipal, assegurando que os veículos, máquinas e equipamentos permaneçam em condições adequadas de funcionamento para o atendimento das demandas dos Departamentos da Administração Municipal. A utilização contínua desses bens ocasiona o desgaste natural de seus componentes, tornando indispensável a realização de manutenções preventivas, corretivas e, quando necessário, recuperativas, de forma a preservar sua segurança, confiabilidade, desempenho e vida útil.

2.3. Os sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico desempenham funções essenciais para a operação dos veículos e máquinas, influenciando diretamente sua segurança, eficiência e condições de uso. A ausência de manutenção adequada ou a demora na execução dos reparos e na substituição dos materiais necessários pode ocasionar falhas operacionais, aumento dos custos de manutenção, paralisação da frota e comprometimento da continuidade dos serviços públicos prestados à população.

2.4. Considerando que a frota municipal é composta por veículos, máquinas e equipamentos de diferentes marcas e modelos, faz-se necessária a contratação de empresa(s) especializada(s), apta(s) a fornecer os materiais necessários e executar os serviços de manutenção em conformidade com as especificações dos fabricantes e as normas técnicas aplicáveis, assegurando a qualidade, a confiabilidade e a durabilidade dos reparos realizados.

2.5. A contratação terá como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços, adotando-se como critério de julgamento o maior desconto sobre a tabela. Essa sistemática proporciona maior padronização, transparência e eficiência na gestão contratual, além de conferir maior agilidade na execução dos serviços e no fornecimento dos materiais, compatibilizando os valores praticados com a realidade do mercado.

2.6. Dessa forma, a contratação mostra-se indispensável para preservar o patrimônio público, reduzir o tempo de indisponibilidade da frota, otimizar os custos de manutenção e garantir a continuidade dos





serviços públicos, em observância aos princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

2.7. Justificativa para as quantidades solicitadas:

2.7.1. Departamento de Administração e Planejamento

2.7.1.1. Os quantitativos foram definidos para atender às necessidades dos veículos de representação e apoio administrativo, cuja disponibilidade é indispensável para o deslocamento entre órgãos públicos, cumprimento de diligências, transporte de documentos e atendimento das demandas administrativas. A manutenção dos sistemas elétricos e de climatização contribui para a confiabilidade da frota utilizada nessas atividades.

2.7.2. Departamento de Saúde

2.7.2.1. A frota da Saúde permanece em operação durante praticamente todo o dia, realizando transporte de pacientes, equipes, medicamentos e materiais. Em razão dessa utilização contínua, falhas em sistemas elétricos ou de ar-condicionado podem comprometer a prestação dos serviços, especialmente em veículos destinados ao transporte de pacientes, justificando quantitativos superiores aos demais Departamentos.

2.7.3. Departamento de Educação e Cultura

2.7.3.1. Grande parte da demanda está concentrada nos veículos do transporte escolar, cuja operação diária exige elevado índice de disponibilidade. A manutenção dos sistemas elétricos, responsáveis por iluminação, sinalização e demais dispositivos obrigatórios, bem como do sistema de climatização, é essencial para garantir segurança e conforto aos estudantes durante o período letivo.

2.7.4. Departamento de Assistência Social e Cidadania

2.7.4.1. Os veículos são empregados em atendimentos descentralizados, visitas domiciliares e acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade. Como essas atividades ocorrem em todo o território do Município, a indisponibilidade da frota impacta diretamente a execução dos serviços socioassistenciais, justificando a previsão dos quantitativos.

2.7.5. Departamento de Viação e Obras

2.7.5.1. Este Departamento concentra a maior parte das máquinas pesadas, caminhões e equipamentos da Administração. Além dos sistemas elétricos, a operação desses equipamentos depende diretamente dos sistemas hidráulicos para acionamento de caçambas, cilindros, implementos e demais mecanismos de trabalho, motivo pelo qual apresenta a maior demanda da contratação.

2.7.6. Departamento de Urbanismo

2.7.6.1. As equipes executam diariamente serviços de limpeza urbana, manutenção de praças, iluminação pública e conservação de vias. A utilização constante de caminhões, utilitários e equipamentos faz com que os sistemas elétricos e hidráulicos estejam sujeitos a maior desgaste, exigindo manutenção frequente para evitar paralisações dos serviços.

2.7.7. Departamento de Agricultura e Abastecimento





2.7.7.1. As atividades são desenvolvidas predominantemente com tratores, retroescavadeiras e demais máquinas agrícolas, cujo funcionamento depende intensamente do sistema hidráulico para operação dos implementos. Além disso, os veículos de apoio utilizados pelo Departamento demandam manutenção dos sistemas elétricos e de ar-condicionado para assegurar sua disponibilidade.

2.7.8. Departamento de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

2.7.8.1. Os quantitativos foram dimensionados considerando a utilização de veículos e equipamentos em atividades de fiscalização, coleta e manutenção ambiental, muitas delas realizadas em áreas rurais e locais de difícil acesso. A manutenção preventiva reduz o risco de interrupção dessas atividades e aumenta a vida útil dos equipamentos.

2.7.9. Departamento de Esportes

2.7.9.1. Os veículos são utilizados principalmente em períodos de competições, treinamentos e eventos esportivos, quando realizam o transporte de atletas e materiais. A contratação busca assegurar que a frota permaneça disponível nos períodos de maior demanda, evitando cancelamentos ou atrasos na participação das delegações municipais.

2.8. A presente contratação encontra-se parcialmente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA), instituído pelo Decreto Municipal nº 3.622, de 10 de abril de 2025, constando no item 33 a contratação dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico e de ar-condicionado de veículos e máquinas multimarcas da frota municipal.

2.9. Os itens relativos ao fornecimento de componentes hidráulicos e correlatos não constam de forma específica no PCA vigente. Sua inclusão decorre da unificação de objetos anteriormente licitados em processos distintos, medida adotada para racionalizar a contratação e otimizar a gestão contratual, especialmente diante do fracasso do Pregão Eletrônico nº 61/2025, que tinha por objeto o fornecimento desses componentes.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

3.1. A solução proposta consiste na adoção do Sistema de Registro de Preços para atendimento das demandas de manutenção da frota municipal, permitindo que os serviços e o fornecimento dos materiais necessários sejam solicitados de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração e mediante emissão de Ordem de Serviço e/ou Ordem de Compra.

3.2. A utilização desse modelo mostra-se adequada em razão da natureza variável das demandas, uma vez que não é possível prever, com precisão, quais veículos e máquinas necessitarão de manutenção, tampouco a frequência das intervenções ou a quantidade de materiais que será empregada durante a vigência da contratação. Dessa forma, a Administração realizará apenas as contratações efetivamente necessárias, observada a disponibilidade orçamentária e o interesse público.

3.3. A solução contempla a execução integrada dos serviços e o fornecimento dos materiais indispensáveis às intervenções, possibilitando que todas as etapas necessárias ao restabelecimento das condições de funcionamento dos veículos e máquinas sejam atendidas de maneira coordenada. Essa sistemática reduz o tempo de resposta às solicitações, evita interrupções decorrentes da necessidade de múltiplas contratações e proporciona maior eficiência na gestão da manutenção da frota.

3.4. A **Tabela TRAZ VALOR** será utilizada como referência para a precificação dos serviços e materiais, sendo o julgamento da licitação realizado pelo **maior desconto incidente sobre a tabela**,





garantindo critérios uniformes de contratação, transparência e facilidade na conferência dos valores praticados.

3.5. Sob o aspecto administrativo, a consolidação dos serviços e do fornecimento dos materiais em um único procedimento licitatório racionaliza a gestão contratual, reduz a necessidade de realização de processos independentes para objetos complementares, simplifica a fiscalização da execução e otimiza a utilização dos recursos humanos e administrativos envolvidos na contratação.

3.6. Além disso, a solução favorece o planejamento das manutenções preventivas e corretivas, contribuindo para a redução do tempo de indisponibilidade da frota, a preservação do patrimônio público, o aumento da vida útil dos veículos e máquinas e a continuidade dos serviços públicos que deles dependem.

3.7. Diante da análise realizada, conclui-se que a solução proposta apresenta viabilidade técnica, operacional e administrativa, sendo a alternativa mais adequada para atender às necessidades identificadas, proporcionando maior eficiência na execução contratual, racionalização dos recursos públicos e melhores condições para a gestão da manutenção da frota municipal.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP OU COM COTA OU COM ITENS EXCLUSIVOS OU AMPLA CONCORRÊNCIA:

4.1.1. A participação em todos os lotes da presente contratação será destinada à ampla concorrência, sem exclusividade ou reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista os valores estimados, a natureza integrada das prestações e a necessidade de preservar a eficiência, a segurança e a adequada responsabilização durante a execução contratual.

4.1.2. A Lei Complementar nº 123/2006 estabelece tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive mediante a realização de processos licitatórios exclusivos para itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00. No presente caso, os valores estimados individualmente para os lotes ultrapassam esse limite, não sendo aplicável, portanto, a exclusividade prevista no art. 48, inciso I, da referida Lei Complementar.

4.1.3. Também não se mostra adequada a instituição de cota reservada de até 25%, uma vez que essa medida é prevista pelo art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006 especificamente para a aquisição de bens de natureza divisível. Os lotes desta contratação não correspondem à simples aquisição autônoma de peças ou materiais, mas envolvem a prestação de serviços especializados associada ao fornecimento dos materiais necessários à execução dos reparos.

4.1.4. Embora os lotes contemplem o fornecimento de peças, sua execução compreende um conjunto de atividades interdependentes, incluindo avaliação técnica, identificação da falha, definição dos materiais necessários, execução do reparo, instalação ou substituição dos componentes, realização de testes e responsabilização pela qualidade e garantia do serviço. Dessa forma, o fornecimento dos materiais constitui parte integrante da solução contratada, não se caracterizando como obrigação independente ou dissociada da prestação principal.

4.1.5. A eventual divisão de um mesmo lote entre uma cota principal e uma cota reservada poderia resultar na atuação de empresas distintas sobre um mesmo sistema ou equipamento, comprometendo a unidade da execução. Essa fragmentação dificultaria a definição de responsabilidades em casos de falhas, defeitos, incompatibilidade de materiais ou necessidade de refazimento dos serviços, além de possibilitar controvérsias quanto à origem do problema e à responsabilidade pela respectiva garantia.

4.1.6. A divisão também poderia gerar múltiplos encaminhamentos, diagnósticos, ordens de serviço, controles, fiscalizações e faturamentos para atender a uma única necessidade de manutenção, aumentando o





tempo de indisponibilidade dos veículos e máquinas e os custos administrativos relacionados à gestão e à fiscalização dos contratos.

4.1.7. Nesse contexto, a reserva de cotas não se mostra vantajosa para a Administração e poderá representar prejuízo ao conjunto e à execução integrada de cada lote, enquadrando-se na ressalva prevista no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006. A decisão não decorre de mera conveniência administrativa, mas das características concretas da contratação e da necessidade de assegurar unidade de responsabilidade, compatibilidade entre materiais e serviços, garantia dos reparos e maior agilidade no atendimento das demandas da frota.

4.1.8. Ressalta-se que a contratação já foi parcelada em lotes distintos de acordo com a especialidade dos serviços, compreendendo manutenção elétrica e ar-condicionado, e manutenção hidráulica. Essa divisão permite que empresas especializadas em cada segmento disputem separadamente os respectivos lotes, ampliando a competitividade sem comprometer a unidade técnica e operacional necessária dentro de cada contratação.

4.1.9. A adoção da ampla concorrência também se mostra compatível com o critério de julgamento pelo maior percentual de desconto sobre os valores da Tabela TRAZ VALOR, pois possibilita a participação do maior número possível de empresas aptas e favorece a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

4.1.10. Importa destacar que a ampla concorrência não impede nem restringe a participação de microempresas e empresas de pequeno porte. Essas empresas poderão participar de todos os lotes, desde que atendam aos requisitos de habilitação e às demais condições estabelecidas no edital, permanecendo assegurados os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, tais como a regularização fiscal e trabalhista posterior e a preferência de contratação em caso de empate ficto.

4.1.11. Diante do exposto, a destinação de todos os lotes à ampla concorrência mostra-se juridicamente fundamentada e tecnicamente adequada, por preservar a competitividade, a economicidade, a eficiência da execução, a unidade de responsabilidade e a continuidade dos serviços públicos, em consonância com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

4.2. REQUISITOS COMPLEMENTARES:

4.2.1. A contratação deverá ser executada por empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico de veículos, máquinas e equipamentos multimarcas, possuindo estrutura física, equipamentos, ferramentas e mão de obra qualificada compatíveis com a execução dos serviços objeto da contratação.

4.2.2. A contratada deverá possuir condições técnicas e operacionais para realizar diagnóstico, desmontagem, montagem, regulagem, testes, substituição de peças e demais procedimentos necessários ao completo restabelecimento das condições de funcionamento dos equipamentos atendidos.

4.2.3. Os serviços deverão ser executados por profissionais capacitados, observando as especificações técnicas dos fabricantes, as normas técnicas aplicáveis, as boas práticas de manutenção automotiva e as normas de segurança do trabalho.

4.2.4. As peças, componentes, materiais e acessórios empregados na execução dos serviços deverão ser novos, de primeiro uso, compatíveis com a marca, modelo e especificações do veículo ou equipamento, atendendo aos padrões de qualidade exigidos pelo fabricante e às normas técnicas aplicáveis.





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

4.2.5. A formação dos preços observará a Tabela TRAZ VALOR vigente na data da emissão da Ordem de Compra ou Ordem de Serviço, sendo aplicado o percentual de desconto ofertado pela contratada durante o procedimento licitatório.

4.2.6. Os serviços deverão ser executados somente após autorização da Administração, mediante emissão da respectiva Ordem de Serviço ou documento equivalente.

4.2.7. Antes da execução dos reparos que impliquem substituição de peças ou serviços não previstos inicialmente, a contratada deverá apresentar diagnóstico contendo, no mínimo, a descrição do defeito identificado, os serviços necessários, a relação das peças ou materiais a serem substituídos e o respectivo orçamento elaborado com base na Tabela TRAZ VALOR, permanecendo a execução condicionada à autorização da Administração.

4.2.8. Os materiais utilizados deverão possuir qualidade compatível com sua finalidade, sendo vedado o fornecimento de peças reconcondicionadas, recuperadas, remanufaturadas ou usadas, salvo se houver autorização expressa da Administração.

4.2.9. Quando solicitado pela fiscalização da Ata de Registro de Preços, a contratada deverá apresentar catálogo, ficha técnica, certificado do fabricante ou documento equivalente que comprove a compatibilidade, especificações técnicas e qualidade das peças ou materiais fornecidos.

4.2.10. Todos os serviços executados e materiais fornecidos deverão possuir garantia mínima prevista na legislação aplicável ou, quando superior, aquela oferecida pelo fabricante ou pela própria contratada, prevalecendo o prazo mais vantajoso para a Administração.

4.2.11. Os serviços deverão ser executados em instalações adequadas, dotadas dos equipamentos necessários à realização dos reparos com segurança e qualidade, observando as normas ambientais e de destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante a execução contratual.

4.2.12. A contratada será responsável pela correção, sem qualquer ônus para a Administração, de falhas, defeitos ou vícios decorrentes da execução inadequada dos serviços ou do fornecimento de peças incompatíveis ou com defeito, durante o período de garantia.

4.2.13. O registro de preços levará em consideração o valor total máximo estimado para o período de 12 (doze) meses de cada GRUPO/LOTE acima indicado, independente do percentual de desconto.

4.2.14. Deverá ser considerado o percentual mínimo de desconto de acordo com cada GRUPO/LOTE, não sendo possível registro de desconto inferior a estes.

4.2.15. Deverá ser aplicado nas PO (peças originais), desconto de no mínimo 5% acima do valor final nos lotes de número 1 a 6.

4.2.16. Deverá ser aplicado na MO (mão de obra), desconto de no mínimo 10% acima do valor final nos lotes de 1 a 6.

4.2.17. Nos descontos ofertados deverão estar inclusos todos os custos com taxas, tributos, impostos, frete, transportes e outros sem exibir quaisquer ônus adicionais além do proposto inicialmente.

4.2.18. As peças fornecidas deverão ser genuínas ou originais de primeiro uso, compatíveis com as especificações do fabricante do veículo. Na impossibilidade comprovada de fornecimento de peças genuínas ou originais, poderão ser utilizadas peças similares ou de reposição de primeira linha, desde que apresentem padrões de qualidade e desempenho equivalentes, atendam às especificações técnicas aplicáveis





e não comprometam a segurança, a durabilidade ou o funcionamento do veículo, mediante prévia autorização da Administração. Não serão aceitas peças automotivas reconcondicionadas ou remanufaturadas.

4.2.19. A contratada deverá apresentar, quando solicitado pela fiscalização da Ata de Registro de Preços, documentação que comprove a procedência, garantia e conformidade das peças fornecidas.

4.2.20. O desconto ofertado será aplicado sobre os preços referenciais constantes na tabela do sistema Traz Valor, ou na falta desse, poderá ser utilizada a tabela Audatex ou outra similar.

4.2.21. A Contratada enviará o pré-orçamento para o departamento demandante com a quantidade de horas e valores dos serviços a serem executados. O tempo gasto para determinado serviço será analisado pela equipe técnica designada, em caso de não aprovação à contratada será comunicada para apresentar as devidas justificativas técnicas.

4.2.22. Os itens de fornecimento de peças possuem como unidade de medida Valor (R\$). Essa forma de quantificação foi adotada porque não é possível definir previamente quais peças, modelos ou quantidades serão necessárias durante a vigência da Ata de Registro de Preços. Assim, o valor indicado na planilha corresponde apenas ao montante financeiro estimado para futuras aquisições. As peças efetivamente fornecidas serão identificadas conforme a necessidade de cada manutenção e terão seus preços obtidos na **Tabela TRAZ VALOR**, aplicando-se o percentual de desconto registrado.

4.2.23. Os itens de prestação de serviços possuem como unidade de medida Hora (h), indicando que a cobrança ocorrerá por horas de mão de obra necessárias à execução dos serviços, observados os critérios e valores de referência da Tabela TRAZ VALOR, com aplicação do percentual de desconto registrado. O valor estimado constante na planilha foi definido exclusivamente para fins de estimativa da licitação, com base nas necessidades informadas pelos departamentos requisitantes, não representando quantidade previamente definida de horas a serem executadas.

4.2.24. Os custos com o diagnóstico ou identificação do problema utilizando Scanner, está incluso no valor da hora, sendo este custo de responsabilidade da empresa contratada.

4.2.25. Os serviços deverão ser executados nas instalações da oficina contratada, que deve estar localizada na área de abrangência do município de Marmeleiro ou em um raio máximo de 15 (quinze) quilômetros da sede administrativa do Município; os veículos devem ser rebocados/transportados pelo SERVIÇO DE GUINCHO (PRANCHA) DA CONTRATADA sem ônus para o CONTRATANTE (NO DESLOCAMENTO PARA CONSERTO E PARA ENTREGA APÓS O CONSERTO), em caso de qualquer sinistro no transporte a responsabilidade fica por conta da CONTRATADA, para ressarcir qualquer custo que por ventura resultem do sinistro, inclusive na hipótese de ocorrer um acidente rodoviário envolvendo o veículo, como colisão, capotagem, abalroamento, tombamento, incêndio ou explosão do veículo.

O preço base para efetivação do cálculo, refere-se à cotação apresentada na tabela do sistema TRAZ VALOR.

A disputa de itens se dará pelo maior percentual de desconto por Lote/Grupo.

Onde:

% PO = Desconto de outras peças originais ofertadas pela empresa.

% MO: Mão de obra por hora: Incluído todas e quaisquer despesas de seus funcionários. Será de total responsabilidade da CONTRATADA o deslocamento, pernoite, alimentação e demais despesas do TÉCNICO responsável da mesma para realizar os serviços nos locais onde estiver o maquinário/equipamento, pertinentes à execução do objeto da Ata de Registro de Preços.

A tabela de referência estará disponível para consulta no Setor de Patrimônio, localizado na Avenida Macali, nº 255, Bairro Centro.





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

4.2.26. Com o objetivo de assegurar a ampla competitividade, isonomia entre os licitantes e adequada formulação das propostas, a Administração disponibilizará gratuitamente às empresas participantes do certame acesso temporário ao sistema de orçamentação eletrônica TRAZ VALOR durante o período de realização do pregão.

4.2.27. O acesso será concedido exclusivamente para utilização vinculada ao procedimento licitatório, permitindo consulta aos valores referenciais de peças de reposição e tempos de mão de obra mecânica utilizados como parâmetro para elaboração das propostas comerciais.

4.2.28. As condições de acesso, prazo de utilização e orientações operacionais serão informadas pela Administração aos licitantes juntamente com os documentos do certame ou mediante comunicação formal durante a fase externa da licitação.

4.2.29. A disponibilização temporária da ferramenta não gera qualquer vínculo contratual entre os licitantes e a empresa detentora do sistema, destinando-se unicamente à padronização dos critérios de consulta e à garantia da transparência na formação das propostas.

4.3. SUBCONTRATAÇÃO:

4.3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

4.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. JUSTIFICATIVA LOTE/GRUPO

4.5.1. A presente contratação será realizada por grupos de veículos com fornecimento de peças e mão de obra.

4.5.2. Justifica-se o critério de julgamento **MAIOR DESCONTO PERCENTUAL POR LOTE/GRUPO**, contemplando fornecimento de peças e mão de obra, devido à maior eficiência na prestação dos serviços. Ocorre que devido a quantidade de peças que cada veículo possui, torna-se impossível mantermos todas em estoque. Muitas peças que precisam ser trocadas são identificadas no momento da execução do serviço. Por mais que seja feito revisões nos veículos, devido ao grande uso diário, sempre ocorre avarias. Devido a isso, a aquisição das peças separadamente do serviço causa o grave risco de veículos ficarem parados, aguardando a aquisição de peças, prejudicando a execução das atividades e comprometendo o atendimento da demanda.

4.6. LIMITAÇÃO GEOGRÁFICA

4.6.1. Considerando a natureza do objeto e a necessidade de assegurar a continuidade das atividades da frota municipal, a empresa contratada deverá possuir estabelecimento operacional localizado em um **raio máximo de 15 (quinze) quilômetros da sede administrativa do Município de Marmeleiro/PR**, compatível com o lote adjudicado, apto a realizar o fornecimento de peças de reposição e a execução dos respectivos serviços de manutenção preventiva, corretiva e recuperativa dos sistemas hidráulico, elétrico e/ou de ar-condicionado dos veículos, máquinas e equipamentos pertencentes à frota municipal.

4.6.2. A exigência de delimitação geográfica possui caráter estritamente operacional e decorre da necessidade de garantir maior eficiência na execução contratual, nos termos dos arts. 5, 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021, não se destinando a restringir indevidamente a competitividade do certame.





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

4.6.3. A frota municipal é composta por veículos de diversas categorias, utilizados diariamente na execução de serviços essenciais à população, tais como transporte de pacientes, transporte escolar, manutenção de vias públicas, atendimento das demandas da agricultura, assistência social e demais atividades administrativas. Em razão da utilização contínua desses veículos, a ocorrência de manutenções preventivas e corretivas demanda atendimento célere, de modo a minimizar o tempo de indisponibilidade dos bens e evitar prejuízos à prestação dos serviços públicos.

4.6.4. A localização da contratada em raio máximo de 15 km da sede administrativa do Município permitirá maior rapidez no encaminhamento dos veículos para diagnóstico, orçamento, manutenção, testes e retirada após a conclusão dos serviços, reduzindo significativamente os períodos de paralisação da frota. Além disso, possibilitará que os fiscais da Ata de Registro de Preços realizem acompanhamento presencial das manutenções, conferência dos serviços executados, verificação das peças substituídas e demais atividades de fiscalização com maior eficiência e menor custo para a Administração.

4.6.5. No caso específico dos caminhões, ônibus, vans e demais veículos de maior porte, a necessidade de deslocamentos frequentes para avaliações técnicas, retornos para ajustes ou revisões e transporte de veículos com restrições de funcionamento pode gerar custos adicionais expressivos quando os serviços são executados em localidades mais distantes.

4.6.6. Dessa forma, a delimitação geográfica em raio máximo de 15 km da sede administrativa do Município de Marmeleiro constitui requisito tecnicamente necessário e proporcional ao objeto contratado, estando diretamente relacionada à obtenção da solução mais vantajosa para a Administração, à redução dos custos operacionais, à eficiência da fiscalização contratual e à garantia da continuidade dos serviços públicos essenciais, em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

5 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

5.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

5.3. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

5.4. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução da Ata de Registro de Preços.

5.5. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

5.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo Fiscal ou Gestor da Ata de Registro de Preços ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

5.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

5.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essas responsabilidades a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

5.9. Não contratar, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do Fiscal ou Gestor da Ata de Registro de Preços, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

5.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela Ata de Registro de Preços, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.

5.11. Comunicar ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

5.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

5.13. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

5.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

5.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

5.17. Manter, durante toda a execução do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.18. Cumprir, durante todo o período de execução do instrumento contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133/2021).

5.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021).

5.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata de Registro de Preços.

5.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

5.23. Permitir, a qualquer tempo, que o fiscal do CONTRATANTE inspecione o objeto e examine os registros e documentos que considerar necessário.

5.24. Deverá apresentar para o servidor público designado o orçamento para execução dos serviços no prazo de até 03 (três) dias úteis. No orçamento deverá ser informado: identificação do equipamento (marca, modelo, série, ano, horímetro e unidade usuária); relatórios com os defeitos do equipamento, os itens a serem revisados, consertados e substituídos, de acordo com cada marca/modelo de equipamento.

5.25. Todos os serviços de mão de obra que serão executados deverão ser calculados por hora tendo como referência individual de cada serviço o tempo considerado pelas empresas do ramo como tempo padrão de reparos para execução dos serviços.

5.26. O prazo de aprovação do orçamento pelo município será de até 05 (cinco) dias úteis após apresentação, devendo o servidor público designado retornar à contratada o orçamento, devidamente assinado.

5.27. A contratada deverá assumir inteira responsabilidade técnica pela execução dos serviços contratados.

5.28. Após a realização de cada serviço, disponibilizar profissional competente para acompanhar o representante da contratante na realização de “teste” efetuando a entrega do equipamento em boas condições de limpeza.

5.29. Manter, sem qualquer ônus ou custo direto adicional para a contratante, espaço de oficina implementada com segurança própria, seguro de pátio, seguro de transporte, escritório de atendimento na oficina, telefone de atendimento, materiais, utensílios, equipamentos, elevadores, macacos mecânicos, ferramentas em geral, instalações, meios de transporte, e outros necessários para a completa realização dos serviços, inclusive os materiais necessários para a limpeza de peças e materiais quando o equipamento estiver em manutenção.

5.30. A contratante reserva-se ao direito de recusar qualquer serviço que não atenda às exigências. A recusa não poderá ser alegada como justificativa para atraso na execução dos serviços e nem acréscimo na cobrança de mão-de-obra e, da mesma forma, não isenta a contratada de responsabilidade quanto ao cumprimento dos termos de garantia de serviço.

5.31. O aceite do servidor por parte da contratante se dará após vistoria do veículo, realizada pelo operador, visando verificar a qualidade do serviço realizado. Não havendo aceite, o veículo deverá retornar para o estabelecimento da contratada para correção dos serviços.

5.32. Deverá manter o controle de entrada e saída de veículos, com emissão de guia de recebimento/devolução, constando inclusive acessórios, equipamento e objetos que acompanhem os veículos, a descrição dos serviços realizados e a respectiva autorização da contratante.

5.33. Os serviços deverão ser executados de maneira que mantenha os veículos em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento.





5.34. Deverá dispor de estrutura própria, com disponibilização de profissionais necessários para a prestação dos serviços contratados, bem como toda infraestrutura e equipamentos como: local apropriado que ofereça condições para realização dos serviços, de fácil acesso aos maquinários, ferramental completo, área administrativa e outras condições necessárias, também deverá dispor de local coberto, limpo, fechado, de modo que os veículos/mquinários fiquem livres da chuva, vento, poeira, granizo e demais intempéries, com a segurança devida.

5.35. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente a presente Ata de Registro de Preços, nem subcontratar, sem prévio consentimento por escrito do CONTRATANTE.

5.36. Reexecutar serviços sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, quando estiverem em desacordo com as técnicas e procedimentos aplicáveis aos mesmos.

5.37. Refazer os serviços eventualmente executados com vícios ou defeitos, em virtude da ação, omissão, negligência, imperícia, emprego de materiais ou processos inadequados ou de qualidade inferiores.

5.38. Prestar garantia das peças de 90 (noventa) dias sobre as peças.

5.39. Trocar a suas expensas, a mercadoria/peça que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação.

5.40. Repor a(s) peça(s) que apresentar(em) defeito, independentemente de sua aceitação; por divergência não adequada serão aplicadas às sanções previstas neste edital e legislação vigente.

5.41. Fornecer peças de reposição em conformidade com a NBR 15.296 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, sendo vedadas peças adquiridas no mercado paralelo, usadas, remanufaturadas ou de procedência duvidosa. Na entrega serão verificados especificações, marca, código, prazos de validade e apresentação (estado de conservação das embalagens).

5.42. As peças deverão ser novas, sem uso, genuínas ou similares de primeira linha, compatíveis com o veículo e em conformidade com as especificações técnicas do fabricante, vedadas peças reconcondicionadas ou de procedência duvidosa.

5.43. Sempre que solicitado pela Administração, prestar atendimento externo para avaliação técnica e reparos emergenciais de veículos, máquinas ou equipamentos imobilizados em decorrência de falha nos sistemas abrangidos pelo objeto da contratação, observando os prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

6 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com a(o) Ata de Registro de Preços/Contrato e seus anexos.

6.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

6.3. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com os padrões exigidos nas especificações.

6.4. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela empresa para a fiel execução do objeto.





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

6.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

6.6. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor especialmente designado, o cumprimento do objeto e das obrigações da CONTRATADA, sob os aspectos quantitativo e qualificativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma.

6.7. Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento e no Termo de Referência, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, que deverá vir acompanhada de Ordem de Compra emitida pelo CONTRATANTE.

6.8. Aplicar a CONTRATADA as sanções previstas na Lei e no instrumento contratual.

6.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6.10. O CONTRATANTE terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da conclusão da instrução do requerimento, para decidir sobre todas as solicitações da CONTRATADA, inclusive pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.11. O CONTRATANTE não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução deste Termo de Referência, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à CONTRATADA.

6.12. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente processo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7 – EXECUÇÃO DO OBJETO:

7.1. Os serviços e o fornecimento de peças serão executados de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, durante a vigência da Ata de Registro de Preços ou Contrato, mediante emissão de Ordem de Serviço, Ordem de Compra ou documento equivalente expedido pelo setor competente.

7.2. A contratada deverá realizar diagnóstico prévio do veículo, máquina ou equipamento, apresentando orçamento detalhado contendo, no mínimo, a descrição dos serviços a serem executados, a relação das peças e materiais necessários, seus respectivos códigos na Tabela TRAZ VALOR, quantitativos, tempo estimado de mão de obra e valores obtidos mediante aplicação do percentual de desconto contratado, para análise e autorização da Administração.

7.3. Nenhum serviço poderá ser iniciado sem a prévia autorização do fiscal ou gestor da Ata de Registro de Preços. O setor responsável realizará a emissão da ordem de serviço através do sistema TRAZ VALOR, com base no detalhamento apresentado pela CONTRATADA, para posterior prosseguimento dos serviços.

7.4. Os preços das peças, materiais e serviços terão como referência a Tabela TRAZ VALOR vigente na data da emissão da Ordem de Serviço ou Ordem de Compra, aplicando-se o percentual de desconto ofertado pela contratada.





7.5. A fiscalização contratual poderá consultar a Tabela TRAZ VALOR para conferência dos códigos, valores das peças, materiais, tempo padrão de mão de obra e demais informações utilizadas na elaboração dos orçamentos apresentados pela contratada.

7.6. As peças e materiais fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, compatíveis com as especificações técnicas do fabricante do veículo, máquina ou equipamento, sendo vedado o fornecimento de itens usados, recuperados, recondicionados ou remanufaturados.

7.7. Excepcionalmente, mediante justificativa técnica e comprovação da indisponibilidade de peças genuínas ou originais no mercado, poderão ser utilizados materiais equivalentes ou de primeira linha, desde que previamente autorizados pela Administração e possuam qualidade compatível com as especificações do fabricante.

7.8. Sempre que solicitado pela fiscalização, a contratada deverá apresentar documentação que comprove a procedência, especificações técnicas e compatibilidade das peças e materiais fornecidos.

7.9. Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados, utilizando equipamentos e ferramentas adequados, observando as recomendações dos fabricantes, as normas técnicas aplicáveis e as boas práticas de manutenção automotiva.

7.10. A execução dos serviços e a substituição das peças deverão restabelecer integralmente as condições de funcionamento, segurança e desempenho do sistema reparado, cabendo à contratada realizar todos os testes necessários antes da liberação do veículo, máquina ou equipamento.

7.11. A execução dos serviços e o fornecimento das peças ocorrerão, em regra, nas dependências da contratada, em endereço informado na proposta e na Ata de Registro de Preços, sendo os veículos, máquinas e equipamentos encaminhados pela Administração até o estabelecimento da empresa. Quando tecnicamente viável e previamente autorizado pela Administração, os serviços poderão ser executados nas dependências do Município ou no local onde o equipamento estiver.

7.12. O prazo para apresentação do diagnóstico e orçamento será de até **48 (quarenta e oito) horas** contadas do recebimento do veículo, máquina ou equipamento pela contratada.

7.13. Após a autorização da Administração, os serviços deverão ser concluídos em até **72 (setenta e duas) horas**, ressalvados os casos que demandem serviços de maior complexidade ou dependam da aquisição de peças não disponíveis em estoque, hipótese em que o prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal, devidamente justificada e aceita pela Administração.

7.14. Quando se tratar de atendimento emergencial, a contratada deverá iniciar os serviços no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** após a autorização do orçamento, adotando todas as providências necessárias para restabelecer a operacionalidade do veículo ou equipamento no menor tempo possível.

7.15. As peças substituídas deverão permanecer à disposição da Administração até a conclusão da fiscalização dos serviços, quando solicitado pelo fiscal da Ata de Registro de Preços, podendo ser recolhidas pelo Município para conferência.

7.16. Todos os serviços executados e as peças fornecidas serão conferidos pelo fiscal da Ata de Registro de Preços ou por servidor designado pelo Departamento solicitante, que verificará sua conformidade com a Ordem de Serviço, Ordem de Compra, orçamento aprovado e demais especificações constantes deste Termo de Referência.





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

7.17. Não serão recebidos serviços executados em desacordo com a autorização da Administração, peças ou materiais incompatíveis com o veículo ou equipamento, quantitativos divergentes, itens de qualidade inferior à especificada ou cobranças em desacordo com a Tabela TRAZ VALOR e com o percentual de desconto contratado.

7.18. Os serviços executados e as peças fornecidas deverão possuir garantia na forma prevista pelo Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo da garantia oferecida pelo fabricante ou pela própria contratada, prevalecendo sempre a condição mais vantajosa para a Administração.

7.19. Constatada qualquer falha, defeito, vício ou inadequação decorrente da execução dos serviços ou da qualidade das peças e materiais fornecidos, a contratada deverá promover a correção ou substituição, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, ou em outro prazo tecnicamente justificado e aprovado pela fiscalização.

7.20. A contratada deverá entregar os serviços concluídos em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados da respectiva Nota Fiscal e dos demais documentos exigidos pela fiscalização para fins de conferência, liquidação da despesa e recebimento definitivo.

7.21. Excepcionalmente, quando o veículo, máquina ou equipamento apresentar pane ou defeito que impossibilite seu deslocamento até as dependências da contratada, ou quando a remoção puder ocasionar riscos, danos adicionais ou prejuízo à continuidade dos serviços públicos, a Administração poderá solicitar atendimento no local da ocorrência.

7.22. Nesses casos, a contratada deverá disponibilizar profissional habilitado para realizar a avaliação técnica e, quando possível, executar o reparo no próprio local. Não sendo viável o restabelecimento das condições de funcionamento, a contratada deverá adotar as providências necessárias para viabilizar a remoção do veículo, máquina ou equipamento até suas instalações, mediante prévia autorização da Administração.

7.23. Não serão admitidos reparos provisórios ou improvisados que comprometam a segurança, a confiabilidade ou a durabilidade do sistema reparado, salvo quando expressamente autorizados pela Administração para possibilitar apenas o deslocamento seguro do veículo até a oficina.

7.24. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

7.24.1. O objeto deste Termo de Referência será dado como recebido, conforme:

7.24.1.1. Provisoriamente, na apresentação do objeto, declarará formalmente à CONTRATADA que os serviços foram prestados ou que os bens foram recebidos para posterior análise das conformidades e qualidade, baseadas nos requisitos e nos critérios de aceitação. Esta verificação deverá estar concluída em até **02 (dois) dias úteis**.

7.24.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.24.1.3. Definitivamente, após a verificação dos requisitos e demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços acima identificado que ensejem correções por parte da CONTRATADA. Esta verificação deverá estar concluída em até **10 (dez) dias úteis**.

7.24.2. O recebimento definitivo ficará condicionado à comprovação de que:





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

- a) os serviços foram executados de acordo com as especificações técnicas e normas aplicáveis;
- b) as peças fornecidas são genuínas ou originais de fábrica, ou, quando previamente autorizadas pela Administração, equivalentes de primeira linha;
- c) os veículos e equipamentos encontram-se em perfeitas condições de funcionamento;
- d) foram sanadas eventuais pendências, irregularidades ou inconformidades apontadas pela fiscalização.

7.24.3. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez, qualidade, segurança e funcionamento dos serviços executados e dos materiais fornecidos, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da Ata de Registro de Preços.

7.24.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.24.5. O recebimento definitivo também ficará condicionado à conferência dos valores cobrados, dos códigos das peças, dos tempos de mão de obra e da aplicação do percentual de desconto contratado, conforme a Tabela TRAZ VALOR vigente na data da execução dos serviços.

7.24.6. Em caso de o objeto ser entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo, pelo CONTRATANTE, para que a CONTRATADA faça a substituição. Este prazo iniciar-se-á a partir da notificação do CONTRATANTE. A CONTRATADA ficará obrigada a substituir, às suas expensas, o objeto que for recusado.

7.24.7. Independentemente da aceitação, a CONTRATADA deverá garantir a qualidade do objeto fornecido pelo prazo de garantia, quando for o caso, obrigando-se a substituir no prazo determinado pelo CONTRATANTE, às suas expensas, aquele que apresentar falha ou defeito durante o recebimento e o período de cobertura da garantia.

7.24.8. Em todo o objeto, as especificações exigidas são as mínimas necessárias para o atendimento das necessidades dos Departamentos solicitantes. Não sendo aceito o objeto com especificações diferentes das descritas.

7.24.9. Somente serão aceitos os serviços efetivamente autorizados pela Administração e devidamente comprovados por meio de ordem de serviço, orçamento aprovado e relatório de execução contendo a descrição dos serviços realizados, peças aplicadas e demais informações necessárias à fiscalização contratual.

7.24.10. As peças substituídas deverão ser apresentadas à fiscalização, quando solicitadas, para conferência e comprovação da efetiva substituição.

7.24.11. O recebimento definitivo não afasta a obrigação da contratada de garantir a qualidade dos serviços executados e das peças fornecidas durante o período de garantia legal ou contratual aplicável.

7.24.12. Verificada qualquer falha, defeito ou vício decorrente da execução dos serviços ou da qualidade das peças fornecidas durante o período de garantia, a contratada deverá realizar os reparos, substituições ou correções necessárias sem qualquer ônus para a Administração.

8 – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

8.1. A Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.





8.2. O recebimento do objeto, a fiscalização e o acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços, será de responsabilidade dos servidores: Sandra Marisa Moreira Nicolau, Douglas Fabiano Bressiani, Idiones Maria Bruni Padilha, Mauro Fischer, Airton Neri Rama, Fernanda Barizon, Jean Max da Silva, Elcio Maldonado Valenzuela, Sidnei Domingos Machado.

8.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, ainda que resultem de condições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica na responsabilidade da administração e de seus agentes e prepostos.

8.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência destes deverão ser solicitadas a autoridade superior, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes, no caso o Gestor da Ata de Registro de Preços.

8.5. A gestão da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do Diretor do Departamento do Departamento de Viação e Obras, Sr. Volmir Nicolau.

8.6. Em caso de férias, exoneração ou qualquer tipo de afastamento do Gestor designado, o substituto imediato será o servidor que assumir o cargo de diretor ou responsável no período.

8.7. Caberá aos Gestores e Fiscais designados pela autoridade competente do Município promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes do Contrato ou da Ata de Registro de Preços, seguindo os preceitos do Decreto Municipal nº 3.500, de 05 de março de 2024, que Regulamenta as regras para atuação do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio, o funcionamento da Comissão de Contratação e a atuação dos Gestores e Fiscais de Contratos, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

9 – CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:

9.1. O pagamento será efetuado através de transferência eletrônica para a conta bancária da CONTRATADA indicada pela mesma, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do mês subsequente da apresentação da Nota Fiscal, após o recebimento definitivo do objeto.

9.2. A vencedora do certame deverá apresentar as certidões (FGTS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.

9.3. Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

9.4. Aplica-se aos documentos fiscais emitidos a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 ou a que vier a substituí-la, nos termos do Decreto Municipal nº 3.480, de 26 de dezembro de 2023.

10 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

10.1. PARA A HABILITAÇÃO, SERÁ EXIGIDA A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA:

10.2. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

10.2.1. No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

10.2.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

10.2.3. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

10.3. A documentação relativa à **qualificação econômico-financeira** consistirá em:

10.3.1. Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 90 (noventa) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento.

10.4. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá em:

10.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

10.4.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, se houver, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

10.4.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

10.4.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado.

10.4.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado.

10.4.6. Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).

10.4.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

10.4.8. Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.4.8.1. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

10.5. A documentação relativa à **REGULARIDADE TÉCNICA** consistirá em:

10.5.1. **Atestado de Capacidade Técnica:** Apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto da contratação, abrangendo a manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas hidráulico, elétrico e/ou de ar-condicionado de veículos automotores, máquinas e equipamentos, bem como o fornecimento de peças de reposição compatíveis com a especialidade correspondente ao lote licitado.

10.6. O critério de julgamento adotado é o de **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE/GRUPO**, através da modalidade **PREGÃO**, sob a forma eletrônica.

11 – FRAUDE E CORRUPÇÃO:

11.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução desta Ata de Registro de Preços nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro da presente Ata de Registro de Preços, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto desta Ata de Registro de Preços, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

12 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados nas dotações orçamentárias apresentadas abaixo:

Conta	Órgão/Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte
69	03.01	04.122 0003 2.006	3.3.90.39.19.05.00	0
70	03.01	04.122 0003 2.006	3.3.90.39.19.05.00	510
71	03.01	04.122 0003 2.006	3.3.90.39.19.05.00	511
157	05.01	26.782 0005 2.013	3.3.90.39.19.05.00	0
158	05.01	26.782 0005 2.013	3.3.90.39.19.05.00	510
207	06.02	12.361 0006 2.019	3.3.90.39.19.05.00	0
208	06.02	12.361 0006 2.019	3.3.90.39.19.05.00	103
209	06.02	12.361 0006 2.019	3.3.90.39.19.05.00	104
221	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	0
222	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	103
223	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	104
224	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	119
225	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	1043
264	07.01	27.812 0015 2.025	3.3.90.39.19.05.00	0
301	08.02	10.301 0016 2.027	3.3.90.39.19.05.00	0
302	08.02	10.301 0016 2.027	3.3.90.39.19.05.00	303
303	08.02	10.301 0016 2.027	3.3.90.39.19.05.00	348
707	08.02	10.301 0016 2.027	3.3.90.39.19.05.00	357
332	08.02	10.301 0016 2.029	3.3.90.39.19.05.00	303
333	08.02	10.301 0016 2.029	3.3.90.39.19.05.00	494
349	08.02	10.302 0016 2.031	3.3.90.39.19.05.00	0





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

215

ESTADO DO PARANÁ

350	08.02	10.302 0016 2.031	3.3.90.39.19.05.00	303
351	08.02	10.302 0016 2.031	3.3.90.39.19.05.00	494
372	08.03	10.304 0020 2.033	3.3.90.39.19.05.00	0
373	08.03	10.304 0020 2.033	3.3.90.39.19.05.00	494
374	08.03	10.304 0020 2.033	3.3.90.39.19.05.00	510
683	08.03	10.304 0020 2.033	3.3.90.39.19.05.00	353
391	09.01	08.244 0022 2.035	3.3.90.39.19.05.00	0
399	09.01	08.244 0022 2.036	3.3.90.39.19.05.00	0
411	09.02	08.244 0022 2.037	3.3.90.39.19.05.00	0
421	09.02	08.244 0022 2.045	3.3.90.39.19.05.00	940
426	09.02	08.244 0022 2.053	3.3.90.39.19.05.00	934
455	09.05	08.243 0025 2.067	3.3.90.39.19.05.00	0
486	10.01	20.606 0027 2.049	3.3.90.39.19.05.00	0
501	10.02	20.608 0027 2.050	3.3.90.39.19.05.00	0
536	12.01	18.541 0033 2.058	3.3.90.39.19.05.00	0
609	14.01	15.452 0036 2.065	3.3.90.39.19.05.00	0
610	14.01	15.452 0036 2.065	3.3.90.39.19.05.00	504

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 06/10/2026 11:19 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pr56c06f36a14>





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

216

ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO Nº 078/2026**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 2451/2026****Nº DA CONTRATAÇÃO COMPRAS.GOV.BR: 454524 - 049/2026****MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO****TIPO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE/GRUPO**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA (uso obrigatório por todas as licitantes)

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por, cargo, RG, CPF, (endereço), propõe fornecer à Prefeitura Municipal de Marmeleiro, em estrito cumprimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico nº 078/2026, conforme abaixo discriminado:

Grupo/Lote 01: Veículos leves e utilitários - Todas as marcas - Manutenção e peças

Item	Descrição	Valor Total Estimado	Desc. Mínimo p/ PR/MO	
1	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e de ar condicionado de veículos leves e utilitários, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	144.800,00	PO	%
2	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos leves e utilitários, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	84.637,00	MO	%
Valor Total Estimado do Grupo/Lote		229.437,00		

Grupo/Lote 02: Ônibus e micro-ônibus - Todas as marcas - Manutenção e peças

Item	Descrição	Valor Total Estimado	Desc. Mínimo p/ PR/MO	
3	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de veículos ônibus e micro-ônibus, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	230.000,00	PO	%
4	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos ônibus e micro-ônibus, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	108.150,00	MO	%
Valor Total Estimado do Grupo/Lote		338.150,00		

Grupo/Lote 03: Caminhões - Todas as marcas - Manutenção e peças

Item	Descrição	Valor Total Estimado	Desc. Mínimo p/ PR/MO	
5	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de veículos caminhões, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	364.936,00	PO	%





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

217

ESTADO DO PARANÁ

6	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos caminhões, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	169.932,00	MO	%
Valor Total Estimado do Grupo/Lote		534.868,00		

Grupo/Lote 04: Máquinas pesadas - Todas as marcas - Manutenção e peças

Item	Descrição	Valor Total Estimado	Desc. Mínimo p/ PR/MO	
7	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de máquinas pesadas e equipamentos multimarcas, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	325.000,00	PO	%
8	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para máquinas pesadas e equipamentos multimarcas, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	295.000,00	MO	%
Valor Total Estimado do Grupo/Lote		620.000,00		

Grupo/Lote 05: Veículos vans - Todas as marcas - Manutenção e peças

Item	Descrição	Valor Total Estimado	Desc. Mínimo p/ PR/MO	
9	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de veículos vans, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	143.000,00	PO	%
10	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos vans, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	74.000,00	MO	%
Valor Total Estimado do Grupo/Lote		217.000,00		

Grupo/Lote 06: Manutenção hidráulica de veículos, máquinas e equipamentos

Item	Descrição	Valor Total Estimado	Desc. Mínimo p/ PR/MO	
11	Fornecimento de peças e componentes destinados à manutenção de sistemas hidráulicos dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, incluindo mangueiras hidráulicas, terminais, conexões, adaptadores, capas de prensagem (casquilhos), vedações e demais componentes correlatos, conforme Tabela TRAZ VALOR vigente.	400.000,00	PO	%
12	Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e recuperativa em sistemas hidráulicos de veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, compreendendo diagnóstico, desmontagem, montagem, reparos, confecção e prensagem de mangueiras hidráulicas, substituição de componentes e testes de funcionamento, com base de preços na Tabela TRAZ VALOR.	150.000,00	MO	%
Valor Total Estimado do Grupo/Lote		550.000,00		

OBS.: NÃO alterar o valor/saldo, somente preencher o percentual de desconto ofertado.

A validade desta proposta é de **90 (noventa) dias corridos**, contados da data de sua assinatura.

Informar Percentual final de desconto da PO e MO.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

Declaro que a proponente atende aos requisitos de habilitação e o declarante atesta a veracidade das informações prestadas (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).





Responsável pela assinatura do contrato ou da Ata de Registro de Preços:

- Nome:
- CPF:
- Endereço:
- Telefone:
- e-mail:

Informar Agência e Conta para pagamento.

Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

....., de de 2026.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO Nº 078/2026**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 2451/2026****Nº DA CONTRATAÇÃO COMPRAS.GOV.BR: 454524 - 049/2026****MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO****TIPO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE/GRUPO**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº *******/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2026

O **MUNICÍPIO DE MARMELEIRO**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ sob o nº 76.205.665/0001-01, com sede administrativa na Avenida Macali, nº 255, centro, Marmeleiro, Estado do Paraná, representado pelo Prefeito, Sr. Jander Luiz Loss, inscrito no CPF sob o nº 744.826.379-04, de ora em diante denominado **CONTRATANTE**; e a empresa *******, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº *******, com sede na *******, nº *******, Bairro *******, Cidade de *******, Estado do *******, CEP *******, Telefone **(**)** *******, e-mail: *******, representada neste ato pelo(a) Sr(a). *******, inscrito(a) no CPF sob o nº *******, aqui denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, RESOLVEM, por meio desta Ata e com integral observância das normas: Lei Geral de Licitações n. 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações e Regulamento Municipal, e, ainda, pelas condições estabelecidas pelo edital e suas partes integrantes, FIRMAM A PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº **000**/2026.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. A presente Ata de Registro de Preços está sendo firmada com fundamento na Lei nº 14.133/21, e de acordo com as conclusões do Pregão Eletrônico nº 078/2026, aplicando-se, ainda, os princípios inerentes aos contratos administrativos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E VALOR

2.1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado, atendendo as necessidades dos Departamentos solicitantes, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e de acordo com o edital e descrição a seguir:





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

AMPLA CONCORRÊNCIA						
Item	CATMAT CATSER	Descrição	Valor Total	Desc. Mínimo p/ (PO/MO)		Unidade
GRUPO/LOTE 01: VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS						
1	13798	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e de ar condicionado de veículos leves e utilitários, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	144.800,00	PO	5%	Valor
2	5851	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos leves e utilitários, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	84.637,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 01				229.437,00		
GRUPO/LOTE 02: ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS						
3	13798	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de veículos ônibus e micro-ônibus, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	230.000,00	PO	5%	Valor
4	5843	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos ônibus e micro-ônibus, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	108.150,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 02				338.150,00		
GRUPO/LOTE 03: CAMINHÕES - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS						
5	13798	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de veículos caminhões, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	364.936,00	PO	5%	Valor
6	5843	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para veículos caminhões, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	169.932,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 03				534.868,00		
GRUPO/LOTE 04: MÁQUINAS PESADAS - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS						
7	13798	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de máquinas pesadas e equipamentos multimarcas, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	325.000,00	PO	5%	Valor
8	5843	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa para máquinas pesadas e equipamentos multimarcas, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	295.000,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 04				620.000,00		
GRUPO/LOTE 05: VEÍCULOS VANS - TODAS AS MARCAS - MANUTENÇÃO E PEÇAS						
9	13798	Peças de reposição para manutenção do sistema elétrico e ar condicionado de veículos vans, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.	143.000,00	PO	5%	Valor
10	5843	Serviços de reparos no sistema elétrico e ar condicionado: manutenção preventiva,	74.000,00	MO	10%	Hora





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

221

ESTADO DO PARANÁ

		corretiva e/ou recuperativa para veículos vans, com base de preços na tabela do sistema TRAZ VALOR.				
Total GRUPO/LOTE 05				217.000,00		
GRUPO/LOTE 06: MANUTENÇÃO HIDRÁULICA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS						
11	13798	Fornecimento de peças e componentes destinados à manutenção de sistemas hidráulicos dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, incluindo mangueiras hidráulicas, terminais, conexões, adaptadores, capas de prensagem (casquilhos), vedações e demais componentes correlatos, conforme Tabela TRAZ VALOR vigente.	400.000,00	PO	5%	Valor
12	27944	Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e recuperativa em sistemas hidráulicos de veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, compreendendo diagnóstico, desmontagem, montagem, reparos, confecção e prensagem de mangueiras hidráulicas, substituição de componentes e testes de funcionamento, com base de preços na Tabela TRAZ VALOR.	150.000,00	MO	10%	Hora
Total GRUPO/LOTE 06				550.000,00		
VALOR TOTAL ESTIMADO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS				2.489.455,00		

2.2. O valor total estimado para esta contratação será de R\$ 2.489.455,00 (dois milhões e quatrocentos e oitenta e nove mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais).

2.3. Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o FORNECEDOR, ficando-lhe facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, nos termos do artigo 83 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

2.4. Vinculam esta Ata, independentemente de transcrição: o Termo de Referência, o Edital do Pregão Eletrônico nº 078/2026, a proposta do FORNECEDOR e eventuais anexos dos documentos citados.

2.5. Os serviços serão executados nas dependências do FORNECEDOR.

O preço base para efetivação do cálculo, refere-se à cotação apresentada na tabela do sistema TRAZ VALOR.

A disputa de itens se dará pelo maior percentual de desconto por Lote/Grupo.

Onde:

% PO = Desconto de outras peças originais ofertadas pela empresa.

% MO: Mão de obra por hora: Incluído todas e quaisquer despesas de seus funcionários. Será de total responsabilidade da CONTRATADA o deslocamento, pernoite, alimentação e demais despesas do TÉCNICO responsável da mesma para realizar os serviços nos locais onde estiver o maquinário/equipamento, pertinentes à execução do objeto da Ata de Registro de Preços.

A tabela de referência estará disponível para consulta no Setor de Patrimônio, localizado na Avenida Macali, nº 255, Bairro Centro.

2.6. Com o objetivo de assegurar a ampla competitividade, isonomia entre os licitantes e adequada formulação das propostas, a Administração disponibilizará gratuitamente às empresas participantes do certame acesso temporário ao sistema de orçamentação eletrônica TRAZ VALOR durante o período de realização do pregão.





2.7. O acesso será concedido exclusivamente para utilização vinculada ao procedimento licitatório, permitindo consulta aos valores referenciais de peças de reposição e tempos de mão de obra mecânica utilizados como parâmetro para elaboração das propostas comerciais.

2.8. As condições de acesso, prazo de utilização e orientações operacionais serão informadas pela Administração aos licitantes juntamente com os documentos do certame ou mediante comunicação formal durante a fase externa da licitação.

2.9. A disponibilização temporária da ferramenta não gera qualquer vínculo contratual entre os licitantes e a empresa detentora do sistema, destinando-se unicamente à padronização dos critérios de consulta e à garantia da transparência na formação das propostas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PUBLICIDADE DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, ou seja, até ** de ** de 202*, podendo ser prorrogada na forma do art. 84 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

3.1.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços.

3.1.2. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.3. Na formalização da Ata ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2. A contratação com o FORNECEDOR registrado na ata será formalizada pelo Município por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.3. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. Após a homologação da licitação, para a formalização da Ata de Registro de Preços, serão considerados os valores unitários e totais da proposta ajustada do adjudicatário, respeitando obrigatoriamente os quantitativos previstos no edital.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

4.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou dos serviços registrados, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2. O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente Ata será de responsabilidade exclusiva do FORNECEDOR, bem como demais encargos inerentes e necessários para a completa execução das suas obrigações assumidas pela presente Ata, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste instrumento.





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

4.3. O valor acima e meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao FORNECEDOR dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos ou executados.

4.4. Os preços inicialmente registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

4.5. Após o interregno de 01 (um) ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) ou o que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado exclusivamente através de depósito ou transferência eletrônica para a conta bancária do FORNECEDOR indicada pela mesma, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do mês subsequente da apresentação da Nota Fiscal, após o recebimento definitivo do objeto.

5.2. A nota fiscal deverá ser apresentada no Setor de Finanças ou encaminhada pelo endereço eletrônico: nf@marmeleiro.pr.gov.br, com indicação da modalidade e número da licitação e Ata de Registro de Preços, e Nota Fiscal emitida em nome da:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARMELEIRO

CNPJ nº 76.205.665/0001-01

Avenida Macali, nº 255 – Centro

Marmeleiro – PR

CEP: 85.614-068

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ***/2026

Pregão Eletrônico nº 078/2026

5.3. Deverão acompanhar a nota fiscal certidões negativas Federal, Estadual, Municipal, CNDT e do FGTS, válidas para o período do pagamento.

5.4. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

5.5. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pelo próprio FORNECEDOR obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ/MF apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas por outros CNPJs.

§1º Os pagamentos serão retidos em caso de não cumprimento pelo FORNECEDOR de disposições contratuais, bem como em caso de multa, até o recolhimento da mesma.

§2º O pagamento não efetuado na data de vencimento deverá ser corrigido até a data do efetivo pagamento pela variação do índice INPC ocorrida no período, salvo a ocorrência do disposto no §1º desta Cláusula.

5.6. Aplica-se aos documentos fiscais emitidos a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 ou a que vier a substituí-la, nos termos do Decreto Municipal nº 3.480, de 26 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA SEXTA – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados nas dotações orçamentárias apresentadas abaixo:





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

Conta	Órgão/Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte
69	03.01	04.122 0003 2.006	3.3.90.39.19.05.00	0
70	03.01	04.122 0003 2.006	3.3.90.39.19.05.00	510
71	03.01	04.122 0003 2.006	3.3.90.39.19.05.00	511
157	05.01	26.782 0005 2.013	3.3.90.39.19.05.00	0
158	05.01	26.782 0005 2.013	3.3.90.39.19.05.00	510
207	06.02	12.361 0006 2.019	3.3.90.39.19.05.00	0
208	06.02	12.361 0006 2.019	3.3.90.39.19.05.00	103
209	06.02	12.361 0006 2.019	3.3.90.39.19.05.00	104
221	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	0
222	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	103
223	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	104
224	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	119
225	06.02	12.361 0010 2.020	3.3.90.39.19.05.00	1043
264	07.01	27.812 0015 2.025	3.3.90.39.19.05.00	0
301	08.02	10.301 0016 2.027	3.3.90.39.19.05.00	0
302	08.02	10.301 0016 2.027	3.3.90.39.19.05.00	303
303	08.02	10.301 0016 2.027	3.3.90.39.19.05.00	348
707	08.02	10.301 0016 2.027	3.3.90.39.19.05.00	357
332	08.02	10.301 0016 2.029	3.3.90.39.19.05.00	303
333	08.02	10.301 0016 2.029	3.3.90.39.19.05.00	494
349	08.02	10.302 0016 2.031	3.3.90.39.19.05.00	0
350	08.02	10.302 0016 2.031	3.3.90.39.19.05.00	303
351	08.02	10.302 0016 2.031	3.3.90.39.19.05.00	494
372	08.03	10.304 0020 2.033	3.3.90.39.19.05.00	0
373	08.03	10.304 0020 2.033	3.3.90.39.19.05.00	494
374	08.03	10.304 0020 2.033	3.3.90.39.19.05.00	510
683	08.03	10.304 0020 2.033	3.3.90.39.19.05.00	353
391	09.01	08.244 0022 2.035	3.3.90.39.19.05.00	0
399	09.01	08.244 0022 2.036	3.3.90.39.19.05.00	0
411	09.02	08.244 0022 2.037	3.3.90.39.19.05.00	0
421	09.02	08.244 0022 2.045	3.3.90.39.19.05.00	940
426	09.02	08.244 0022 2.053	3.3.90.39.19.05.00	934
455	09.05	08.243 0025 2.067	3.3.90.39.19.05.00	0
486	10.01	20.606 0027 2.049	3.3.90.39.19.05.00	0
501	10.02	20.608 0027 2.050	3.3.90.39.19.05.00	0
536	12.01	18.541 0033 2.058	3.3.90.39.19.05.00	0
609	14.01	15.452 0036 2.065	3.3.90.39.19.05.00	0
610	14.01	15.452 0036 2.065	3.3.90.39.19.05.00	504

CLÁUSULA SÉTIMA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o CONTRATANTE convocará o FORNECEDOR para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o CONTRATANTE convocará os licitantes subsequentes, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o CONTRATANTE procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.





7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o FORNECEDOR não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao FORNECEDOR requerer ao CONTRATANTE a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.1. Neste caso, o FORNECEDOR encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo CONTRATANTE e o FORNECEDOR deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 13.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos termos do item anterior, nos termos do Parágrafo anterior, o CONTRATANTE convocará os licitantes subsequentes, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o CONTRATANTE procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 13.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o CONTRATANTE atualizará o preço registrado de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Os serviços e o fornecimento de peças serão executados de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, durante a vigência da Ata de Registro de Preços ou Contrato, mediante emissão de Ordem de Serviço, Ordem de Compra ou documento equivalente expedido pelo setor competente.

8.2. A contratada deverá realizar diagnóstico prévio do veículo, máquina ou equipamento, apresentando orçamento detalhado contendo, no mínimo, a descrição dos serviços a serem executados, a relação das peças e materiais necessários, seus respectivos códigos na Tabela TRAZ VALOR, quantitativos, tempo estimado de mão de obra e valores obtidos mediante aplicação do percentual de desconto contratado, para análise e autorização da Administração.

8.3. Nenhum serviço poderá ser iniciado sem a prévia autorização do fiscal ou gestor da Ata de Registro de Preços. O setor responsável realizará a emissão da Ordem de Serviço através do sistema TRAZ VALOR, com base no detalhamento apresentado pelo FORNECEDOR, para posterior prosseguimento dos serviços.

8.4. Os preços das peças, materiais e serviços terão como referência a Tabela TRAZ VALOR vigente na data da emissão da Ordem de Serviço ou Ordem de Compra, aplicando-se o percentual de desconto ofertado pela contratada.

8.5. A fiscalização contratual poderá consultar a Tabela TRAZ VALOR para conferência dos códigos, valores das peças, materiais, tempo padrão de mão de obra e demais informações utilizadas na elaboração dos orçamentos apresentados pela contratada.

8.6. As peças e materiais fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, compatíveis com as especificações técnicas do fabricante do veículo, máquina ou equipamento, sendo vedado o fornecimento de itens usados, recuperados, recondicionados ou remanufaturados.





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

8.7. Excepcionalmente, mediante justificativa técnica e comprovação da indisponibilidade de peças genuínas ou originais no mercado, poderão ser utilizados materiais equivalentes ou de primeira linha, desde que previamente autorizados pela Administração e possuam qualidade compatível com as especificações do fabricante.

8.8. Sempre que solicitado pela fiscalização, a contratada deverá apresentar documentação que comprove a procedência, especificações técnicas e compatibilidade das peças e materiais fornecidos.

8.9. Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados, utilizando equipamentos e ferramentas adequados, observando as recomendações dos fabricantes, as normas técnicas aplicáveis e as boas práticas de manutenção automotiva.

8.10. A execução dos serviços e a substituição das peças deverão restabelecer integralmente as condições de funcionamento, segurança e desempenho do sistema reparado, cabendo à contratada realizar todos os testes necessários antes da liberação do veículo, máquina ou equipamento.

8.11. A execução dos serviços e o fornecimento das peças ocorrerão, em regra, nas dependências da contratada, em endereço informado na proposta e na Ata de Registro de Preços, sendo os veículos, máquinas e equipamentos encaminhados pela Administração até o estabelecimento da empresa. Quando tecnicamente viável e previamente autorizado pela Administração, os serviços poderão ser executados nas dependências do Município ou no local onde o equipamento estiver.

8.12. O prazo para apresentação do diagnóstico e orçamento será de até **48 (quarenta e oito) horas** contadas do recebimento do veículo, máquina ou equipamento pela contratada.

8.13. Após a autorização da Administração, os serviços deverão ser concluídos em até **72 (setenta e duas) horas**, ressalvados os casos que demandem serviços de maior complexidade ou dependam da aquisição de peças não disponíveis em estoque, hipótese em que o prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal, devidamente justificada e aceita pela Administração.

8.14. Quando se tratar de atendimento emergencial, a contratada deverá iniciar os serviços no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** após a autorização do orçamento, adotando todas as providências necessárias para restabelecer a operacionalidade do veículo ou equipamento no menor tempo possível.

8.15. As peças substituídas deverão permanecer à disposição da Administração até a conclusão da fiscalização dos serviços, quando solicitado pelo fiscal da Ata de Registro de Preços, podendo ser recolhidas pelo Município para conferência.

8.16. Todos os serviços executados e as peças fornecidas serão conferidos pelo fiscal da Ata de Registro de Preços ou por servidor designado pelo Departamento solicitante, que verificará sua conformidade com a Ordem de Serviço, Ordem de Compra, orçamento aprovado e demais especificações constantes deste Termo de Referência.

8.17. Não serão recebidos serviços executados em desacordo com a autorização da Administração, peças ou materiais incompatíveis com o veículo ou equipamento, quantitativos divergentes, itens de qualidade inferior à especificada ou cobranças em desacordo com a Tabela TRAZ VALOR e com o percentual de desconto contratado.

8.18. Os serviços executados e as peças fornecidas deverão possuir garantia na forma prevista pelo Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo da garantia oferecida pelo fabricante ou pela própria contratada, prevalecendo sempre a condição mais vantajosa para a Administração.





8.19. Constatada qualquer falha, defeito, vício ou inadequação decorrente da execução dos serviços ou da qualidade das peças e materiais fornecidos, a contratada deverá promover a correção ou substituição, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, ou em outro prazo tecnicamente justificado e aprovado pela fiscalização.

8.20. A contratada deverá entregar os serviços concluídos em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados da respectiva Nota Fiscal e dos demais documentos exigidos pela fiscalização para fins de conferência, liquidação da despesa e recebimento definitivo.

8.21. Excepcionalmente, quando o veículo, máquina ou equipamento apresentar pane ou defeito que impossibilite seu deslocamento até as dependências da contratada, ou quando a remoção puder ocasionar riscos, danos adicionais ou prejuízo à continuidade dos serviços públicos, a Administração poderá solicitar atendimento no local da ocorrência.

8.22. Nesses casos, a contratada deverá disponibilizar profissional habilitado para realizar a avaliação técnica e, quando possível, executar o reparo no próprio local. Não sendo viável o restabelecimento das condições de funcionamento, a contratada deverá adotar as providências necessárias para viabilizar a remoção do veículo, máquina ou equipamento até suas instalações, mediante prévia autorização da Administração.

8.23. Não serão admitidos reparos provisórios ou improvisados que comprometam a segurança, a confiabilidade ou a durabilidade do sistema reparado, salvo quando expressamente autorizados pela Administração para possibilitar apenas o deslocamento seguro do veículo até a oficina.

8.24. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

8.24.1. O objeto desta Ata de Registro de Preços será dado como recebido, conforme:

8.24.1.1. Provisoriamente, na apresentação do objeto, declarará formalmente à CONTRATADA que os serviços foram prestados ou que os bens foram recebidos para posterior análise das conformidades e qualidade, baseadas nos requisitos e nos critérios de aceitação. Esta verificação deverá estar concluída em até **02 (dois) dias úteis**.

8.24.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.24.1.3. Definitivamente, após a verificação dos requisitos e demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços acima identificado que ensejem correções por parte da CONTRATADA. Esta verificação deverá estar concluída em até **10 (dez) dias úteis**.

8.24.2. O recebimento definitivo ficará condicionado à comprovação de que:

- a) os serviços foram executados de acordo com as especificações técnicas e normas aplicáveis;
- b) as peças fornecidas são genuínas ou originais de fábrica, ou, quando previamente autorizadas pela Administração, equivalentes de primeira linha;
- c) os veículos e equipamentos encontram-se em perfeitas condições de funcionamento;
- d) foram sanadas eventuais pendências, irregularidades ou inconformidades apontadas pela fiscalização.

8.24.3. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez, qualidade, segurança e funcionamento dos serviços executados e dos materiais fornecidos, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da Ata de Registro de Preços.





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

8.24.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.24.5. O recebimento definitivo também ficará condicionado à conferência dos valores cobrados, dos códigos das peças, dos tempos de mão de obra e da aplicação do percentual de desconto contratado, conforme a Tabela TRAZ VALOR vigente na data da execução dos serviços.

8.24.6. Em caso de o objeto ser entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo, pelo CONTRATANTE, para que a CONTRATADA faça a substituição. Este prazo iniciar-se-á a partir da notificação do CONTRATANTE. A CONTRATADA ficará obrigada a substituir, às suas expensas, o objeto que for recusado.

8.24.7. Independentemente da aceitação, a CONTRATADA deverá garantir a qualidade do objeto fornecido pelo prazo de garantia, quando for o caso, obrigando-se a substituir no prazo determinado pelo CONTRATANTE, às suas expensas, aquele que apresentar falha ou defeito durante o recebimento e o período de cobertura da garantia.

8.24.8. Em todo o objeto, as especificações exigidas são as mínimas necessárias para o atendimento das necessidades dos Departamentos solicitantes. Não sendo aceito o objeto com especificações diferentes das descritas.

8.24.9. Somente serão aceitos os serviços efetivamente autorizados pela Administração e devidamente comprovados por meio de ordem de serviço, orçamento aprovado e relatório de execução contendo a descrição dos serviços realizados, peças aplicadas e demais informações necessárias à fiscalização contratual.

8.24.10. As peças substituídas deverão ser apresentadas à fiscalização, quando solicitadas, para conferência e comprovação da efetiva substituição.

8.24.11. O recebimento definitivo não afasta a obrigação da contratada de garantir a qualidade dos serviços executados e das peças fornecidas durante o período de garantia legal ou contratual aplicável.

8.24.12. Verificada qualquer falha, defeito ou vício decorrente da execução dos serviços ou da qualidade das peças fornecidas durante o período de garantia, a contratada deverá realizar os reparos, substituições ou correções necessárias sem qualquer ônus para a Administração.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Compete ao CONTRATANTE:

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo FORNECEDOR, de acordo com a Ata de Registro de Preços e seus anexos.

9.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.3. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com os padrões exigidos nas especificações.

9.4. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela empresa para a fiel execução do objeto.

9.5. Notificar o FORNECEDOR, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.





9.6. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor especialmente designado, o cumprimento do objeto e das obrigações do FORNECEDOR, sob os aspectos quantitativo e qualificativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando o FORNECEDOR quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma.

9.7. Efetuar o pagamento ao FORNECEDOR do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento e no Termo de Referência, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Fiscal da Ata, que deverá vir acompanhada de Ordem de Compra emitida pelo CONTRATANTE.

9.8. Aplicar ao FORNECEDOR as sanções previstas na Lei e no instrumento contratual.

9.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.10. O CONTRATANTE terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da conclusão da instrução do requerimento, para decidir sobre todas as solicitações do FORNECEDOR, inclusive pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.11. O CONTRATANTE não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução deste Termo de Referência, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, ao FORNECEDOR.

9.12. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo FORNECEDOR com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente processo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do FORNECEDOR, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Compete ao FORNECEDOR:

10.1. O FORNECEDOR deve cumprir todas as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.3. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.4. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução da Ata de Registro de Preços.

10.5. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo Fiscal ou Gestor da Ata de Registro de Preços ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.





10.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essas responsabilidades a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.9. Não contratar, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do Fiscal ou Gestor da Ata de Registro de Preços, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

10.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela Ata de Registro de Preços, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.

10.11. Comunicar ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

10.13. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

10.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.17. Manter, durante toda a execução do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.18. Cumprir, durante todo o período de execução do instrumento contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133/2021).

10.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

10.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata de Registro de Preços.

10.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do





objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

10.23. Permitir, a qualquer tempo, que o fiscal do CONTRATANTE inspecione o objeto e examine os registros e documentos que considerar necessário.

10.24. Deverá apresentar para o servidor público designado o orçamento para execução dos serviços no prazo de até 03 (três) dias úteis. No orçamento deverá ser informado: identificação do equipamento (marca, modelo, série, ano, horímetro e unidade usuária); relatórios com os defeitos do equipamento, os itens a serem revisados, consertados e substituídos, de acordo com cada marca/modelo de equipamento.

10.25. Todos os serviços de mão de obra que serão executados deverão ser calculados por hora tendo como referência individual de cada serviço o tempo considerado pelas empresas do ramo como tempo padrão de reparos para execução dos serviços.

10.26. O prazo de aprovação do orçamento pelo município será de até 05 (cinco) dias úteis após apresentação, devendo o servidor público designado retornar à contratada o orçamento, devidamente assinado.

10.27. A contratada deverá assumir inteira responsabilidade técnica pela execução dos serviços contratados.

10.28. Após a realização de cada serviço, disponibilizar profissional competente para acompanhar o representante da contratante na realização de “teste” efetuando a entrega do equipamento em boas condições de limpeza.

10.29. Manter, sem qualquer ônus ou custo direto adicional para a contratante, espaço de oficina implementada com segurança própria, seguro de pátio, seguro de transporte, escritório de atendimento na oficina, telefone de atendimento, materiais, utensílios, equipamentos, elevadores, macacos mecânicos, ferramentas em geral, instalações, meios de transporte, e outros necessários para a completa realização dos serviços, inclusive os materiais necessários para a limpeza de peças e materiais quando o equipamento estiver em manutenção.

10.30. A contratante reserva-se ao direito de recusar qualquer serviço que não atenda às exigências. A recusa não poderá ser alegada como justificativa para atraso na execução dos serviços e nem acréscimo na cobrança de mão-de-obra e, da mesma forma, não isenta a contratada de responsabilidade quanto ao cumprimento dos termos de garantia de serviço.

10.31. O aceite do servidor por parte da contratante se dará após vistoria do veículo, realizada pelo operador, visando verificar a qualidade do serviço realizado. Não havendo aceite, o veículo deverá retornar para o estabelecimento da contratada para correção dos serviços.

10.32. Deverá manter o controle de entrada e saída de veículos, com emissão de guia de recebimento/devolução, constando inclusive acessórios, equipamento e objetos que acompanhem os veículos, a descrição dos serviços realizados e a respectiva autorização da contratante.

10.33. Os serviços deverão ser executados de maneira que mantenha os veículos em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento.

10.34. Deverá dispor de estrutura própria, com disponibilização de profissionais necessários para a prestação dos serviços contratados, bem como toda infraestrutura e equipamentos como: local apropriado





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

que ofereça condições para realização dos serviços, de fácil acesso aos maquinários, ferramental completo, área administrativa e outras condições necessárias, também deverá dispor de local coberto, limpo, fechado, de modo que os veículos/máquinas fiquem livres da chuva, vento, poeira, granizo e demais intempéries, com a segurança devida.

10.35. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente a presente Ata de Registro de Preços, nem subcontratar, sem prévio consentimento por escrito do CONTRATANTE.

10.36. Reexecutar serviços sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, quando estiverem em desacordo com as técnicas e procedimentos aplicáveis aos mesmos.

10.37. Refazer os serviços eventualmente executados com vícios ou defeitos, em virtude da ação, omissão, negligência, imperícia, emprego de materiais ou processos inadequados ou de qualidade inferiores.

10.38. Prestar garantia das peças de 90 (noventa) dias sobre as peças.

10.39. Trocar a suas expensas, a mercadoria/peça que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação.

10.40. Repor a(s) peça(s) que apresentar(em) defeito, independentemente de sua aceitação; por divergência não adequada serão aplicadas às sanções previstas neste edital e legislação vigente.

10.41. Fornecer peças de reposição em conformidade com a NBR 15.296 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, sendo vedadas peças adquiridas no mercado paralelo, usadas, remanufaturadas ou de procedência duvidosa. Na entrega serão verificados especificações, marca, código, prazos de validade e apresentação (estado de conservação das embalagens).

10.42. As peças deverão ser novas, sem uso, genuínas ou similares de primeira linha, compatíveis com o veículo e em conformidade com as especificações técnicas do fabricante, vedadas peças reconcondicionadas ou de procedência duvidosa.

10.43. Sempre que solicitado pela Administração, prestar atendimento externo para avaliação técnica e reparos emergenciais de veículos, máquinas ou equipamentos imobilizados em decorrência de falha nos sistemas abrangidos pelo objeto da contratação, observando os prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2018).

11.2. O tratamento de dados pessoais poderá ser realizado nas hipóteses previstas nos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão aos propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

11.3. O FORNECEDOR dará integral cumprimento à Lei n. 13.079/2018, no que tange aos dados eventualmente compartilhados ou recebidos em razão da Ata de Registro de Preços com o CONTRATANTE.

11.4. O FORNECEDOR obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.





11.5. O FORNECEDOR não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

11.6. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após a prévia aprovação do MUNICÍPIO DE MARMELEIRO, responsabilizando-se o FORNECEDOR pela obtenção e gestão.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA

12.1. A Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. O recebimento do objeto, a fiscalização e o acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços, será de responsabilidade dos servidores: Sandra Marisa Moreira Nicolau, Douglas Fabiano Bressiani, Idiones Maria Bruni Padilha, Mauro Fischer, Airton Neri Rama, Fernanda Barizon, Jean Max da Silva, Elcio Maldonado Valenzuela, Sidnei Domingos Machado.

12.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, ainda que resultem de condições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica na responsabilidade da administração e de seus agentes e prepostos.

12.4. As decisões e providências que ultrapassem a competência destes deverão ser solicitadas a autoridade superior, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes, no caso o gestor da Ata de Registro de Preços.

12.5. A gestão da presente Ata ficará a cargo do Diretor do Departamento de Viação e Obras, Sr. Volmir Nicolau.

12.5.1. Em caso de férias, exoneração ou qualquer tipo de afastamento do Gestor designado, o substituto imediato será o servidor que assumir o cargo de diretor ou responsável no período.

12.6. Caberá aos gestores e fiscais designados pela autoridade competente do Município promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços, seguindo os preceitos do Decreto nº 3.500/2024, que regulamenta as regras para atuação do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio, o funcionamento da Comissão de Contratação e a atuação dos Gestores e Fiscais de Contratos, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o FORNECEDOR que:

- a) der causa à inexecução parcial da Ata;
- b) der causa à inexecução parcial da Ata que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total da Ata;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da Ata;
- f) praticar ato fraudulento na execução da Ata;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da Ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta Ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima desta Ata, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

1.a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza o CONTRATANTE a promover o cancelamento da Ata por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” ate “h” do caput desta Cláusula, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da Ata.

3. Compensatória, para a inexecução total da Ata prevista na alínea “c” do caput desta Cláusula, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da Ata.

4. Compensatória, para infração descrita na alínea “b” do caput desta Cláusula, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da Ata.

5. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” do caput desta Cláusula, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da Ata.

6. Compensatória, para infrações descritas na alínea “d” do caput desta Cláusula, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da Ata.

13.3. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Todas as sanções previstas nesta Ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que a somatória das multas previstas acima na o poderá ultrapassar ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Ata.

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao FORNECEDOR, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.4.4. Se os valores das faturas forem insuficientes ou inexistentes, fica o FORNECEDOR obrigada a recolher a importância de multa aplicada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.





13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.8. A personalidade jurídica do FORNECEDOR poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (**CEIS**) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (**CNEP**), conforme art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021, assim como as sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (**SICAF**) e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (**TCE-PR**).

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DA ATA

14.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada pelo CONTRATANTE, quando o FORNECEDOR:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no subitem 7.2.2. da Cláusula Sétima; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

d.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao FORNECEDOR não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá o CONTRATANTE, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da Ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

14.2. O cancelamento da Ata nas hipóteses previstas no caput desta Cláusula será formalizado por despacho do CONTRATANTE, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

14.3. Na hipótese de cancelamento da Ata, o CONTRATANTE poderá convocar os licitantes subsequentes, na ordem de classificação.

14.4. O cancelamento da Ata poderá ser realizado pelo CONTRATANTE total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do FORNECEDOR, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos da Cláusula Sétima.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução desta Ata nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro da presente Ata, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto desta Ata, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Marmeleiro, estado do Paraná para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta Ata de Registro de Preços que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Marmeleiro, ** de **** de 2026.

MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

Jander Luiz Loss
CONTRATANTE

EMPRESA
Representante
FORNECEDOR





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

Marmeleiro, 06 de outubro de 2026.

Considerando as informações e pareceres contidos no presente processo, **AUTORIZO**, a abertura do Edital de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 078/2026, que tem por objeto a Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado, conforme requerimento nos autos, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147, de 14 de agosto de 2014, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, bem como as normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente licitação.

Encaminhe-se ao Pregoeiro e Equipe de Apoio para as providências necessárias.

Jander Luiz Loss
Prefeito

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 06/10/2026 11:19 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p3a2e7c60d55ba>





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2026 – PMM
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 2451/2026
Nº DA CONTRATAÇÃO COMPRAS.GOV.BR: 454524 - 049/2026
CÓD. VERIFICADOR: 208Q84KY
MODALIDADE: Registro de Preços.
TIPO: Maior percentual de desconto por lote/grupo.

OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado, conforme especificações e quantidades constantes no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir das 08:30 horas do dia 08 de outubro de 2026.

TÉRMINO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 horas do dia 23 de outubro de 2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:30 horas do dia 23 de outubro de 2026.

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

LOCAL: www.gov.br/compras/pt-br “Acesso Identificado no link - licitações”.

O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.gov.br/compras/pt-br, www.marmeleiro.pr.gov.br e www.pncp.gov.br.

INFORMAÇÕES: (46) 3525-8107 ou (46) 3525-8105.

Marmeleiro, 06 de outubro de 2026.

Jander Luiz Loss
Prefeito





DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE MARMELEIRO - PARANÁ

TERÇA-FEIRA, 6 DE OUTUBRO DE 2026

ANO: IX

EDIÇÃO Nº: 2293 - 16 Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Art. 3º Fica revogado expressamente o Art. 1º da Portaria Municipal nº 4.082, de 03 de agosto de 2011, mantendo-se em vigor as demais disposições do referido ato normativo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Marmeleiro, PR, 06 de outubro de 2026.

JANDER LUIZ LOSS
Prefeito de Marmeleiro

**EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 25/2026 CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO
DETERMINADO – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – PSS – TEMPORÁRIO Processo
Seletivo Simplificado nº 01/2025 Edital de Abertura nº 13, de 22 de janeiro de 2025**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

CONTRATADO: FABIANA MELO DA SILVA

OBJETO: Aditivo de prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do presente Contrato até **05 de dezembro de 2026**, conforme o prazo do término da prorrogação da Licença Maternidade, da servidora estatutária matriculada sob o nº 19599-1.

DATA DA ASSINATURA: 06 de outubro de 2026.

VIGÊNCIA: 05 de dezembro de 2026.

FORO: Comarca de Marmeleiro – PR.

JANDER LUIZ LOSS
Prefeito de Marmeleiro

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2026 – PMM PROCESSO
ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 2451/2026 Nº DA CONTRATAÇÃO COMPRAS.GOV.BR:
454524 – 049/2026 CÓD. VERIFICADOR: 208Q84KY**

MODALIDADE: Registro de Preços.

TIPO: Maior percentual de desconto por lote/grupo.

OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarca que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado, conforme especificações e quantidades constantes no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir das 08:30 horas do dia 08 de outubro de 2026.

TÉRMINO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 horas do dia 23 de outubro de 2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:30 horas do dia 23 de outubro de 2026.

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

LOCAL: www.gov.br/compras/pt-br “Acesso Identificado no link - licitações”.

O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.gov.br/compras/pt-br, www.marmeleiro.pr.gov.br e www.pncp.gov.br.

INFORMAÇÕES: (46) 3525-8107 ou (46) 3525-8105.

Marmeleiro, 06 de outubro de 2026.

Jander Luiz Loss
Prefeito

Prefeitura Municipal de Nova Prata

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2026

OBJETO: Aquisição de brinquedos e chocolates, destinados à distribuição gratuita aos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, bem como aos usuários atendidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Nova Prata do Iguaçu, em alusão às comemorações e festividades natalinas.

O Município de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 78.103.884/0001-05, com sede à Rua Vereador Valmor Gomes, nº 11/59, Centro, Município de Nova Prata do Iguaçu – Pr, vem neste ato RETIFICAR o edital acima descrito, conforme segue:

1ª - JUSTIFICATIVA: verificou-se que a publicação do aviso de licitação do presente edital não ocorreu, sendo necessária publicação nos diários oficiais e meios legais de divulgação, assim **RETIFICA-SE O EDITAL**, com nova data de abertura do certame, da seguinte forma:

ONDE SE LÊ:

ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 HORAS min do dia 15/10/2026
DATA DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: 15/10/2026 HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 08:30 HORAS

LEIA-SE

ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 HORAS min do dia 20/10/2026
DATA DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: 20/10/2026 HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 08:30 HORAS

2ª - Informamos que a data de abertura da licitação será para o dia 20/10/2026, às 08:30 horas.

3ª - Ficam inalterados os demais itens previstos no referido edital.

4ª - A retificação encontra-se disponível na Plataforma COMPRAS.GOV - <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu: www.npi.pr.gov.br. Esclarecimentos: das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas, pelo telefone (46) 3545-8000.

Nova Prata do Iguaçu – Pr, 06 de outubro de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Marmeleiro

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2026 – PMM

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 2451/2026

Nº DA CONTRATAÇÃO COMPRAS.GOV.BR: 454524 - 049/2026

CÓD. VERIFICADOR: 208Q84KY

MODALIDADE: Registro de Preços.

TIPO: Maior percentual de desconto por lote/grupo.

OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado, conforme especificações e quantidades constantes no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir das 08:30 horas do dia 08 de outubro de 2026.

TÉRMINO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 horas do dia 23 de outubro de 2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:30 horas do dia 23 de outubro de 2026.

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

LOCAL: www.gov.br/compras/pt-br/ “Acesso Identificado no link - licitações”.

O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.gov.br/compras/pt-br/, www.marmeleiro.pr.gov.br e www.pncp.gov.br.

INFORMAÇÕES: (46) 3525-8107 ou (46) 3525-8105.

Marmeleiro, 06 de outubro de 2026.

Jander Luiz Loss

Prefeito

Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

Aviso de Alteração do Edital do Pregão Eletrônico 90073/2026

Objeto: Contratação para prestação de serviço de coleta e destinação final de resíduos sólidos urbanos.

1.Fica alterado o disposto no item 4 do Termo de Referência em específico os contidos no item Da regularidade ambiental e da comprovação da destinação final e no item Subcontratação.

2.Ficam suprimidos do Termo de Referência os itens 5.8.4 e 5.8.5.

3.As alterações estarão disponíveis aos interessados no site do Compras Governamentais endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e no site oficial do município de Dois Vizinhos, endereço eletrônico www.doisvizinhos.pr.gov.br.

4.A nova data para a abertura do certame e horário do recebimento das propostas e dos documentos de habilitação será até 8h15min do dia 26/10/2026.

5.Permanecem inalteradas as demais condições do edital.

Dois Vizinhos, 6 de outubro de 2026.

Luís Carlos Turatto

Prefeito



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO Estado do Paraná

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90104/2026 – UASG 987565

COMPRASGOV Nº 57/2026

O Município de Francisco Beltrão/PR avisa aos interessados que fará realizar no dia 22 de outubro de 2026, às 09:00 horas, a abertura da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, Serviços comuns destinada à preparação da base da nova célula do Aterro Sanitário Municipal, mediante disponibilização de trator de esteira e caminhão basculante, com respectivos operador e motorista, para atuação complementar e coordenada com os equipamentos municipais na execução dos serviços de movimentação de terra, corte, aterro, transporte interno de solo, espalhamento, conformação, regularização, nivelamento e apoio à compactação.

Abertura das propostas e Recebimento dos lances: a partir das 09:00 horas do dia 22 de outubro de 2026, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras/pt-br.

Edital na íntegra à disposição dos interessados: no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) com endereço eletrônico <https://pncp.gov.br/app/editais?q=francisco%20beltr%C3%A3o&status=todos&pagina=1>; no site oficial do Município com endereço eletrônico www.franciscobeltrao.pr.gov.br (licitações); e na plataforma de Pregão com endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.

Informações complementares através do telefone (46) 3520-2103.

Francisco Beltrão, 06 de outubro de 2026.

MARCELO FELIPE DE COSTA

Pregoeiro

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS

98ª ALTERAÇÃO NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2023:

Edital de Chamamento Público para o credenciamento de pessoas jurídicas visando a realização de procedimentos hospitalares e ambulatoriais eletivos.

A íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico:

<https://www.conims.pr.gov.br/>

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS

1ª RETIFICAÇÃO DO AVISO DE ABERTURA DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2026

O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS, CNPJ nº 00.136.858/0001-68, situado à Rua Afonso Pena, nº 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR, por intermédio do Setor de Licitação, devidamente autorizado por seu Presidente, o Sr. Vilmar Schmöller, torna público a abertura de Processo de Dispensa de Licitação com base na lei 14.133/2021, que tem por objeto:

Aquisição de unidades de armazenamento SSD corporativo da categoria Enterprise, com capacidade de 3,84 TB cada, destinadas à instalação nos servidores do CONIMS, de acordo com as condições e especificações constantes neste aviso de contratação direta e seus anexos.

Informações para participação e demais condições constam no aviso de contratação direta que está disponível no endereço: www.conims.pr.gov.br na aba Licitações.

Sendo o prazo para envio e participação até a data de 09/10/2026.

Pato Branco/PR, 06 de outubro de 2026.

ANA CAROLINE RUFATO
COORDENADORA LICITAÇÃO

Prefeitura de Coronel Vívda

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVDA – PR

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2026

TIPO MENOR PREÇO – POR LOTE – AMPLA CONCORRÊNCIA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE SONDAGEM, TOPOGRAFIA E AGRIMENSURA. Início do cadastro das propostas: a partir das 08h do dia 08/10/2026 até às 08h do dia 23/10/2026. Abertura das propostas após as 08h do dia 23/10/2026. Início da disputa de preços às 09h do dia 23/10/2026. **VALOR MÁXIMO TOTAL ESTIMADO:** R\$ 1.948.313,30. Prazo de vigência: 12 meses. Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis no site www.bnc.org.br. O edital está disponível nos sites www.coronelviva.pr.gov.br / www.bnc.org.br / <https://www.gov.br/pncp/pt-br>. Informações: 0800 046 0102. Coronel Vívda, 06 de outubro de 2026. Juliano Ribeiro, Diretor do Depto. de Compras e Patrimônio.

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2026

TIPO MENOR PREÇO – POR LOTE – LOTES 32, 35 a 41 e 43 EXCLUSIVO PARA ME/EPP – DEMAIS LOTES PARA AMPLA CONCORRÊNCIA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS LOCAÇÕES DE ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS PARA EVENTOS REALIZADOS PELO MUNICÍPIO. Início do cadastro das propostas: a partir das 08h do dia 08/10/2026 até às 08h do dia 23/10/2026. Abertura das propostas após as 08h do dia 23/10/2026. Início da disputa de preços às 09h do dia 23/10/2026. **VALOR MÁXIMO TOTAL ESTIMADO:** R\$ 3.087.876,28. Prazo de vigência: 01 ano. Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis no site www.bnc.org.br. O edital está disponível nos sites www.coronelviva.pr.gov.br / www.bnc.org.br / <https://www.gov.br/pncp/pt-br>. Informações: 0800 046 0102. Coronel Vívda, 06 de outubro de 2026. Juliano Ribeiro, Diretor do Depto. de Compras e Patrimônio.

ADITIVO Nº 02 ao Contrato nº 61/2025 – Concorrência Eletrônica nº 09/2025. Contratante: Município de Coronel Vívda. Contratada: IMPONENCE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, CNPJ nº 04.379.027/0001-98. Fica reajustado o valor contratual pelo índice INCC, correspondente ao percentual acumulado de 6,4405%, no período de julho de 2025 a julho de 2026, resultando no acréscimo de R\$ 174.442,58 ao valor contratual. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vívda, 05 de outubro de 2026. Anderson Manique Barreto, Prefeito.

ADITIVO Nº 03 ao Contrato nº 37/2025 – Concorrência Eletrônica nº 02/2025. Contratante: Município de Coronel Vívda. Contratada: NOGALE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ Nº 30.972.275/0001-58. Fica acrescido o valor de R\$ 6.757,47 a título de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em razão de fato superveniente de natureza tributária, caracterizado pela edição da Lei Complementar Municipal nº 070/2025, que, a partir de 1º de janeiro de 2026, revogou a sistemática de dedução presumida de 40% da base de cálculo do ISSQN incidente sobre os serviços de construção civil. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vívda, 06 de outubro de 2026. Anderson Manique Barreto, Prefeito.



ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Cooperativa de Trabalho em Economia Solidária - UNITERRA, CNPJ Nº. 09.514.165/0001-56, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o ESTATUTO SOCIAL da entidade, convoca todos os seus Associados para a **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a realizar-se no dia 17 de outubro de 2026. Em virtude de não haver espaço em sua Sede, a Assembleia será realizada no Auditório da Federação UNICAFES, Avenida General Osório nº 480, Bairro Cango, Francisco Beltrão-PR, em 1ª convocação às 13h00min, com a presença de 2/3 (dois terços) do número de associados, e em 2ª convocação às 16h00min, com a metade mais um (50% + 1) dos associados, e em 3ª convocação às 17h00min, com no mínimo 20 % (vinte por cento dos associados, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

- 1- Pedido de afastamento de diretor;
- 2- Substituição do cargo afastado.

Francisco Beltrão-PR, 06 de outubro de 2026.

Ovidio José Constantino
Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL

IGREJA PENTECOSTAL CAMINHANDO PARA JESUS

Convidamos os senhores membros para a reunião de Assembleia Geral, que se realizará no dia 17 de agosto de 2026, de forma presencial, na cidade de Itapejara D'Oeste, estado do Paraná, à rua Guarani, nº 2472, no bairro Guarani, às 20:00 horas, em primeira convocação, com a presença de todos os membros, com a seguinte Ordem do Dia:

- a) deliberar sobre a alteração da diretoria;
- b) Apresentação e votação da diretoria;

Itapejara D'Oeste - Paraná, 30 de julho de 2026.

goub
Documento assinado digitalmente
NELCIO CLEMENTINO MACHADO
Data: 03/08/2026 14:28:45 -0300
Endereço em: <https://tribuna.ig.gub.br>

Presidente

Nelcio Clementino Machado

Prefeitura Municipal de Sulina

A íntegra dos atos abaixo está disponível link: <http://www.diariomunicipal.com.br/amp, de 07/10/2026>.

TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 194/2025, DE 05/10/2026 – Cancela a ata de registro de preços nº 194/2025.

AVISO DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2026 - CONTRATAÇÃO: 988477-6/2026, DE 06/10/2026 – Julgamento da impugnação interposta pela empresa SECURITTÁ ENGENHARIA.

ANUNCIE NOS CLASSIFICADOS
DO JORNAL DE BELTRÃO

Ligue: 3520-4000

Marmeleiro

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2026 - PMM
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 2451/2026
Nº DA CONTRATAÇÃO COMPRAS.GOV.BR: 454524 - 049/2026
CÓD. VERIFICADOR: 208Q84KY
MODALIDADE: Registro de Preços.

TIPO: Maior percentual de desconto por lote/grupo.

OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa dos sistemas elétrico, de ar-condicionado e hidráulico dos veículos, máquinas e equipamentos multimarcas que compõem a frota municipal, contemplando o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços, tendo como referência a Tabela TRAZ VALOR para a formação dos preços e aplicação do percentual de desconto ofertado, conforme especificações e quantidades constantes no Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir das 08:30 horas do dia 08 de outubro de 2026.

TÉRMINO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 horas do dia 23 de outubro de 2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:30 horas do dia 23 de outubro de 2026.

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
LOCAL: www.gov.br/compras/pt-br "Acesso Identificado no link - licitações". O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.gov.br/compras/pt-br, www.marmeleiro.pr.gov.br e www.pncp.gov.br.

INFORMAÇÕES: (46) 3525-8107 ou (46) 3525-8105.

Marmeleiro, 06 de outubro de 2026.

Jander Luiz Loss

Prefeito

Protocolo 134788/2026

Nova Londrina

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA LONDRINA-PR
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA - MENOR PREÇO Nº.010/2026.

01- Reforma de uma edificação de alvenaria de 164,94 m2 para implantação da Escola Clínica Aprendo Sim, contendo: salas de atendimento, sala de reunião, sala de fisioterapia, recepção, circulação, copa, depósito, banheiros e área externa de lazer, pelo regime de Empreitada por preço global.

02 - **Valor:** R\$ 541.350,38 (quinhentos e quarenta e um mil, trezentos e cinquenta reais e trinta e oito centavos).

03 - **DO RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS:**

Os documentos de habilitação e propostas serão recebidos conforme estabelecido no edital, observados datas e horários limites.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS: Até às 08:00h do dia 23/10/2026.

INÍCIO DA SESSÃO: Às 09:00h do dia 23/10/2026.

LOCAL: www.bl.org.br "Acesso Identificado"

04 - As empresas interessadas, poderão obter cópia integral deste Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos a partir do dia 07 de outubro de 2026, no Portal Nacional de Contratações Públicas-PNCP, sítio Eletrônico da Prefeitura-Portal da Transparência, Plataforma BLL ou através do e-mail: janaina@novalondrina.pr.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE NOVA LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, EM 05 DE OUTUBRO DE 2026.

MARIA LUZINETE DE LIMA
 Secretária Municipal de Educação e Cultura

Protocolo 134511/2026

Nova Santa Barbara

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA BÁRBARA - PR

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO n.º 29/2026 - SRP.

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais de limpeza, higiene pessoal, utilidades domésticas e outros.

Tipo: Menor preço, por item.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 27/10/2026 às

09h00min. (horário de Brasília).

LOCAL: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL: <https://bllcompras.com>.

Preço Máximo: R\$ 522.143,91 (quinhentos e vinte e dois mil, cento e quarenta e três reais e noventa e um centavos).

Informações Complementares: Whatzapp 43-3266-8114, ou por E-mail: licitacao@nsb.pr.gov.br

Nova Santa Bárbara, 05/10/2026.

Elaine Cristina Ludtke dos Santos

Pregoeira

Portaria nº 53/2026

Protocolo 134458/2026

Pato Branco

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO, CNPJ: 76.995.448/0001-54, torna público que irá requerer a Licença Ambiental Simplificada - LAS, junto ao INSTITUTO ÁGUA E TERRA - IAT, para o empreendimento a seguir especificado: Empresa: Prefeitura Municipal de Pato Branco. Atividade: Extração de Cascalho/Saibro (Utilidade Pública). Endereço: Imóvel Rural - Parte do Lote Rural nº 75, Núcleo Pato Branco, Propriedade de Valmir Campara, Comunidade de Nossa Senhora da Saúde, Pato Branco - PR.

Protocolo 134531/2026

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
AVISO DE ERRATA DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2026 -
PROCESSO Nº 148/2026

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de equipamentos audiovisuais e multimídia, equipamentos e materiais destinados ao Espaço Maker e à experimentação tecnológica, materiais de identificação e credenciamento, equipamentos de automação e apoio à infraestrutura dos ambientes, licenças de software e equipamentos de infraestrutura de rede, destinados à implantação e ao funcionamento do Coworking Municipal de Pato Branco, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação.

PREÇO MÁXIMO GLOBAL: R\$ 278.340,58

ERRATA: Retificação do instrumento convocatório e de seus anexos, especificamente quanto ao descritivo do item 23 do Termo de Referência, ao item 12.1, alínea "a", do Edital, e à Cláusula Terceira, inciso I, alínea "a", da minuta contratual.

NOVA DATA DE ABERTURA: 26 de outubro de 2026, às 09h00min, no endereço eletrônico: www.canaldecomprasbrasil.com.br.

Considerando a alteração informada, o edital passa a vigor nos termos do Edital Retificado disponível nos sites www.patobranco.pr.gov.br/ www.canaldecomprasbrasil.com.br/ <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

O Edital Retificado e seus anexos poderão ser retirados gratuitamente (em mídia digital) junto a Divisão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Pato Branco, no horário de expediente, na Rua Caramuru, nº 271, Centro, em Pato Branco - PR, ou pelos sites supramencionados. Demais informações, fones: (46) 3220-1534, whatsapp: (46) 3220-1541, e-mail: [\[b\]llicitacao3@patobranco.pr.gov.br](mailto:[b]llicitacao3@patobranco.pr.gov.br). Pregoeira - Regiane Rufato.

Protocolo 134652/2026

Peabiru

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
Processo Adm: Nº 076/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) ÔNIBUS RODOVIÁRIO ADAPTADO, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 205 CV, PESO BRUTO TOTAL (PBT) HOMOLOGADO DE 13.000 KG, CAPACIDADE PARA 32 (TRINTA E DOIS) PASSAGEIROS SENTADOS, 04 (QUATRO) POSTOS PARA CADEIRANTES, 01 (UM) AUXILIAR E 01 (UM) MOTORISTA, TOTALIZANDO CAPACIDADE MÍNIMA PARA 38 (TRINTA E OITO) OCUPANTES, DOTADO DE SISTEMA DE ACESSIBILIDADE DESTINADO AO TRANSPORTE SEGURO E ADEQUADO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA. SAM 86 - SECID.

Empresa vencedora: RODO SERVICE LTDA (00688075000450) com o lote 01, no valor total de R\$ 972.000,00 (novecentos e setenta e dois mil reais).

O prefeito do MUNICÍPIO DE PEABIRU, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) LEI 14.133/2021, e suas alterações, resolve ADJUDICAR e HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

PEABIRU (PR), segunda-feira, 5 de outubro de 2026.

José Marcos Gonçalves Lopes
 Prefeito Municipal

Protocolo 134509/2026

